

**REVISTA
LATINOAMERICANA
DE PSICOPATOLOGIA
FUNDAMENTAL**

17(4), 817-974, dez. 2014

Copyright © by Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental

Órgão oficial impresso e on line, trimestral, da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental, iniciado em março de 1998.

Printed and Online Official Journal of the University Association for Research in Fundamental Psychopathology, published quarterly since March of 1998.

Indexação (Index)

- Clase. Hemeroteca Latinoamericana, Universidad Autónoma de México
<http://www.dgb.unam.mx/clase.html>
- Copernicus – www.indexcopernicus.com
- DOAJ – Directory of Open Access Journals – www.doaj.org
- EBSCO – www.ebscohost.com
- <http://www.freefullpdf.com>
- Google
- Google Acadêmico (Google Scholar)
- Latindex – www.latindex.org
- LILACS/BIREME – Literatura Latinoamericana e do Caribe das Ciências da Saúde, da Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS e da Organização Mundial da Saúde – www.bireme.br
- PsycINFO
- Proquest – www.proquest.com.br
- PSICODOC. Colegio Oficial de Psicólogos de Madrid/UNESCO
International Union of Psychological Science, IUPsyS: www.psicodoc.copmadrid.org
- Psi Periódicos (BVS-psi) – www.bvs-psi.org.br
- www.psipesquisa.com.br
- QUALIS – www.periodicos.capes.gov.br

 – www.scielo.br

- Redalyc - Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal – <http://redalyc.uaemex.mx>
- Scirus – www.scirus.com
- Scopus – www.scopus.com
- Thomson Reuters (ISI)
 - . Social Sciences Citation Index
 - . Social Scisearch®
 - . Journal Citation Reports/Social Sciences Edition
- WAME – World Association of Medical Editors – www.wame.org

Versão eletrônica (Published on line)

<http://www.fundamentalpsychopathology.org>

Catálogo na Fonte –
Biblioteca Central – PUC-SP

Impresso na Forma Certa – 2.12.2014

Printed in Forma Certa– 12.2.2014

Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental

Rua Tupi, 397 – 10º – 104

01233-001 São Paulo, SP Brasil

Telefax: 00 55 11 3661-6519

psicopatologiafundamental@uol.com.br

Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, órgão oficial da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental.-- v.1 n.1 (1998)- . -- São Paulo : Editora Escuta, 1998-

Trimestral
ISSN 1415-4714

1. Psicopatologia – Periódicos. I. Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental.

CDD 150.5

Linha editorial

A *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental* – RLPF é órgão oficial da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental – AUPPF, sociedade científica que reúne professores doutores de universidades de todo o mundo.

Dedica-se à publicação de editorial, artigos e resenhas originais de psicopatologia que levem em consideração a subjetividade. Além disso, publica ensaios raros e de difícil acesso e que são documentos históricos de relevância para outras pesquisas. Valoriza artigos e ensaios resultantes de pesquisas utilizando o método clínico baseado em relato de caso contendo questão a ser investigada.

A revista é dirigida por um Editor Responsável e por Editores Associados que respondem pelas seções específicas. Possui, também, Conselho Editorial e Conselho Científico atuantes.

“Editorial” é assinado pelo Editor Responsável ou por alguém por ele convidado, podendo também ser submetido por pessoa com explícito conhecimento a respeito do assunto abordado.

A seção “Artigos” é de responsabilidade do Editor Responsável e publica somente artigos inéditos, em português, inglês, espanhol e francês.

A seção “Saúde Mental” publica artigos inéditos sobre o tema em diversos países.

“Observando a Medicina” inclui artigos e/ou ensaios que revelam as mais recentes tendências do campo médico.

“Clássicos da Psicopatologia” inclui artigos inéditos e ensaios sobre a psicopatologia clínica e descritiva dos séculos XIX e XX.

“História da Psiquiatria” é composta por artigos inéditos e ensaios sobre o tema.

“Observando a Psiquiatria” publica artigos controversos sobre psiquiatria contemporânea

“Movimentos literários” comenta aspectos psicopatológicos em obras de ficção.

“Primeiros Passos” contém artigos de pesquisadores iniciantes, estudantes de iniciação científica ou de especialização, sem necessariamente ser em coautoria com seus orientadores.

Editorial Line

The *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental* (RLPF) is the official organ of the University Association for Research in Fundamental Psychopathology, a scientific society that brings together university professors from around the world.

The journal is dedicated to the publication of original editorials, articles and book reviews in the area of psychopathology that take subjectivity into consideration. It also publishes rare and hard-to-find essays and other historical documents that may be useful for current research. First priority is given to articles and essays resulting from research using the clinical method based on accounts with problematic questions.

The journal is directed by a general editor and by associate editors who organize the specific sections. It also has active editorial and scientific boards. The editorial presented in each issue is written by the general editor or by someone invited by him, although texts may also be submitted by persons with explicit knowledge of the topic treated.

The section entitled “Articles” is under the responsibility of the general editor and presents only unpublished texts, in Portuguese, English, Spanish and French.

The “Mental Health” section presents unpublished articles on the theme, as treated in different countries.

“Observing Medicine” includes articles and/or essays that discuss the most recent trends in the field of medicine.

“Classics of Psychopathology” includes unpublished articles and essays about clinical and descriptive psychopathology of the 19th and 20th centuries.

“The History of Psychiatry” consists of unpublished articles and essays in this area of study.

“Observing Psychiatry” publishes controversial articles on contemporary psychiatry.

“Literary Movements” publishes articles on the psychopathological aspects in literature.

“First Steps” includes articles written by initial researchers, students who are beginning a research career.

REVISTA LATINOAMERICANA DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

17(4), dez. 2014

Editor Responsável / Editor: Prof. Manoel Tosta Berlinck, Ph.D (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP), São Paulo, Brasil. Membro da Associação Mundial de Editores Médicos – WAME (World Association of Medical Editors – WAME) e do Council of Scientific Editors (CSE).

Editores Associados / Associate Editors

História da Psiquiatria / History of Psychiatry: Prof^ª D^ª Ana Maria G. Raimundo Oda (Departamento de Medicina da Universidade Federal de São Carlos – Ufscar), São Carlos, Br. e Prof. Dr. Paulo Dalgallardo (Faculdade de Ciências Médicas/Universidade Estadual de Campinas – Unicamp), Campinas, Br.)

Saúde Mental / Mental Health: Prof^ª D^ª Ana Cristina Costa de Figueiredo (Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), Rio de Janeiro, Br. e Prof^ª D^ª Andrea Máris Campos Guerra (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG), Belo Horizonte, Br.

Clássicos da Psicopatologia / Classics of Psychopathology: Prof. Dr. German E. Berrios (University of Cambridge), Cambridge, UK

Observando a Medicina / Observing Medicine: Mônica Teixeira (Fundação Padre Anchieta), São Paulo, Br e Prof. Dr. Erney Plessmann de Camargo (Universidade de São Paulo – USP), São Paulo, Br.

Resenha de Livros / Book Reviews: Prof^ª D^ª Sonia Leite, Rio de Janeiro, Br.

Movimentos Literários/ Literary Moviments: Vários

Primeiros Passos / First Steps: Prof^ª D^ª Ana Cecilia Magtaz (Universidade de São Paulo – USP), São Paulo, Br.

Observando a Psiquiatria / Observing Psychiatry: Claudio E. M. Banzato (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp) Campinas, SP Br e Rafaela Zorzanelli (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ) (Rio de Janeiro, Br.

Conselho Editorial / Editorial Board: Prof^ª D^ª Marta Gerez Ambertín (Universidad Nacional de Tucumán), Tucumán, Ar; Prof. Dr. German E. Berrios (Cambridge University), Cambridge, UK; Prof. Dr. Henrique Figueiredo Carneiro (Universidade do Estado de Pernambuco), Garanhuns, PE, Br; Prof. Dr. Héctor Pérez-Rincón (Universidad Nacional Autónoma de México), México, Mx; Prof. Dr. James Phillips (Yale School of Medicine), New Haven, USA; Prof^ª D^ª Edilene Freire de Queiroz (Universidade Católica de Pernambuco – Unicap), Recife, Br; Prof. Dr. Jean-Jacques Rassiál (Université Aix-Marseille), Aix, Fr; Prof^ª D^ª Maria Lucrecia Rovalletti (Universidad de Buenos Aires), Buenos Aires, Ar

Conselho Científico / Scientific Board: Prof^ª D^ª Marta Regina de Leão D'Agord (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS), Porto Alegre, Br; Prof^ª D^ª Marta Gerez Amberfín (Univ. Nac. de Tucumán), Tucumán, Ar; Prof. Dr. Manoel Tosta Berlinck (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP), São Paulo, Br; Prof^ª D^ª Leda Mariza F. Bernardino (Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR), Curitiba, Br; Prof. Dr. German E. Berrios (Cambridge University), Cambridge, UK; Prof^ª D^ª Vera Lopes Besset (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), Rio de Janeiro, Br; Prof^ª D^ª Marta Rezende Cardoso (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), Rio de Janeiro, Br; Prof^ª D^ª Terezinha Fêres-Carneiro (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ), Rio de Janeiro, Br; Prof. Dr. Paulo Roberto Ceccarelli (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas), Belo Horizonte, Br; Profa. Dra. Marta Braga de Matos Dias da Costa (Universidade Fernando Pessoa) Porto, Portugal; Prof. Dr. Gisálio Cerqueira

Filho (Universidade Federal Fluminense – UFF), Niterói, Br; Prof^ª D^{ist} Maria Virginia Filomena Cremasco (Universidade Federal do Paraná – UFPR), Curitiba, Br; Prof^ª D^{ist} Ma. Antonia Reyes A. Dautrey (Universidad Autónoma de San Luis Potosí), San Luis Potosí, Mx; Prof^ª D^{ist} Helena Maria Melo Dias (Universidade do Estado do Pará), Belém, Br; Prof. Dr. Mauricio Fernandez (Universidad de Antioquia), Medellín, Co; Prof. Dr. Ademir Pacelli Ferreira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ), Rio de Janeiro, Br; Prof^ª D^{ist} Ana Cristina Costa de Figueiredo (Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), Rio de Janeiro, Br; Prof^ª D^{ist} Cassandra Pereira França (Universidade Federal de Minas Gerais), Belo Horizonte, Br; Prof. Dr. Sérgio de Gouvêa Franco (Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – Fecap), São Paulo, Br; Prof^ª D^{ist} Joyce M. Gonçalves Freire (Universidade Federal de Uberlândia), Uberlândia, Br; Prof^ª D^{ist} Betty Bernardo Fuks (Universidade de Veiga de Almeida – UVA), Rio de Janeiro, Br; Prof^ª D^{ist} Maria del Carmen Espinosa Gómez (Universidad de Guadalajara), Guadalajara, Mx; Prof. Dr. Roland Gori (Université Aix-Marseille), Aix, Fr; Prof^ª D^{ist} Andrea Mâris Campos Guerra (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG), Belo Horizonte, Br.; Prof^ª D^{ist} Adela Stoppel de Gueller (Instituto Sedes Sapientiae), São Paulo, Br; Prof. Dr. Gabriel Zárate Guerrero (Universidad de Guadalajara), Guadalajara, Mx; Prof^ª D^{ist} Maria Cristina M. Kupfer (Universidade de São Paulo – USP), São Paulo, Br; Prof^ª D^{ist} Sonia Leite (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, Br; Prof^ª D^{ist} Claudia Henschel de Lima (Universidade Federal Fluminense – UFF), Niterói, Br; Prof^ª D^{ist} Rosa Guedes Lopes (Universidade Estácio de Sá), Rio de Janeiro, Br; Prof^ª D^{ist} Ana Cecília Magtaz (Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – FSP-USP), São Paulo, Br; Prof^ª D^{ist} Dayse Stoklos Malucelli (Universidade Tuiuti do Paraná), Curitiba, Br; Prof^ª D^{ist} Isabel da Silva Kahn Marin (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP), São Paulo, Br; Prof^ª D^{ist} Eliane Michelini Marraccini (Instituto Sedes Sapientiae), São Paulo, Br; Prof^ª D^{ist} Ana Cleide Guedes Moreira (Universidade Federal do Pará – UFPA), Belém, Br; Prof^ª D^{ist} Virginia Moreira (Universidade de Fortaleza – Unifor), Fortaleza, Br; Prof^ª D^{ist} Maria Livia Tourinho Moretto (Universidade de São Paulo – USP), São Paulo, Br; Prof. Dr. José Otávio Vasconcellos Naves (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ), Rio de Janeiro, Br; Prof. Dr. Francisco Pizarro Obaid (Universidad Diego Portales), Santiago, Cl; Prof^ª D^{ist} Ana Maria Galdini Raimundo Oda (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp), Campinas, Br; Prof^ª D^{ist} Carmem Lucia Montecchi Valladares de Oliveira (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP), São Paulo, Br; Prof. Dr. Plínio W. Prado Jr. (Université de Paris 8 – St. Denis) Paris, Fr; Prof^ª D^{ist} Edilene Freire de Queiroz (Universidade Católica de Pernambuco – Unicap), Recife, Br; Prof^ª D^{ist} Silvana Rabello (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP), São Paulo, Br; Prof. Dr. Jean-Jacques Rassial (Aix-Marseille), Aix, Fr; Prof. Dr. Manuel Morgado Rezende (Universidade Metodista de São Paulo), São Paulo, Br; Prof^ª D^{ist} Maria Anita Carneiro Ribeiro (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ), Rio de Janeiro, Br; Prof^ª D^{ist} Maria Lucrecia Rovalletti (Universidad de Buenos Aires), Buenos Aires, Ar; Prof^ª D^{ist} Ana Maria Rudge (Universidade Veiga de Almeida – UVA), Rio de Janeiro, Br; Prof^ª D^{ist} Cristina Lindenmeyer-Saint Martin (Université de Paris 7), Paris, Fr; Prof^ª D^{ist} Tânia Coelho dos Santos (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), Rio de Janeiro, Br; D^{ist} Rosane de Abreu e Silva (Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul), Porto Alegre, Br; Prof. Dr. Nelson da Silva Jr. (Universidade de São Paulo – USP), São Paulo, Br; Prof. Dr. Paulo Roberto Mattos da Silva (Universidade Federal Fluminense – UFF), Niterói, Br; Prof. Dr. Edson Luiz André de Sousa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS), Porto Alegre, Br; Prof^ª D^{ist} Mériti de Souza (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC), Florianópolis, Br; Mônica Teixeira (Universidade Virtual do Estado de São Paulo na TV Cultura), São Paulo, Br; Prof^ª D^{ist} Delphine Scotto Di Vettimo (Université de Nice), Nice, Fr; Prof^ª D^{ist} Junia de Vilhena (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ), Rio de Janeiro, Br; Prof^ª D^{ist} Silvia Abu-Jamra Zornig (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ), Rio de Janeiro, Br.

822

Produção Editorial / Production e/and Assinaturas / Subscriptions

Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental

Rua Tupi, 397 – 10^a – 104
01233-001 São Paulo, SP/Br
Telefax: 55 11 3661-6519

e-mail: psicopatologiafundamental@uol.com.br / www.fundamentalpsychopathology.org

Sumário

Editorial

Hector Perez-Rincón

La anhedonia827

823

Artigos

Sylvia R. Fernandes

Compor imagens: clínica psicoterápica da melancolia
e dos estados depressivos831

*Ana Cláudia Castelo Branco Rena; Roberta Carvalho Romagnoli e
Nádia Laguardia Lima*

Maternidade e feminilidade: um estudo da subjetividade de
mães negligentes na assistência social845

Geisi Mara Rodrigues e Viviana Velasco Martinez

A narrativa testemunhal e o enredamento do
traumático no psiquismo858

Saúde Mental

Artigo

*Nuria Malajovich Muñoz; Erotildes Maria Leal;
Catarina Magalhães Dahl e Octavio Domond de Serpa Jr.*

Incorporando histórias: a recomposição do corpo próprio na
perspectiva de usuários de serviços de saúde mental872

Clássicos da Psicopatologia

Artigo

German E. Berrios

Introdução ao texto clássico de James Sully887

James Sully

As ilusões da introspecção894

Observando a psiquiatria

Artigo

Paula Gaudenzi

A tensão naturalismo/normativismo no campo
da definição da doença911

Primeiros Passos

Artigo

Luana Villac

A mulher e o enigma. Caminhos e descaminhos da feminilidade...925

Resenha de Livros

Maria Cristina Poli

Revirando o imaginário – arte contemporânea e psicanálise936

Roosevelt M. S. Cassorla

A reverie nesta arte da psicanálise940

Movimentos Literários

Claudia Mazzini Perrotta e Elisa Maria de Ulhôa Cintra

Kafka, Winnicott e a Boneca Viajante: perder, narrar, resgatar943

Leia também.....957

Instruções aos Autores960

Revisores brasileiros e estrangeiros consultados – 2014971

824

Contents

Editorial

<i>Hector Perez-Rincón</i> Anhedonia	827
---	-----

Articles

<i>Sylvia R. Fernandes</i> Composing images: psychotherapeutic clinic for melancholia and depressive states	831
<i>Ana Cláudia Castelo Branco Rena; Roberta Carvalho Romagnoli e Nádia Laguardia Lima</i> Motherhood and femininity: a study regarding the subjectivity of neglectful mothers on social welfare	845
<i>Geisi Mara Rodrigues e Viviana Velasco Martinez</i> Eye-witness accounts and the complexities of traumas in the mental apparatus.....	858

Mental Health

Article

<i>Nuria Malajovich Muñoz; Erotildes Maria Leal; Catarina Magalhães Dahl e Octavio Domond de Serpa Jr.</i> Incorporating stories: recomposing the body from the perspective of users of mental health services	872
--	-----

Clássicos da Psicopatologia

Article

German E. Berrios

Introduction to James Sully's classical text887

James Sully

The illusions of introspection894

Observing Psychiatry

Article

Paula Gaudenzi

The tension between naturalism and normativism
 in the field of defining diseases911

First Steps

Article

Luana Villac

Woman and the enigma. Ways and by-ways in femininity925

826

Book review

Maria Cristina Poli

What is the imaginary? Contemporary art and psychoanalysis936

Roosevelt M. S. Cassorla

Reverie in this art of psychoanalysis940

Movimentos Literários

Claudia Mazzini Perrotta e Elisa Maria de Ulhôa Cintra

Kafka, Winnicott and the Travelling Doll: lose, narrate, rescue943

Also Read.....957

Instructions to Authors960

Reviewers consulted – 2014971

Editorial

La anhedonia

Héctor Perez-Rincón*

Evoquemos hoy este neologismo creado hace 118 años por el psicólogo y filósofo francés Théodule Armand Ribot (1839-1916) para calificar, como su nombre lo indica, la “incapacidad de experimentar placer”. El término, cuya larga vida demuestra su utilidad, pues ha sobrevivido a otros neologismos propuestos a lo largo de la historia de la psiquiatría, muestra, por una parte, la necesidad que han tenido quienes la han construido de recurrir al griego y al latín con el fin de fabricar palabras y conceptos nuevos que ayuden a describir, si no a explicar, las complejas realidades clínicas que constituyen su quehacer cotidiano; pero, por la otra, es un buen ejemplo de que los términos que constituyen su estructura verbal y teórica no son sólo descripciones observables y medibles de signos y síntomas físicos semejantes a aquellos de los que se ocupan la neurología y las otras ramas de la medicina. La anhedonia, como otros hermosos vocablos de la medicina mental, evoca y se vincula con elementos de índole filosófica y literaria, que contribuyen a darle su peculiar y compleja condición de encrucijada entre lo biológico y lo cultural, entre lo subjetivo y lo histórico. Ciertamente, su estructura semántica la coloca junto a sus compañeras del diccionario con las que comparte esa “a” privativa: afasia, apraxia, alexia, acusia, acalculia, amusia, agrafia, ataxia, incluso anencefalia, pero a diferencia de sus parientes neurológicas posee una característica de constructo psicológico y teórico del que estas últimas carecen. Habría que colocarla entonces, más bien, junto a atimormia, alexitimia, alexisomia, e incluso ataraxia.

* Universidad Nacional Autónoma de México (México, DF, Mx).

Cuando Ribot recurrió al vocablo “hedoné”, el placer, tenía muy claro el peso del concepto tanto en la mitología como en la filosofía griegas, cuya visión del hombre y del mundo han modelado la cultura occidental y las lenguas en ella surgidas. Personificada en una deidad femenina, Hedoné, hija de Eros y Psiqué, era el símbolo del placer en su vertiente de deseo sexual y de lujuria. Los latinos le llamaron, por ello, Voluptas. Sus contrapartes eran las daimon Algos: la pena y el dolor, tanto físico como emocional, Oisíz: la angustia y la tristeza, y Pentos: la aflicción y los lamentos, las tres, hijas de Eris: la discordia. Pero la anhedonia de Ribot no se limitaba, como podría pensarse por la especialización de la deidad que portaba el nombre de Hedoné, a la sola anafrodisia, a una anestesia del apetito genésico, sino que abarcaba una incapacidad para obtener satisfacciones placenteras de todos los componentes de aquello que, en una célebre y criticada Encíclica, Paulo VI llamó eufemísticamente: “el banquete de la vida”. No es ocioso recordar aquí que las deidades que representaban la contraparte de Hedoné, como bien sabe la Psiquiatría, no dejaron de intentar suplantarla, como ocurre en la paradójica condición de la “alogagnia” — neologismo introducido en la primera década del siglo XX por un médico adicto a la parapsicología, el barón Albert von Schrenk-Notzing — para calificar a la erotización del dolor.

828

La introducción en el lenguaje psiquiátrico del vocablo creado por Ribot como sinónimo de insensibilidad al placer, o falta de placer, o déficit de la capacidad para experimentar placer, obligaba a los especialistas no sólo a diagnosticarla como un síntoma frecuente, incluso como un síndrome negativo, tanto en los estados esquizofrénicos como en los depresivos, sino también a considerarla, en una reflexión más amplia, en relación al hedonismo como filosofía del placer y al eudemonismo, la filosofía de la felicidad. No todos los psiquiatras, hay que confesarlo, pudieron aceptar el desafío. En efecto, ¿cuántos tuvieron acceso en su formación a las doctrinas de Epicuro de Samos o a las de Aristipo de Cirene, figuras tutelares de esa impostación filosófica? Con frecuencia se piensa que el epicurismo es una búsqueda desaforada de placeres, especialmente físicos, en tanto que en realidad se trata de una especie de matemática de los dolores y los placeres, una armonía del cuerpo y del espíritu en la que, tras una cuidadosa ascesis y entrenamiento personales se logra la “aponía”: ausencia de dolores para el cuerpo y la “ataraxia”: ausencia de trastornos para el alma. Resulta así inadecuado calificar como hedonista a nuestra época en la que predomina la búsqueda, a cualquier precio, del placer inmediato, y el consecuente temor patológico a todo tipo de sufrimiento.

La anhedonia debe, pues, contemplarse en relación a la ataraxia: ausencia de turbación, insensibilidad, indiferencia, propuesta como regla de vida por epicúreos, estoicos y escépticos. A diferencia de ésta, producto de un arduo trabajo personal, la anhedonia surge, ajena a la voluntad del paciente, obligándolo al empobrecimiento de sus capacidades de gozo en el mundo, de la que es claro ejemplo el personaje de “El lobo estepario” de Hermann Hesse.

Un psiquiatra que sí conocía bien las escuelas helenísticas, Jean Delay, el introductor del primer psicofármaco moderno, la clorpromazina, trajo a la ataraxia al

terreno clínico al describir bajo ese nombre la indiferencia que el fármaco producía en los pacientes que la recibían respecto de los contenidos alucinatorios y delirantes que los embargaban, y llamó atarácicos a los neurolépticos o tranquilizantes mayores.

De manera paralela al uso del término anhedonia, perfilada con el tiempo ya sea como un rasgo de personalidad o como un estado de apatía afectiva de pronóstico reservado en el espectro depresivo, en 1922, dos psiquiatras franceses, Maurice Dide y Paul Guiraud, crearon el neologismo de “atimhormia” (del griego: *a-*privativa, *timos*: corazón, sentimiento, afectividad, y *hormé*: impulso vital) para describir una pérdida o una reducción del deseo o del interés hacia las motivaciones que eran propias del paciente, una pérdida de impulso y de deseo para satisfacer gustos y preferencias, acompañada de un aplanamiento afectivo. El síndrome, que fue muy bien acogido por la semiología francesa, no se acompañaba de otros síntomas característicos de la depresión ni de otras anomalías de la función intelectual o cognitiva. Esta lesión global del vigor yoico se consideró patognomónica de la esquizofrenia, por lo que se podría decir que existe un cierto traslape con el neologismo de Ribot. Por supuesto que las escuelas anglófonas nunca adoptaron el de Dide y Guiraud, no obstante describir, útil y heurísticamente, en un solo vocablo, la condición esquizofrénica. En cierto modo corresponde a los llamados “*Conative disorders*”.

Los tres vocablos se traslapan, a su vez, por algunas de sus peculiaridades fenomenológicas, con el más antiguo concepto de *tedium vitae*: hastío, aburrimiento, inapetencia para la acción y el gozo, presente en el estoico Séneca y en el epicúreo Lucrecio, síntoma melancólico o resultado del hartazgo tras una vida dedicada a la mollicie, como en el poema de Oscar Wilde que lleva ese título.

El otro pariente neológico que hizo su irrupción en la psicopatología ochenta años después del de Ribot, y ciertamente relacionado con él, fue el de “alexitimia” introducido por Peter E. Sifneos. Esta “ausencia de palabras para describir las emociones” exhibe igualmente un cierto traslape con su predecesor. Se caracteriza por: 1. Dificultad para identificar y comunicar emociones; 2. Dificultad para distinguir entre emociones y sensaciones corporales; 3. Deterioro de la capacidad de simbolización, evidenciada por una pobreza de fantasías y otras actividades imaginativas; 4. Preferencia para enfocar acontecimientos externos más que experiencias internas. La dificultad para experimentar placer puede ir de la mano con la incapacidad para expresar en palabras estados afectivos. Sifneos ha sugerido que la anhedonia representa una disminución global e irreversible de la capacidad afectiva y que todos los pacientes alexitímicos presentan características anhedónicas. No obstante, no todos los anhedónicos sufren alexitimia.

En nuestros días, la anhedonia tiene nuevos avatares: el DSM-III (1980) lo consideraba como un criterio de melancolía *necesario* (pero no suficiente). El DSM-III R y el DSM-IV han suprimido la característica de “necesario”, aunque sigue siendo un síntoma “determinante” de la depresión mayor. En esta última versión el término

anhedonia se define como “una pérdida del interés o del placer” y se considera como un “síntoma negativo” (no un criterio) de la esquizofrenia. En tanto que el ICD-10, de la OMS, incluye para el constructo “depresión somática” una referencia a la pérdida de interés o a la capacidad para el placer.

Por lo que respecta a los estudios neuropsicobiológicos, se ha relacionado recientemente a la anhedonia con los modelos que intentan explicar la dependencia a sustancias, los síntomas de abstinencia y su búsqueda desesperada o *craving*, en función del metabolismo dopaminérgico. Hay muchos estudios que sitúan su origen en las neuronas de DA-A10, pues los neurofisiólogos han descrito que su lesión produce un estado de anhedonia muy intenso. Cabría preguntarse, sin embargo, si reducir a ese substratum el rico background fenomenológico, psicopatológico, filosófico y literario del concepto no conducirá a un empobrecimiento teórico, a pesar de que tal vez en un futuro se logre encontrar una molécula que, actuando en esos sitios, pueda ayudar a los pacientes a la conquista del placer, *primum movens* de toda la actividad humana.

Prefiero concluir con un relato clínico que es un interesante testimonio vivencial, psichistórico y perteneciente a la medicina narrativa:

830 Abderrahman III, octavo emir de Córdoba y primero en usar el título de califa, que accedió al trono a los veintidós años y duró en él más de cincuenta, afectado de “enfermedad sagrada”, se ocupó en anotar cuidadosamente y con toda precisión “el número exacto de días en que había sido feliz”. Al acercarse su muerte, en el 961, escribió: “He reinado más de cincuenta años, en victoria o paz. Amado por mis súbditos, temido por mis enemigos y respetado por mis aliados. Riquezas y honores, poder y placeres, aguardaron mi llamada para acudir de inmediato. No existe terrena bendición que me haya sido esquiva. En esta situación he anotado diligentemente los días de pura y auténtica felicidad que he disfrutado: SUMAN CATORCE. Hombre, no cifres tus anhelos en el mundo terreno”.

Si este príncipe no era un anhedónico, a fe mía que debe haber sido un señor muy exigente.

San Lorenzo Huipulco, junio 2013

HÉCTOR PÉREZ-RINCÓN

Professor de Psicopatologia e História da Psiquiatria nos cursos de Pós-graduação em Psiquiatria, Universidade Nacional Autónoma de México (México, DF); Instituto Nacional de Psiquiatria Ramón de la Fuente Muñiz (México, DF).

Calzada México-Xochimilco 101. Colonia San Lorenzo Huipulco

Delegación Tlalpan, 14370 México, D. F. E.

e-mail: perezrh@imp.edu.mx

Compor imagens: clínica psicoterápica da melancolia e dos estados depressivos

Sylvia R. Fernandes*¹

O artigo apresenta a modalidade de composição estética associada à psicanálise na clínica da depressão e da melancolia. Para tanto, analisa a relação da imagem visual com a palavra, o ato como corte, a suplência na melancolia e a relação entre o sensorio e o estético.

Palavras-chaves: Melancolia, depressão, composição estética, clínica psicanalítica

831

*¹ Instituto Sedes Sapientiae (São Paulo, SP, Br).

Uma mulher de aproximadamente cinquenta anos atravessa uma intensa crise melancólica. Afasta-se de suas atividades cotidianas e das pessoas com quem mantinha algum projeto. Seu rosto é o retrato de uma dor permanente. Em alguns momentos fixa e paralisa o olhar como se estivesse sendo invadida por algo terrificante. Porém, fica a impressão de que não há figura, mas o terror da iminência de um estar sem imagem e sem palavra, como se o ser estivesse se esvaindo num abismo.

É vivendo esse momento que inicia um processo psicanalítico, com sessões diárias. Diz estar sendo difícil, pois precisa falar de uma história e não há mais história alguma, nada faz sentido. Como falar de um passado se não há presente? Não acontece nada hoje, o que falar? O tempo foi suspenso.

Indagada sobre o que poderia se passar hoje, que fizesse alguma marca de acontecimento, relata que só consegue pensar em cores e linhas. Talvez bordar e, quem sabe, falar sobre isso. Assim, começa a bordar panos, inventa traçados e relata detalhadamente sobre o processo do fazer e das escolhas das cores. Um fio de história começa a ser tecido. Interessa-nos aqui pensar esta relação entre o sujeito tomado por estados depressivos e melancólicos agudos — nos quais a destruição da imagem de si leva-os à condição de viver à deriva — e a possibilidade de construção de marcas de acontecimentos, traços que podem ser significantes.

O trabalho formal com a matéria — seja palavra, corpo, som, matéria plástica, imagens visuais —, próprio do fazer artístico, é algo a ser considerado no funcionamento e estruturação subjetiva próprios da depressão e, principalmente, da melancolia.

A busca incessante pela palavra ou imagem artística perfeita e a insatisfação com o limite da linguagem, próprias do processo criativo de muitos artistas, podem ter relação com a melancolia e a permanente

nostalgia do objeto perdido. Vários pensadores tecem articulações entre a melancolia e o fazer artístico.¹

Já no terreno do que é considerado hoje a depressão, também se observam articulações com a poesia e a arte em geral. Delouya (2002) afirma, a partir do testemunho de diferentes criadores ocidentais, serem a depressão e os estados depressivos ocasionais uma das mais ricas fontes da sensibilidade poética e artística. Para Berlinck & Fédida (2000), o culto ao vazio próprio da depressão também fundamenta a busca de objetos de satisfação, inerente aos artistas românticos.

Há que se perguntar o que está implicado nesta relação melancolia/depressão e criação artística. Seria certa disposição artística própria destes estados psíquicos? Seria a melancolia, ou a depressão, condição própria do fazer artístico? Esta relação deve ser pensada para além de tal causalidade. Deslocar a questão da arte para a estética parece ser um caminho mais promissor, assim como pensar sobre um saber da verdade próprio destas configurações subjetivas e o da criação artística em geral.

Uma característica encontrada nestes estados subjetivos e no processo de criação de muitos artistas refere-se a um saber que muito se assemelha. Ambos se aproximam muito do perigo da verdade. Picasso (1993, p. 74) e Tarkovski (1990, p. 55), em diferentes momentos, dizem literalmente: “A arte é perigosa”. Muitos artistas, em relatos sobre seus processos de criação, reconhecem que o caminho para a criação comporta uma zona de perigo. É um caminho que se dirige ao objeto, mas visa a Coisa. Picasso (1997) diz, “A pintura é a liberdade. De tanto saltar, podemos cair do lado mais fraco da corda. Mas se não nos arriscarmos a quebrar a cara, qual é a saída?” (p. 100). Se o limite é tênue, o que sustenta o sujeito não cair do outro lado da corda, como diz Picasso, ou, mais precisamente, não conseguir retornar de uma vivência de caos sem mediação, sem linguagem?

Para Lacan (1960/1991), “A verdadeira barreira que detém o sujeito diante do campo inominável do desejo radical uma vez que é o campo da destruição absoluta, da destruição para além da putrefação, é o fenômeno estético” (p. 265). E o fenômeno estético deve ser pensado para além da criação artística, como a qualidade do sentido, da sensação.²

Principalmente nos estados melancólicos, mas também em momentos agudos de depressão — em que o sujeito se encontra tomado pelo vazio —, o mesmo perigo se coloca. É característica dos sujeitos que se colocam em uma posição

¹ Entre eles: Kristeva – a partir das obras de Holbein, Dürer, Dostoiévski, Nerval e Marguerite Duras; Le Poulichet – a partir dos processos de criação de Bram van Velde, Giacometti, Robert Walser e Fernando Pessoa; Lambotte – a partir de obras do filósofo Kierkegaard, Dürer, entre outros.

² A noção de estética utilizada aqui está de acordo com a concepção freudiana de teoria das qualidades do sentir e como a capacidade de dar forma a algo (Freud, 1919/1980).

depressiva diante da vida o esvaziamento do sentido da existência. Sem projeto ou ideais que sustentem o sujeito, caem também, não no terror melancólico da perda de si, mas numa anestesia e imobilismo, como se assistissem sua vida congelada em uma cena sem movimento. Tudo se torna vazio. Desta forma, adquirem um saber notável sobre o vazio da existência e da condição humana. No ato criativo, na melancolia e na depressão corre-se o risco de se saber demais. O rei nu fica despido de si. Porém na arte, a forma artística volta a recobrir e a dar contorno ao sujeito.

Se a criação artística pode ser a possibilidade de sustentação para muitos que têm uma disposição à melancolia ou à depressão, o caminho da estética pode ser a saída para muitos outros que não têm a arte como condição existencial. Como poderíamos pensar uma clínica da melancolia e da depressão considerando esta dimensão estética?

Projeto Compor

834

Os entraves na constituição de representações psíquicas, tanto pelo colapso narcisista da depressão como pela dificuldade constitutiva da melancolia, afetam a linguagem. A palavra se vê reduzida a um descolamento significante. Trata-se de uma palavra vazia, uma exaustão da linguagem, como refere Fédida (2009). Tais sujeitos apresentam muita dificuldade associativa, muitas vezes em função de uma falta de confiança na palavra. Suas questões passam muito mais pela ameaça à existência, do que pela castração. A ênfase da função psicoterapêutica deve ser posta na constituição da representação, no caminho a ser trilhado da sensação à ideia. Como refere Cancina (1996), trata-se de buscar “aceder o imaginário à categoria de significante” (p. 82).

Considerando tais características, busca-se pesquisar a pertinência de uma clínica da depressão e da melancolia, que inclua um trabalho de composição estética, que funcione como o bordar para aquela mulher, ou seja, possa produzir acontecimentos que inscrevam marcas significantes.

Em agosto de 2013, inicia-se na Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae, o Projeto Compor. Trata-se de um espaço de estudo e pesquisa sobre a depressão e a melancolia, e que oferece atendimento a pessoas que estejam com dificuldade de dar continuidade ou reinvestir os projetos e os ideais que dão sentido a suas vidas. Propõe uma clínica sustentada em dois pilares: o atendimento psicanalítico individual, concomitante ao atendimento em grupo na modalidade de *composição estética*. Este se realiza a partir da montagem de cenários bidimensionais com imagens, na maioria das vezes, fotográficas (as montagens são feitas individualmente e fora do espaço terapêutico). O grupo é o espaço onde tais cenários e o relato sobre o processo podem circular.

As imagens/figuras de interesse são recolhidas, recortadas e coladas justapostas ou sobrepostas sobre um suporte de papel. Ao serem retiradas do contexto original, as figuras são descaracterizadas do significado analógico e passam a ser elementos de um novo cenário.

A psicanálise possibilita ao sujeito a nomeação dos afetos vividos, a construção de uma história significativa, por meio de uma apropriação da palavra, que vai sendo, pouco a pouco, investida ou reinvestida. Basicamente, o que se busca com este modelo de atendimento em dois espaços terapêuticos é constituir uma forma de linguagem, ancorada na relação da imagem visual com a palavra, na função do ato como recorte, na construção de um lugar de troca e circulação das produções próprias e na função de suplência na clínica da melancolia. Estes quatro vetores serão abordados a seguir.

A imagem visual e a palavra

A imagem visual sempre teve um lugar importante na psicanálise. Freud, já nos “Estudos sobre a histeria” (1893[1895]/1980), considerava que as lembranças reaparecem de maneira traumática, sob uma forma plástica e geralmente visual. Em seu estudo sobre as afasias (1889/2013), mostra como o vínculo da linguagem com o mundo sensível passa pelo olho (imagem visual do objeto) e pela fala (imagem acústica da palavra). Segundo Huot (1991), o registro simbólico para Freud não exclui o campo visual, e a imagem visual mantém uma relação direta com a fala.

Mas é nos estudos sobre os sonhos (1900/1980) que Freud articula claramente que o visual é da própria natureza do inconsciente. O sonho organiza as imagens em cena, sendo a figurabilidade um de seus quatro mecanismos constituintes. A plasticidade visual, própria do sonho, está ancorada em imagens sensoriais, que são, para Freud (1923/1980), o originário. A imagem situa-se, tanto onto como filogeneticamente, anterior à palavra. Há, portanto, a ideia de que o visual situa-se mais próximo do pulsional. Posteriormente, as palavras recobrem as imagens e as ideias são formadas.

A análise do sonho e sua sintaxe visam atravessar as cenas visuais em busca da fantasia que o sustenta. A cena é, portanto, uma tela de projeção da fantasia. E para Freud, segundo Huot, a tela privilegiada sobre a qual as fantasias são projetadas à vista de todos é a da criação artística. E principalmente o pintor é “quem melhor tornará sua fantasia ‘visível’” (Huot, 1991, p. 144). A cena imagética visual, seja nos sonhos, seja na criação artística, é um importante instrumento para a interpretação do inconsciente.

Uma mulher faz uma composição com figuras femininas que chamam muito a atenção. Ao buscar os trabalhos realizados anteriormente, reparei que havia certa

repetição de um padrão de florzinhas delicadas, provavelmente retirado de fotografias de roupas de cama, colchas etc. Apenas pontuei verbalmente e mostrei como aquilo se repetia em vários cenários. No encontro seguinte, relata que, subitamente, após o grupo anterior, foi tomada por uma lembrança de uma cena infantil, há muito esquecida, em que ela viu uma cena, enigmática na época. Quando pequena, numa madrugada, desce as escadas da casa e vê a mãe com um homem na sala. O pai estava viajando. A mãe vestia um penhoar estampado de florzinhas. A pontuação sobre a repetição da figura possibilita uma abertura do inconsciente.

Porém, a relação da cena com a representação, deve ir além das possibilidades interpretativas. Há que tornar visível também outras cenas, cenas traumáticas, que situam-se fora, à margem da construção fantasmática do sujeito. Trata-se de fazê-las entrar em cena, revisitá-las, saindo do circuito da repetição em ato. Segundo Miriam Uchitel (2011), seria “reinscrever o trauma, dar-lhe representação. Sintomatizá-lo” (p. 192).

Em função de um acontecimento atual, uma mulher recorda uma cena traumática vivida na infância, em que, ao entrar no quarto da mãe, depara-se com esta deitada na cama meio desacordada, (devido às medicações que tomava para depressão), e uma mulher em pé com as mãos cheias de sangue. Tinha entrado no quarto pela janela, fugindo do marido que tentara matá-la. Faz uma reconstrução da cena plástica, como que para despotenciá-la. Diz ter tido a necessidade desta reconstrução e procura imagens que trazem estes elementos, fazendo uma composição da cena e acrescentando outras figuras. O resultado é uma cena onírica de forte impacto visual, com, entre várias imagens, a figura de uma mulher com as mãos com sangue e outra com um homem atacando uma mulher com um punhal. As colagens subsequentes trazem alguns destes elementos transfigurados. Numa, aparece também uma cena de um homem e uma mulher. Porém, esta figura, marcada por muito erotismo, traz uma mulher com uma espada nomeando um cavaleiro. Noutra colagem, várias imagens de mãos, podendo aqui não serem recobertas de sangue, mas como instrumentos de expressão. Mãos, espadas, homem e mulher — figuras que vão ganhando complexidades significantes ao longo do processo. A morte e a violência recobertas pela vida, pela sexualidade.

836

O ato como recorte

Lacan (1964/1998), privilegiando o processual do sujeito, dá ênfase à importância do ato. Assim, o sujeito está na cena. Ele diz, “no fundo do meu olho se pinta um quadro. O quadro certamente está no meu olho. Mas eu, eu estou no quadro” (p. 94). Estar no quadro é estar em cena, estar em ação. Deixa-se de ser espectador, aquele que olha. Faz-se outra cena.

ARTIGO

No procedimento construtivo, a composição dos cenários deve ser tomada, para além de sua significação, pelo ato que a faz. Ao recolher imagens do mundo, o sujeito faz ato de separação. Ao se recortar figuras, ao apropriar-se delas, ao fazer outra coisa delas, opera-se um corte no real. Uma cena se faz, circunscrevendo um campo. Trata-se de dar forma ao informe, ao indiscriminado. Este ato de corte possibilita a representação.

Duas funções do ato podem ser consideradas na composição dos cenários. A primeira é a possibilidade de fazer limite ao outro, fazendo alguma figuração dele. Neste sentido tem a função de amenizar o domínio do outro. Tarkovski (1990) conta que fez o filme *O espelho* a partir de imagens que eram recordações de sua infância, carregadas de muita energia emocional. A recordação da casa de sua infância vinha revestida de algo que o atormentava, algo sem registro. Sonhava frequentemente com esta casa. Após fazer o filme, diz, “recordações da infância que por tantos anos não me haviam deixado em paz, de repente desapareceram como que por encanto e, finalmente, deixei de sonhar com a casa em que vivera tantos anos atrás” (p. 152). Mais do que desaparecer, a imagem da casa se transforma, se torna forma. Faz ato de separação. A construção formal, pela materialização numa obra, limita o terror da indiscriminação no outro.

Uma mulher conta sobre seu processo de construção de uma cena. Recolhe imagens que a atraem, sem pensar no porquê da escolha, como uma associação livre em imagens. Compõe o cenário com várias figuras de pessoas em situações de equilíbrio instável. Corpos pendurados em andaimes, suspensos por fios em prédios altos, andando sobre fios, corpos como sombras. Diz que, de repente, sem pensar, coloca no centro a imagem de um corpo em queda livre. Neste momento é invadida por intensa emoção e susto, com seu corpo tomado por um tremor, entrando em contato com uma cena traumática de violência sexual vivida. A concretização plástica da cena e o olhar-se nela, faz com que seja imperioso, nos dias subsequentes, olhar novamente a imagem construída. Trata-se de dar forma ao vivido, podendo revisitar cenas com forte carga traumática e transfigurá-las ao longo de novas construções, nas quais os elementos vão tomando novas formas e significações. É uma possibilidade de manejo do traumático.

A segunda função que podemos considerar no ato de compor os cenários é a produção de uma marca, o próprio fato de inscrever que concretiza a existência do próprio sujeito. Por isso o júbilo do autor diante da obra, semelhante ao que Lacan descreve no estádio do espelho.

O júbilo diante da obra é algo muito recorrente nos processos criativos artísticos, mas estende-se a outras produções sublimatórias. Paulo Pasta (2002) diz, “a pintura está pronta quando eu posso me reconhecer nela (...), quando reproduz um pouco a maneira que eu sou” (p. 11). É o momento em que a obra construída reproduz a imagem do sujeito. O reconhecimento, função do eu, se dá a partir de

algo de si que se apresenta num outro. Essa imagem produz júbilo porque, a partir dela, o sujeito ganha autoria. O que é refletido pode ser vislumbrado como próprio. Porém, ao se nomear na imagem do outro, se inscreve simbolicamente, marca um lugar de existência. O estádio do espelho também faz marca simbólica.

Uma mulher vive um momento de ruptura drástica com suas referências familiares, apartada violentamente de sua estrutura cotidiana. Permanece errando pela vida, sem morada fixa por mais de um ano (ficava circulando em casas de amigos). Vive um desmoronamento da imagem de si, perdendo as referências do que é. Num primeiro momento, quando nada fazia sentido para ela, traz ao grupo fotografias antigas dela e de seus familiares — registro do perdido, busca do que ainda restou da história deste corpo. Na sessão seguinte, traz uma colagem em que compõe elementos que podem ir sendo reconhecidos como próprios, *o que gostava, ações de sustentabilidade, de ecologia, de reciclagem*. O movimento é de buscar as marcas de reconhecimento deste corpo, reconstruir uma imagem de si. Seu processo tem a singularidade de ir acrescentando outros elementos na colagem anterior, como uma garantia de continuidade numa imagem ainda muito fragilizada.

Estas duas funções, o ato como separação e a produção de uma marca que atesta a existência do sujeito, estão implicadas na clínica psicanalítica em sentido estrito. A palavra é ato. Porém, em situações em que importantes falhas na constituição narcísica ameaçam a existência do sujeito, o trabalho com a matéria plástica/visual pode produzir ou restabelecer o sentido da palavra. A própria materialidade do objeto evocativo e do objeto fabricado, que tem existência menos evanescente que a fala, pode permitir criar uma continuidade, uma permanência, importante função de sustentação psíquica nestes casos.

838

A suplência na melancolia

A clínica da melancolia deve ir além da constituição imaginária. A importante falha imaginária pode impossibilitar o melancólico de uma cura no sentido de uma compensação, restauração ou reconstrução do imaginário. Porém, uma construção estética poderia funcionar como uma resolução possível da melancolia? Neste caso, a montagem dos cenários teria um efeito imaginário de ordem estética, que funcionaria como uma suplência. A concepção teórica do objeto estético, para Lambotte, e a de objeto desconhecido, para Le Poulichet, podem servir de referências para esta função de suplência.

A função do objeto estético, para Lambotte (2001), é ser um objeto de contemplação, indicar o gozo. Pode se tratar de uma composição ou de uma organização estética, que pode ser feita a partir de uma organização dos objetos de uma casa

ou jardim, de uma coleção de objetos, de uma composição literária ou artística. Um olhar pousa sobre a realidade, dando a ela certo relevo, certa qualidade antes ignorada. Às vezes, um passeio na natureza e a percepção das tonalidades, do encanto sensível, pode ser objeto de discurso, antes tão nivelado. Isso permite, ao melancólico, “reintegrar a realidade” (p. 94).

Este objeto teria o estatuto de objeto metonímico para o sujeito melancólico. Não funciona como objetos metafóricos, que têm uma relação de substituição. O objeto metonímico não se distancia da coisa por substituições significantes. Ele a aponta permanentemente, indica o gozo da verdadeira realidade que está por trás. A realidade aparente do melancólico se apresenta plana, sem relevo, ilusória, muito longe do brilho e da verdade absoluta que, para ele, só alguns têm acesso. Porém, no momento em que se compõe ou recompõe um ambiente, certos objetos (coisas) reaparecem de forma surpreendente, como se os olhassem pela primeira vez. Para Lambotte, é sobre este olhar que parece se sustentar o prazer de alguns pacientes melancólicos.

No processo analítico, este campo estético, lugar de contemplação, é uma espécie de terceiro lugar entre o analista e o paciente, em que este pode descrever e partilhar seu ângulo de visão particular. Pode ser usado como um intermediário necessário. Segundo Lambotte (2001), “neste efeito imaginário, ele pensa que o analista, ele também, está interessado” (p. 92), o que pode possibilitar uma abertura para a transferência.

Le Poulichet (1998) também faz importantes considerações sobre a relação entre a criação e o desamparo, possibilitando uma abertura para a clínica da melancolia. A partir da análise de artistas plásticos e escritores, mostra o acontecer do ato criador como possibilidade de engendramento de *objetos desconhecidos* que assumem o estatuto de substitutos do eu. Segundo ela, “O objeto criado teria assim o poder de encarnar o substituto de uma superfície corporal, quando falhas narcísicas fazem impossível investir a ‘projeção de uma superfície’, que Freud assimila ao ‘eu corporal’” (p. 7). Nas vivências de desamparo, que desintegram a imagem do eu, o objeto criado, ou objeto desconhecido, desloca a relação do perigo da dissolução para uma prática de viver em perigo por meio do ato criador. Trata-se de uma arte de viver em perigo.

Estes objetos suscitam a sua própria metamorfose ou recomposição em outros objetos singulares, que inventam novas superfícies do acontecer em devir, já que não parece possível o investimento narcísico de uma imagem de eu. São procedimentos para “tomar (ou recuperar) corpo, compondo superfícies corporais do acontecer nas quais se projetam substitutos do eu” (p. 17). Atuam como lugar de captação das forças pulsionais, fazendo borda ao gozo. Ou seja, possibilitam agrupar as pulsões parciais, que não podem ser canalizadas pela imagem do eu.

Um dos artistas plásticos analisados, Bram van Verde, diz que se espanta com o mundo visível e que está sempre fugindo. Este mundo visível, que possibilita sustentar-se e constituir uma imagem no espelho que é seu semelhante, “não é mais

que uma ferida” (p. 24). Assim, buscar uma imagem de si é cair na ameaça de aniquilação, “o que já está representado se torna inevitavelmente esmagador” (p. 24).

Assim, estes substitutos do eu são sempre instáveis. Há que criar incessantemente. Criar seria surgir no instante enquanto objeto desconhecido, “o psíquico conhece ali uma efêmera eclosão” (p. 18). Trata-se então de conseguir corpo de maneira diferente que num espelho. Para Le Poulichet, a arte do perigo consiste em estar sempre à beira, no absolutamente instável. Estar em perigo anima a tensão de um corpo por vir, e, assim, não dissolvido. Como ela refere, “há que manter-se em movimento para não coincidir com uma imagem presa, para não correr o risco de coincidir consigo mesmo, porque esse ‘si mesmo’ parece identificado com um trauma” (p. 27). Assim, sacrifica-se a superfície de contato com o outro em vez de experimentar a ruptura traumática da superfície do eu.

Do sensório ao estético

Construir uma clínica a partir do uso conceitual tanto do objeto estético/de contemplação como do objeto desconhecido/criado considera a importância da dimensão do ato e da encenação na melancolia e na depressão e faz da estética uma possibilidade subjetiva.

A dimensão estética presente nas construções teóricas de psicanalistas que se ocupam da clínica da melancolia e da depressão, seja a partir dos objetos de contemplação ou dos objetos criados, remete à relação do escópico com o visual. Tanto na melancolia como na depressão, de uma maneira geral, há certa disponibilidade às qualidades sensoriais, mas isso não implica numa vivência de ordem estética propriamente.

Fédida (1999) descreve a vivência de um homem deprimido envolto em um imobilismo corporal e sua fala, no momento em que pôde fazer uso da palavra: “Quando eu ficava sentado por horas em minha poltrona ou na beirada da cama, sentia-me como que permeável e transparente à menor impressão do exterior” (p. 24). Delouya também relata a experiência sensível de um paciente, que posteriormente pôde verbalizá-la. A descrição de Delouya (2002) mostra bem a aderência sensorial da vivência:

Ao entrar em casa, na volta de seu escritório, o paciente torna-se sensível a uma tonalidade peculiar da luz sobre a mesa da sala de jantar, levando alguns segundos antes de identificá-la como tal (...). O ar de família se desmantela, perde sentido. É a luz amarela, espalhada sobre a mesa, que enche agora todo o espaço, expondo uma tela branca de sua existência que está prestes a esfarelar-se num verdadeiro vazio. (p. 72)

Nas duas vivências, o sujeito fica tomado por uma qualidade, imantando-se a ela. Não se trata de uma composição estética e sim de uma captura, uma parada na

imagem. O tempo fica suspenso num congelamento da imagem. Aqui, o que está em pauta é um circuito pulsional autoerótico. Na melancolia, talvez até mais do que na depressão, a pulsão escópica se faz imperiosa. Os melancólicos estão sempre com o olhar perdido na distância, presos na certeza de que há algo mais luminoso a ser visto por trás da realidade aparente.

Quando Tarkovski põe em movimento a imagem da casa da infância, ele faz outra coisa dela. Descola-se da imagem, insere-a no tempo, podendo fazer uso de sua força sensória. Assim, descongela a imagem que o sidera, podendo deixar cair o olhar, como objeto escópico. A imagem ganha valor significativa por meio de uma composição estética. Articular a pulsão escópica em cena rompe o circuito autoerótico, dá ao olhar o estatuto do visual, do especular. A vivência estética implica a ação do sujeito, implica *estar no quadro*, como diz Lacan. A composição estética, o trabalho com as montagens de cenários, poderia funcionar como a figuração da casa de Tarkovski, fazendo uso da sensibilidade sensória (tão comum nos sujeitos depressivos ou melancólicos) para a construção significativa e/ou suplência imaginária.

Possivelmente na melancolia, na qual a dificuldade na função representativa tende a ser mais impeditiva, a criação estética poderia funcionar como organizadora das pulsões parciais, fazendo, de certa forma, a função do eu. Porém, na medida em que as falhas na função especular impossibilitam a construção de uma imagem de si — que possa dar corpo a uma marca própria —, esta suplência imaginária estaria sob o signo da instabilidade. Há que criar incessantemente.

A construção dos cenários e o atendimento psicanalítico poderiam fazer a função de ligação entre as impressões, sensações, imagens e palavras. Não se trata de superar ou ultrapassar a imagem sensória ou figura, substituindo-as pela palavra. Trata-se de dar corpo sensório à palavra, encarnando-a. É uma abertura de caminho entre a pulsão e o significante, por meio da composição estética e do processo psicanalítico.

Referências

- Berlinck, M. T. & Fédida, P. (2000, junho). A clínica das depressões: questões atuais. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, III(2), 9-25.
- Cancina, P. (1996). A pesadez de uma adolescente. In U. T. Peres (Org.), *Melancolia* (pp. 73-88). São Paulo: Escuta.
- Delouya, D. (2002). *Depressão: estação psique*. São Paulo: Escuta.
- Fédida, P. (1999). *Depressão*. São Paulo: Escuta.
- Fédida, P. (2009). *Dos benefícios da depressão: elogio da psicoterapia*. São Paulo: Escuta.
- Freud, S. (1980a). Estudos sobre a histeria. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. II). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1893).

- Freud, S. (1980b). O mecanismo psíquico do esquecimento. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. III). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1898).
- Freud, S. (1980c). A interpretação dos sonhos. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. IV). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1900).
- Freud, S. (1980d). O estranho. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. XVII). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1919).
- Freud, S. (1980e). O ego e o Id. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. XIX). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1923).
- Freud, S. (2013). *Sobre a concepção das afasias: um estudo crítico*. Belo Horizonte: Autêntica. (Trabalho original publicado em 1889).
- Huot, H. (1991). *Do sujeito à imagem: uma história do olho em Freud*. São Paulo: Escuta.
- Kristeva, J. (1989). *O sol negro: depressão e melancolia*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Lacan, J. (1991). *O seminário. Livro 7. A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1960).
- Lacan, J. (1998). *O seminário. Livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1964).
- Lambotte, M. C. (2000). *Estética da melancolia*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud.
- Lambotte, M. C. (2001, junho). A deserção do outro. *Revista da Associação psicanalítica de Porto Alegre APPOA*, Porto Alegre, XX, 84-101.
- Le Poulichet, S. (1998). *El arte de vivir em peligro: del desamparo a la creación*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Pasta, P. (2002). *Notas sobre a pintura*. Dissertação de mestrado em Artes. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Picasso, P. (1993). *Os artistas falam de si próprios*. Lisboa: Dinalivros.
- Picasso, P. (1997). *Picasso – Vida e pensamentos*. São Paulo: Martin Claret.
- Tarkovski, A. (1990). *Esculpir o tempo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Uchitel, M. (2011). *Neurose traumática*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Resumos

(Composing Images: Psychotherapeutic clinic for melancholy and depressive states)

This paper discusses a combination of esthetic composition and psychoanalysis for treating depression and melancholia. The relationship between visual images and words, act as rupture, substitution in melancholia and the relationship between feeling and esthetics are discussed.

Key words: Melancholy, depression, esthetic composition, psychoanalytic clinic

ARTIGO

(Composer des Images: la clinique psychothérapique de la mélancolie et les états dépressifs)

Cet article présente le mode de composition esthétique associé à la psychanalyse dans le traitement de la dépression et de la mélancolie. Dans ce but, on analyse le rapport entre les images visuelles et les mots, l'acte comme coupure, la suppléance dans la mélancolie et le rapport entre le sensoriel et l'esthétique.

Mots clés: Mélancolie, dépression, composition esthétique, clinique psychanalytique

(Componer Imágenes: clínica psicoterapéutica de la melancolía y de los estados depresivos)

El artículo presenta el modo de composición estética asociada con el psicoanálisis en el tratamiento de la depresión y de la melancolía. Se analiza la relación de la imagen visual con la palabra, el acto como un corte, la suplencia en la melancolía y la relación entre lo sensorial y lo estético.

Palabras claves: Melancolía, depresión, composición estética, clínica psicoanalítica

(Gestaltung von Bildern: psychotherapeutische Klinik der Melancholie und der Depressiven Zustände)

In diesem Beitrag wird die Modalität der ästhetischen Gestaltung in Zusammenhang mit der Psychoanalyse in der Klinik der Depression und der Melancholie vorgestellt. Dazu wird die Beziehung des visuellen Bildes zum Wort, dem Akt als (Ein-)Schnitt, die Stellvertretung in der Melancholie und das Verhältnis zwischen dem Sinnlichen und dem Ästhetischen untersucht.

Schlüsselwörter: Melancholie, Depression, ästhetische Gestaltung, psychoanalytische Klinik

843

Citação/Citation: Fernandes, S. R. (2014, dezembro). Compor imagens: clínica psicoterápica da melancolia e dos estados depressivos. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 17(4), 831-844.

Editor do artigo/Editor: Manoel Tosta Berlinck

Recebido/Received: 21.3.2014/ 3.21.2014 **Aceito/Accepted:** 8.5.2014 / 5.8.2014

Copyright: © 2009 Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental/ University Association for Research in Fundamental Psychopathology. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados / This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original authors and sources are credited.

Financiamento/Funding: A autora declara não ter sido financiada ou apoiada / The author has no support or funding to report.

Conflito de interesses/Conflict of interest: A autora declara que não há conflito de interesses / The author has no conflict of interest to declare.

SYLVIA R. FERNANDES

Psicanalista; Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP (São Paulo, SP, Br); Coordenadora do Projeto Compor da Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae (São Paulo, SP, Br).

Rua Jorge Americano, 472/202

05083-130 São Paulo, SP, Br

e-mail: sylviafernandes@uol.com.br

Maternidade e feminilidade: um estudo da subjetividade de mães negligentes na Assistência Social*1

Ana Cláudia Castello Branco Rena*2
Roberta Carvalho Romagnoli*3
Nádia Laguardia Lima*4

Esse artigo tem como tema o estudo da subjetividade da mãe agressora acompanhada pela política de Assistência Social, em articulação à construção social da maternidade, a partir de uma perspectiva psicanalítica. Destacamos os indicadores: exercício da maternidade, negligência e intervenção profissional. Concluimos que a escuta da mulher em suas questões subjetivas é essencial não bastando a excessiva legalização das relações para interromper as situações de violência contra os filhos no ambiente doméstico.

Palavras-chave: Maternidade, feminilidade, negligência, assistência social

*1 Esta pesquisa integra o diretório Práticas de Saúde em Clínica Ampliada na Contemporaneidade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (Brasília, DF, Br) e foi realizada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas (Belo Horizonte, MG, Br). Financiamento parcial Capes/Prosup. Artigo baseado na dissertação “Maternidade e feminilidade: um estudo da subjetividade de mães negligentes na assistência social” concluída em 31 de maio de 2012 na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Pós-Graduação em Psicologia. Disponível em <http://www.sistemas.pucminas.br/BDP/SilverStream/Pages/pg_ConstItem.html>.

*2 Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas (Belo Horizonte, MG, Br).

*3 Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas (Belo Horizonte, MG, Br).

*4 Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (Belo Horizonte, MG, Br).

Desde 2005, o campo das políticas públicas em Assistência Social em nosso país é regido pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Dentre todas as determinações do SUAS que passam a vigorar a partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) a “centralidade na família” (Brasil, 2004, p. 40) indica uma mudança significativa. Essa proposta faz convergir as várias iniciativas dispersas de atendimentos à criança de zero a sete anos, ao adolescente, à mulher, ao deficiente físico, ao idoso, dentre outros, em uma ação afirmativa em relação à família, definindo sua centralidade política tanto nas atuações de promoção social quanto nas intervenções em situações de violação de direitos (Brasil, 2004).

846 Em Belo Horizonte, a Política de Assistência Social, em particular a proteção social especial que implica atendimento assistencial destinado às famílias que não garantem a proteção social, trabalha, muitas vezes, articulada às instâncias judiciais ligadas à infância e juventude, caracterizando a rede de defesa e proteção desse público. É nessa rede de proteção que se operacionalizam as “medidas socioprotetivas”, definidas por determinações judiciais que implicam em acompanhamento e proteção do grupo familiar pela rede de políticas públicas. Essas medidas se caracterizam por encaminhamentos aos diversos aparelhos da rede de políticas públicas básicas (centros de saúde, escolas e dispositivos da Assistência Social) que serão delimitados de acordo com as necessidades e demandas da família.

A não garantia da proteção social muitas vezes decorre de situações de violência infligidas pela própria família. Assim, a violência compreendida como questão social se expressa de várias maneiras, dentre elas, a que se verifica no âmbito familiar que, a nosso ver, é a mais insidiosa e, talvez, a mais devastadora no que se refere à constituição dos sujeitos — principalmente em se tratando de crianças e adolescentes. Nesse sentido, sua abordagem vem sendo facilitada pelas ferramentas jurídicas que legitimam a ação técnica e de políticas públicas em relação a esses grupos.

Esse tipo de violência, a qual estão expostas cotidianamente milhares de crianças e adolescentes, tem no silêncio o seu aspecto mais perverso. As vítimas em sua maioria não compreendem bem o que se passa e,

com frequência, as denúncias partem de terceiros — normalmente instituições como escolas, centros de saúde, projetos sociais, dentre outros. É precisamente nos espaços públicos que as marcas da violência — sejam elas aparentes como hematomas, ou subjetivas, que se expressam pelo comportamento — vão tornar públicas as condições de maus-tratos às quais são submetidas muitas crianças e adolescentes no espaço privado.

Neste trabalho, buscamos questionar os processos subjetivos que sustentam as relações familiares marcadas por padrões violentos, com atenção especial para a mulher e sua relação com a maternidade. Com esse objetivo, nosso campo de atuação e investigação está localizado no cotidiano da política pública de assistência social, cenário onde os dramas familiares ganham notoriedade e se tornam passíveis de intervenção. Existe, na relação entre mães e filhos, ou ainda na constituição da maternidade para algumas mulheres, um hiato. Algo de ordem subjetiva na delicada operação mulher-mãe que, articulado a uma expectativa social em relação à maternidade à qual essas mulheres não conseguem corresponder, transforma a relação entre mãe e filho num campo de batalha. Na tentativa de rastrear essas relações, recorreremos ao aporte psicanalítico em Freud, mas principalmente em Lacan, e utilizamos fragmentos de um caso que foi conduzido pela pesquisadora num período de dois anos e que nos oferece a possibilidade de confrontar a discussão teórica aos dados reais colhidos na prática dos atendimentos.

No princípio era Freud: as primeiras incursões da psicanálise ao feminino

Os textos psicanalíticos, em especial a obra de Freud, que abordam a questão da mulher e sua constituição psíquica, não vão muito além do enigma. O discurso sobre a mulher por diversas vezes traz adjetivos como “mistério” ou “irrevelado”. Na obra “A organização genital infantil”, Freud (1932/1996e) apontará a relação e proximidade entre as experiências ou pesquisas sexuais infantis e as manifestações da sexualidade na vida adulta. O interesse nos órgãos genitais e em sua atividade toma, segundo Freud, boa parte da atenção da criança, bem próximo da realidade dos adultos com uma diferença marcante que, segundo o autor, “(...) consiste no fato de, para ambos os sexos, entrar em consideração apenas um órgão genital, ou seja, o masculino. O que está presente, portanto, não é uma primazia dos órgãos genitais, mas uma primazia do falo” (p. 180).

Já para as meninas a origem e nascimento dos bebês passam a compor a construção da teoria infantil numa lógica compensatória em que as mulheres perdem o pênis, mas, em troca, recebem um bebê. Na concepção freudiana, essa teoria, ao mesmo tempo elucidativa e consoladora, deixa fora de questão o genital feminino.

Diz o autor: “(...) em tudo isso, os órgãos genitais femininos jamais parecem ser descobertos” (pp. 183-184).

Em “A dissolução do complexo de Édipo” (1924/1996c), temos, no caso dos meninos, uma construção teórica consistente tanto para o complexo da castração, quanto para seu desfecho na constituição do superego, para as meninas o argumento é bem mais frágil. No caso das meninas, o processo simbólico do complexo de castração e seu desfecho seriam de ordem afetiva. Para Freud essa é a grande diferença entre meninos e meninas, para os primeiros se impõe a ameaça de perder seu órgão genital, já para as garotas, a castração está posta, é fato consumado.

O complexo de Édipo para as meninas pode ser assim descrito como um processo que inaugura uma nova ordem nas relações objetais redefinindo os papéis dos atores. A mãe pelo pai, o clitóris pela vagina, essa é, segundo a teoria freudiana, a gênese da constituição do feminino. Primeiro, onde se supunha o pai na ligação edípiana estava, originalmente, a mãe; segundo, o tempo de ligação entre a menina e a mãe foi, nas palavras do autor, “grandemente subestimado” (Freud, 1927-1931/1996d). Objeto, intensidade e tempo parecem ser, a princípio, as categorias que oferecem ao estudo da organização genital infantil feminina as peculiaridades que a destacam da constituição masculina.

848

É a partir das proposições teóricas de Freud que Lacan desenvolverá um novo caminho para se pensar a mulher e sua constituição psíquica. Não há, a princípio, uma recusa completa ao falocentrismo, mas uma nova abordagem que libera a mulher de se encaixar na descrição estrita do padrão masculino de sexualidade. Lacan demonstra pelas fórmulas da sexualização, o que já havia sido afirmado por Freud (1913/1996b) em “Totem e tabu”, que para ser homem é necessário ser castrado, ou seja, o acesso ao gozo fálico só seria possível mediante a submissão à lei do interdito e do complexo de castração. A exceção funda o conjunto dos homens, o fato de ter havido “ao menos um” (o pai da horda primeva) que não se submeteu à castração cria o conjunto e, por conseguinte, uma universalidade de todos os outros para quem a castração é um fato.

O corpo sexuado seria assim a primeira inscrição do sujeito na função fálica, que irá localizá-lo num dos lados da tábua da sexualização e, estando do lado feminino, toda a equação será subvertida. Estando ela fora da lógica do Um e do Todo, está fora de questão qualquer ideia de universalidade. Para Lacan, o gozo feminino não está submetido ao universal da castração como se dá com os homens. As mulheres não podem contar com uma regra ou lei que venha mediar sua relação com o falo ou, melhor dizendo, o falo não se prestará a limitar o gozo feminino. Segundo Lacan (1972-1973/1985), “por ser não toda, ela tem, em relação ao que designa de gozo a função fálica, um gozo suplementar” (p. 99).

Entendemos assim que a função fálica não responde integralmente pela sexualização dos sujeitos, o que implica a dessimetria e na não complementaridade,

nas palavras do autor: “Nada se pode dizer da mulher” (p. 109). “Não há A mulher, artigo definido para designar o universal” (p. 98) e, por isso mesmo, instala a mulher na ordem do indeterminado, do imprevisível. Se por sua essência ela não é toda, só se pode dizer da mulher uma a uma. A sexualidade humana estaria, assim, determinada pelo resultado do encontro do sujeito com o sexual, numa elaboração particular do que se inscreve na tábua da sexuação. Pommier (1987) dirá que o gozo feminino é da ordem do desespero, e que para uma ausência absolutamente irremediável não há palavras que a possam situar. “Um homem, ou Deus, é amado nessa medida. Longe de ser uma figura do narcisismo, o amor próprio ao feminino é o outro nome do desespero” (p. 72).

Essa descrição nos traz algo de familiar, pois se é nesses termos que se estrutura a dinâmica feminina, se é sob o signo do trágico que se desenrolam as relações de objeto, vale questionar se não seria a relação entre mãe e filho um cenário propício para compreendermos esse aspecto do qual nos fala Soler (2006). O excesso que determina os atos de amor ou indiferença pode ser o ponto de interseção entre os dois universos, quais sejam a feminilidade e a maternidade. A maternidade ocupará lugar de destaque no universo feminino por diversos motivos, mas, na perspectiva da psicanálise que aqui nos interessa, esse destaque ou valor se dá essencialmente pela carga libidinal da qual dispõe. Feminilidade e maternidade parecem, como tudo no universo feminino, marcadas pela indeterminação e por uma infinidade de respostas que cada uma vai construir a seu modo.

A formulação desenvolvida por Lacan demonstra que a mulher busca no homem o falo, ou ainda, ser o falo para ele. Na condição de castrada, para ter acesso ao desejo ela precisa ocupar esse lugar, no entanto, ela se divide entre aquele que possui o falo e o significante da falta. Por sua condição não toda, por sua posição desejante, é permitido a ela deslizar nessa incompletude pela via da maternidade, tendo o filho como objeto *a*. Para Lacan (1972-1973/1985), se “A mulher” não existe, ela busca existir como mãe (p. 133). Ela toma o filho como objeto *a* substituto da sua falta fálica. No entanto, Lacan destaca que do lado da mulher “é de outra coisa que não do objeto a que se trata no que vem em suplência a essa relação sexual que não há” (p. 86).

Soler (2006) também recorre a Lacan, para quem a questão central nos remete ao desejo da mulher e afirma: “(...) ali onde havia surgido a mãe do amor, ele invocou... a mulher. E a mulher para ele foi, primeiro, a mulher do pai, aquela que se inscreveu em sua escrita da metáfora paterna, (...)” (p. 90).

Aqui temos dito da coexistência de duas dimensões, a feminilidade e a maternidade, Soler dirá da oposição entre mãe e mulher. Da lógica da posse no inconsciente da mulher — em que num momento ela é a que possui (diante do filho) para mais adiante se revelar como despossuída (diante do homem) — é que a criança irá emergir enquanto sujeito. O objeto que falta à mãe é o que a criança reclama para si, mas, ao mesmo tempo, intui pertencer ao outro paterno, tem função estruturante.

Considerando nossa discussão até o momento, apresentamos a partir de agora um caso com o qual pretendemos reforçar nossa proposição sobre a necessidade de localizar, mesmo nas situações mais adversas, a mulher e sua dinâmica de gozo como uma maneira de intervir de forma responsável nas relações familiares marcadas pela violência.

Mãe alheia, filhas intérpretes

A sra. Ivete se apresenta ao Conselho Tutelar da Regional Noroeste (CT/NO) de Belo Horizonte, acompanhada da filha Alessandra, na ocasião, com 13 anos.¹ Ivete, portadora de necessidades especiais por uma perda auditiva significativa, conta sua história com o auxílio da filha que se coloca como sua intérprete, posto que Ivete também possui dificuldades para se expressar verbalmente. Assim, a filha repete o que diz a mãe com poucas alterações que afirma em tom de brincadeira: “Alessandra é o meu ouvido”.

850

Esse chiste produzido por essa mãe, sinaliza ou sintetiza o que, no nosso entender, desvendaria um traço importante da sua posição em relação à maternidade. Para Ivete, a maternidade traz grandes desafios e essa mãe parece estar sempre diante de um grande enigma a cada vez que a realidade lhe convoca a responder desse lugar. Nos equipamentos públicos de maneira geral é como mulher humilhada, abandonada, doente e desprovida de recursos básicos à sobrevivência que Ivete se apresenta.

É curioso observar que a filha Alessandra, que lhe tira a possibilidade de ouvir (a própria Ivete associa a perda auditiva ao nascimento da menina), restitui-lhe essa capacidade se colocando como objeto para uso da mãe e isso se faz em todas as situações. Assim, o caso torna-se conhecido por sua peculiaridade, todos se referem a Ivete como a “mãe que carrega sempre uma das filhas para falar e ouvir por ela” nas entrevistas.

A adolescência conturbada de Alessandra é o prenúncio do deslocamento que vai se desenhando lentamente e que no futuro irá localizar a mãe, antes vítima do companheiro, no papel de agressora ou de mãe negligente. Percebemos que sua dificuldade em se comunicar (ouvir e falar) faz com que seu discurso passe, necessariamente, por uma das filhas, mas a palavra que circula é sempre a palavra da mãe. Como ela é o único adulto do grupo e as denúncias recaem sobre o ex-companheiro,

¹ Os nomes foram alterados para manter o sigilo dos informantes.

é ao lado dos filhos que ela se coloca como vítima desse outro agressor. Sua maneira de exercer a maternidade e seus atos correspondem à sua forma de gozo e ao que talvez ela perceba como essência do feminino, sempre marcado pela falta e que confirmam as palavras de Miller (2003) quando diz que “Nessa ordem das coisas, a feminilidade se encontra, se quisermos, exaltada por todos os traços da falta. É também, por uma inversão dialética, que todos os traços contrários podem, na ocasião, tomar seu caráter fascinante (p. 16).

Acreditamos ser essencial reconhecer a mulher para além do discurso materno, mais que isso, se questionar sobre como ela se remete à feminilidade. Isso significa se questionar sobre como ela lida com a castração, marcada pela falta ou pelo excesso encobridor? Aos que estranham essa abordagem que aproxima o gozo feminino ao exercício da maternidade, o psicanalista Éric Laurent (2007) responderá da seguinte forma:

O fascínio pela relação mãe-filho faz esquecer que a criança ocupa o lugar de condensador de gozo. Por isso, o termo gozo tem de estar implicado nessa questão, já que a maternidade, o ocupar-se dos filhos, é uma atividade sexual, e não uma atividade educativa ou sublimada. (p. 16)

Trata-se, portanto, principalmente da sexualidade feminina e de saber das consequências da relação mãe/filho para a sexualidade da mulher. Embaraçada nessa maternidade confusa e desastrosa, Ivete preservava a mulher de ter de responder por seu desejo e de se posicionar frente à castração enquanto sujeito. A mãe carente e abandonada encobria a mulher que não queria saber de si e que não podia dizer de seu gozo, senão pela boca de suas filhas maltratadas. Lacan, em sua obra “O falo e a mãe insaciável” em *O Seminário IV: A relação de objeto* (1956-1957/1995), nos fala desse labirinto em que vemos Ivete se perder.

É preciso estudar esse labirinto onde o sujeito habitualmente se perde, e pode mesmo vir a ser devorado. O fio para se poder sair é dado pelo fato de que à mãe falta o falo, que é porque ele lhe falta que ela o deseja, e é apenas na medida em que alguma coisa lho proporcione que ela pode ser satisfeita. (Lacan, 1995, p. 194)

Retornamos aos relatos do caso, que agora apresenta um novo desafio: Alessandra é claramente aliciada por um vizinho que mora no mesmo prédio e que a explora sexualmente. Alessandra talvez se coloque como objeto sexual para esse homem, da mesma forma que se colocou como objeto para a sua mãe, mas não podemos deixar de observar que seu ato pretendia que a mãe tomasse conhecimento dele. Essa situação nos faz pensar sobre o uso que a mãe pode fazer do corpo da criança, ou de parte do corpo — no caso em questão, o ouvido —, para preencher a sua falta, que na verdade não é a falta da audição, mas uma falta subjetiva. O corpo da criança é tomado como objeto condensador de gozo para preencher a sua falta. A mãe oferece um lugar para a filha: “meu ouvido”. Mas, Alessandra parece resistir a

esse lugar em que é convocada a ocupar pelo Outro. Ela não se aliena a essa posição de objeto e faz um movimento de separação radical que a leva a se expor ao risco de diversas formas. Alessandra escapa da mãe, mas se oferece ao outro como objeto sexual.

A fórmula edípiana nos ensina que é por intermédio da metáfora paterna que se produzirá a significação fálica sobre o desejo da mãe. No entanto, com Lacan, aprendemos que existe outra posição em que a criança pode se localizar, posição essa que vai saturar o desejo da mãe como objeto, colocando em suspensão a fórmula fálica. Isso significa que esse objeto responderá pela existência da mãe. Assim, “A criança é o falo nos casos mais favoráveis, em que tem valor” (Laurent, 2007, p. 44).

Até onde pudemos acompanhar, os filhos de Ivete respondem pelo sintoma do casal, mas, em especial, pelo transtorno que a ausência do homem causa na subjetividade dessa mulher. O adjetivo desnorteada é o que melhor define Ivete, e Miller (2003) reconhece nesse termo uma posição feminina na polaridade e partilha sexual.

(...) podemos sempre fazer o retrato da mulher dominada pelo menos. É, assim, a inferior, a submissa, a obediente; é a massacrada por uma lei que se lhe impõe, aquela que passa sob o jugo. Sua queixa, sua reivindicação se alimentam, eventualmente, dessa posição. É aquela que não se escuta, a qual se reconhece sem contestação. (...) Desse lado ela aparece como aquela que já sai perdendo. É a vencida por excelência e, também, a perdida. (p. 24)

852

Nossa percepção não é a de localizar no parceiro de Ivete ou na separação do casal o ponto fundamental do conflito familiar. Não há dúvida de que o rompimento e, em particular, o abandono da família em circunstâncias tão precárias criaram condições para que essa mulher ficasse transtornada, mas cinco anos de suporte e orientação são mais que suficientes para que o sujeito se reorganize, ainda que as questões subjetivas possam exigir um tempo que não temos como prever. Entendemos sim que havia algo anterior, algo que nos remete à constituição subjetiva dessa mulher e sua forma particular de se posicionar frente à feminilidade e, por conseguinte, à maternidade.

Assim, quando assumo em abril de 2006, já no segundo atendimento não permito mais a entrada de nenhuma das filhas, decido que a comunicação deverá acontecer de qualquer maneira entre mim e essa mulher, que se surpreende e demonstra muita insegurança, mas insisto numa atitude de encorajamento e ela aceita ficar sozinha comigo. Separá-la fisicamente de seus filhos por um intervalo de tempo era só o primeiro passo; interessava-me também proteger as crianças das conversas que obrigatoriamente deveríamos ter — conversas de adultos. Essa mãe buscava certa fusão com os filhos, o que nos impedia o acesso a ela própria. Ela se misturava a eles na demanda de proteção e cuidados que dirigia à rede de atenção das políticas públicas, e sua aparente fragilidade não lhe permitia assumir o título de

referência familiar (adulto responsável pelo grupo, em especial pelas crianças).

Nesse contexto, acredito ser necessário destacar a emergência da negligência no âmbito institucional ou de como essa família foi acolhida na rede. Desde a chegada desse caso ao Conselho Tutelar, percebo que toda a rede se mobiliza no sentido de dar suporte a essa mulher e suas crianças, sendo o pai das crianças, supostamente, o único causador de todo o sofrimento. Agora é Ivete, e não mais o ex-companheiro, quem recebe as notificações para comparecimento nos órgãos de defesa e proteção dos direitos das crianças e adolescentes para responder por negligência em relação à filha.

Em fevereiro de 2009, após tanta insistência, Ivete passa pelo exame de audiometria e fica muito surpresa quando o médico lhe diz: “Você não é surda” e ela completa “quando ele falou eu até assustei!”. Durante cinco anos Ivete fugiu desse momento, durante todo esse tempo, ela, das mais diversas formas, insistia em não ouvir, em ser “a surda” que dependia das filhas para se comunicar com o mundo. Sempre haveria de ter alguém entre ela e o outro. Foram muitas as ocasiões em que ela parecia aturdida, sem compreensão da realidade a sua volta, não por falta dos sentidos essenciais para apreensão do mundo, mas talvez por escolha. Em setembro de 2009, o caso foi desligado do Serviço de Orientação e Apoio Sócio Familiar – SOSF — por “esgotamento das possibilidades de intervenção” e encaminhado ao Juizado da Infância e da Adolescência.

No relatório técnico está registrado ainda que “Ivete apresentou dificuldades de ouvir todas as intervenções que lhe exigiam uma implicação” (sic). Sua atitude manteve o mesmo padrão de esquivas. Quando questionada sobre o motivo pelo qual havia sido incluída nos atendimentos no SOSF, Ivete teve muita dificuldade de ouvir, confusa, respondeu: “Prá ajudar, por causa dos meninos, aprender ... achei que era por causa que eu não recebia pensão”. A psicóloga arremata sobre o fato de Ivete ouvir apenas o que lhe é conveniente.

A rapidez, intensidade e gravidade dos fatos sequestravam qualquer estratégia de aproximação empreendida para conhecer essa mulher. No discurso da mãe, vítima de suas próprias incapacidades, permanece a mulher que decide não ouvir e não se pronunciar. Ausência determinada por uma anulação do sujeito que se coloca como objeto a ser abandonado pelo outro (marido, filhos, instituições).

Considerações finais

A prática de atendimento às mães denunciadas por violar os direitos fundamentais de seus filhos sempre nos trouxe questões sobre quem de fato são essas

mulheres. Na relação de confiança e parceria entre o técnico responsável pelo caso e estas mulheres, muitas situações de violência intrafamiliar eram superadas. Outros casos eram mais desafiadores e nos colocavam questões para as quais os manuais, métodos e a experiência da própria equipe não bastavam.

Reconhecemos que a maternidade, por excelência uma experiência privada, sempre foi atravessada pelo discurso sociopolítico em todas as épocas, mas com ênfase para o discurso religioso e médico/científico e, mais recentemente, pelas demandas do mercado. Nesse ponto, dialogamos um pouco com o filósofo Jean-François Mattéi, afinal, a procriação e a maternidade estão no mundo desde sempre, um mundo que a cada dia se afasta um pouco mais dos processos naturais e se lança em direção ao social, ao político, ao tecnológico (Mattéi, 2001). Aprendemos com esse autor, que a palavra e o pensamento são os principais pilares desse mundo novo e, na proporção inversa, nos afastam da barbárie. Podemos associar o pensamento de Mattéi ao de Lacan, que reconhece na palavra um ponto de gozo, é o simbólico que circunscreve e barra o real. A palavra é o acesso ao outro, é o que expande o universo individual e nos coloca em relação com o diferente, promovendo a alteridade que faz resistência à barbárie.

Na análise do caso, buscamos trazer a mulher que havia por detrás da mãe, ainda que de maneira incipiente. Recorremos aos princípios da psicanálise e apostamos em uma possível retificação subjetiva dessa mulher com reflexos em seu exercício materno. Uma nova posição de Ivete frente à feminilidade e maternidade que fosse capaz de suprimir a condição de negligência em que viviam as crianças de forma consistente e definitiva. Reafirmamos nossa convicção de que, para algumas dessas mães, o recurso possível é reconhecê-las, antes de tudo, como mulheres.

854

Referências

- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.
- Freud, S. (1996a). O caso Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. 12, pp. 111-119). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1911-1913).
- Freud, S. (1996b). Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 11). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1912-1914).
- Freud, S. (1996c). A dissolução do complexo de Édipo. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 19). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1924).
- Freud, S. (1996d). Sexualidade feminina. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas*

ARTIGO

- Completas de Sigmund Freud* (Vol. 21, pp. 233-251). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1927-1931).
- Freud, S. (1996e). A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 22, pp. 139-165). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1932).
- Freud, S. (1996f). Feminilidade. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 22, pp. 113-134). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1932-1936).
- Lacan, J. (1985). Deus e o gozo d'A mulher. In *O seminário. Livro XX. Mais ainda* (pp. 9-23). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1972-1973).
- Lacan, J. (1998). Diretrizes para um congresso sobre sexualidade feminina. In *Escritos* (pp. 734-745). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1966).
- Lacan, J. (1999). O desejo e o gozo. In *O seminário. Livro V. As formações do inconsciente* (pp. 261-279). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1957-1958).
- Lacan, J. (1995). *O seminário. Livro IV. A relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1956-1957).
- Laurent, E. (2007). *A sociedade do sintoma: a psicanálise hoje*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Mattéi, J-F. (2001). *A barbárie interior: ensaio sobre o i-mundo moderno*. São Paulo: Editora Unesp.
- Miller, J-A. (1997). A criança entre a mãe e a mulher. *Opção Lacaniana*, 28, 7-12.
- Miller, J-A. (2003). Uma partilha sexual. *Revista Clique*, 02, 12-28.
- Miller, J-A. (2012, março). Os seis paradigmas do gozo. *Opção Lacaniana online*. 3(7). Recuperado em 24 abr.2012 de: <http://www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_7/Os_seis_paradigmas_do_gozo.pdf>.
- Pommier, G. (1987). *A exceção feminina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Soler, C. (2006). *O que Lacan dizia das mulheres*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Stenner, A. da S. (2011). *Sexuação e modalidades de gozo na clínica com mulheres psicóticas*. 2011. Tese de Doutorado no Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Resumos

(Motherhood and femininity: a study regarding the subjectivity of neglectful mothers on social welfare)

This paper focuses on a study of the subjective organization of aggressive mothers who were being accompanied by social welfare workers in the city of Belo Horizonte, Brazil. The background content is the social construction of motherhood from a psychoanalytic perspective. The following indicators are highlighted: the exercise of motherhood, the emergence of neglect and professional intervention. We conclude that listening to such women in terms of their subjective issues is essential. The often

excessive application of laws and rules is inefficient in avoiding violent situations against children in the home.

Key words: Motherhood, femininity, neglect, social welfare

(Maternité et féminitude: une étude de la subjectivité des mères négligentes dans le cadre de l'assistance sociale)

Cet article porte sur l'étude de la subjectivité de la mère agresseuse accompagnée de la politique d'Assistance Sociale, en conjonction avec la construction sociale de la maternité et à partir d'une perspective psychanalytique. Les indicateurs comprennent: l'exercice de la maternité et la négligence et l'intervention professionnelle. Nous concluons que l'écoute de la femme concernant ses questions subjectives est essentielle, étant donné que la légalisation excessive des rapports pour désamorcer les situations de violence contre les enfants dans l'espace domestique n'est pas suffisante.

Mots clés: Maternité, féminitude, négligence, assistance sociale

(Maternidad y feminilidad: un estudio de la subjetividad de madres negligentes en la asistencia social)

Este artículo se centra en el estudio de la subjetividad de madres agresoras acompañadas por una política de Bienestar Social articuladas a la construcción social de la maternidad desde una perspectiva psicoanalítica. Se destacan los siguientes indicadores: el ejercicio de la maternidad, la negligencia y la intervención profesional. Llegamos a la conclusión de que escuchar a la mujer que en sus cuestiones personales es esencial y que no es suficiente la excesiva legalización de las relaciones para interrumpir la situación de violencia contra los hijos en el ambiente doméstico.

Palabras clave: Maternidad, feminilidad, negligencia, asistencia social

(Mutterschaft und Weiblichkeit: eine Studie zur Subjektivität von nachlässigen Müttern im Rahmen der Sozialhilfe)

Das Thema dieser Untersuchung ist die Subjektivität der aggressiven Mutter unter Begleitung der Sozialhilfepolitik, die, ausgehend von einer psychoanalytischen Perspektive zur sozialen Bildung der Mutterschaft eingesetzt wird. Es werden folgende Indikatoren hervorgehoben: Ausübung der Mutterschaft, Nachlässigkeit und professionelle Intervention. Daraus wird geschlossen, dass es grundlegend ist, auf die subjektiven Fragen der Mutter zu hören. Um den Gewalttaten gegen die Kinder zu Hause Einhalt zu gebieten, ist es unzulänglich die Beziehungen übermäßig zu legalisieren.

Schlüsselwörter: Mutterschaft, Weiblichkeit, Nachlässigkeit, Sozialhilfe

Citação/Citation: Rena, A.C.C.B.; Romagnoli, R.C. & Lima, N. L. (2014, dezembro). Maternidade e feminilidade: um estudo da subjetividade de mães negligentes na Assistência Social. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 17(4), 845-857.

Editor do artigo/Editor: Manoel Tosta Berlinck

ARTIGO

Recebido/Received: 21.3.2014/ 3.21.2014 **Aceito/Accepted:** 7.6.2014 / 6.7.2014

Copyright: © 2009 Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental/ University Association for Research in Fundamental Psychopathology. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados / This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original authors and sources are credited.

Financiamento/Funding: Esta pesquisa tem financiamento parcial da Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Brasília, DF, Br) / This research is funded by Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Brasília, DF, Br).

Conflito de interesses/Conflict of interest: As autoras declaram que não há conflito de interesses / The authors have no conflict of interest to declare.

ANA CLÁUDIA CASTELLO BRANCO RENA

Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas (Belo Horizonte, MG, Br); Professora Aulista do Instituto de Psicologia da mesma Universidade.

Rua Antônio Quirino da Silva, 1083 – Ingá
32604-570 Betim, MG, Br.
e-mail: anaclaudiarena@gmail.com

ROBERTA CARVALHO ROMAGNOLI

Professora Adjunto III do Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas (Belo Horizonte, MG, Br); Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP (São Paulo, SP, Br).

Rua Terra Nova, 101/401 – Sion
30315-470 Belo Horizonte, MG, Br.
e-mail: robertaroma1@gmail.com

NÁDIA LAGUARDIA LIMA

Professora Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (Belo Horizonte, MG, Br); Doutora em Educação pela mesma universidade.

Rua Professor Otávio Coelho Magalhães, 324 – Mangabeiras
30210-300 Belo Horizonte, MG, Br.
e-mail: nadia.laguardia@gmail.com

A narrativa testemunhal e o enredamento do traumático no psiquismo*¹

Geisi Mara Rodrigues*²
Viviana Velasco Martinez*³

858

Neste artigo, discutimos a narrativa testemunhal de sobreviventes da maior atrocidade do século XX — a Shoah — a partir da Teoria da Sedução Generalizada (TSG). Compreendemos a narrativa como possibilidade de tradução do traumático, em que o sobrevivente, após tantas perdas significativas — do seu nome, sua dignidade, seus seres queridos... —, pode, por meio da escritura, temporalizar a sua existência e a representação de si mesmo. Ao mesmo tempo, o testemunho permite a criação de espaços memoriais, onde é possível erguer, simbolicamente, lápides para os que não sobreviveram ao horror.

Palavras-chave: Psicanálise, trauma, literatura de testemunho, teoria da sedução generalizada

*¹ Este trabalho é parte da dissertação de mestrado, de Geisi M. Rodrigues, “Suicídio, trauma e literatura de testemunho: traduções possíveis”, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Estadual de Maringá (Maringá, PR, Br). Orientadora: Dra. Viviana V. Martinez. Defesa: março de 2013. Bolsa da Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Brasília, DF, Br).

*² Centro Universitário Cesumar – UniCesumar (Maringá, PR, Br).

*³ Universidade Estadual de Maringá – UEM (Maringá, PR, Br).

Introdução

Como parte integrante de pesquisa maior que estuda o trauma e a neurose traumática depois de Freud, este artigo discute a narrativa testemunhal de sobreviventes da *Shoah*,¹ a partir da perspectiva da Teoria da Sedução Generalizada de Jean Laplanche, como uma possibilidade de temporalização da vivência traumática.

Para Laplanche (1996a), a temporalização é o processo contínuo do ser humano que se organiza no tempo, tomando a si mesmo a partir de uma nova perspectiva diante das situações difíceis da vida, tais como perdas e separações. Essas situações exigem uma reordenação dos significantes inscritos por meio do processo de tradução, destruição e retradição, como veremos.

Contudo, a narrativa testemunhal² também implica na problematização da possibilidade de representabilidade do trauma (Maldonado & Cardoso, 2009; Seligmann-Silva, 2008), pois, diante do pulsional desligado, não é mais possível lidar com o excesso de excitação pelas vias usuais (Cardoso, 2011). Ou, mesmo, que a possibilidade de falar do trauma, usando uma linguagem literária, implique uma distorção das situações vivenciadas (Ornstein, 2010). Seja como for, e frente ao trauma, é preciso tentar metabolizar o excesso.

¹ Termo hebraico que significa catástrofe ou devastação, foi adotado no lugar de Holocausto para designar a morte de milhões de pessoas pelo nazismo, retirando, assim, a forte conotação religiosa desse termo.

² Levi, Celan, Klemperer, Appelfeld, Semprun, Améry, Antelme, Perec, Klüger, Spiegelman, Wiesel, Kofman, Bettelheim, são alguns dos autores desta literatura em torno da *Shoah*.

Transformando o horror em verbo

No caso das vítimas de uma tentativa de genocídio, o laço entre o sobrevivente e a humanidade precisa ser reestabelecido. Além de toda a violência sofrida no próprio corpo, as vítimas do nazismo sofreram perdas significativas durante e após o período de aprisionamento. A perda do nome, da pátria, de familiares, da profissão, da dignidade e dos ideais morais — deixados de lado para poder sobreviver na realidade concentracionária — exigirá que o sobrevivente construa uma nova representação de si mesmo, mais coerente com a vida após a libertação do *Lager*.³

Isso será possível pela escrita, onde a pergunta *É isto um homem?*, de Primo Levi,⁴ não só intitula seu primeiro e mais famoso livro, de 1947, inaugurando a literatura de testemunho, mas talvez seja a indagação de todo sobrevivente para saber o que lhe restou de humanidade. Assim lemos no seu poema *Shemá*,⁵ logo no início do livro:

860 pensem bem se isto é um homem/ que trabalha no meio do barro,/que não conhece
 paz,/ que luta por um pedaço de pão,/ que morre por um sim ou por um não./ pensem
 bem se isto é uma mulher,/ sem cabelos e sem nome,/ sem mais força para lembrar.
 (1947/1988, p. 9)

É após a libertação do *Lager*, segundo Levi (2004), que se reavalia a própria conduta no campo de concentração. Para ele, a ingenuidade havia sido perdida, sentia-se imundo e não poderia mais voltar a ser puro, o veneno de Auschwitz corria em suas veias.

Igualmente, para Semprun⁶ (1995), algo essencial de si se perdera:

 A certeza de que não houvera realmente uma volta, de que eu não retornara
 realmente, de que uma parte de mim, essencial, nunca regressaria, essa certeza por
 vezes me habitou, demolindo minha relação com o mundo, com a minha própria
 vida. (p. 117)

Assim, narrar os horrores se torna premente, sobretudo para recuperar a humanidade. Voltemos a Levi (1947/1988):

³ Termo alemão que designa os campos de concentração e extermínio.

⁴ Primo Levi (1919-1987), químico italiano, foi deportado para Auschwitz por ser judeu. Após sua libertação, escreveu vários livros sobre os horrores do *Lager*, sua sobrevivência e a libertação.

⁵ Palavra hebraica que significa “ouça”, é também o nome de uma importante oração judaica.

⁶ Jorge Semprun (1923-2011), político e escritor, foi preso político *Lager* Buchenwald.

ARTIGO

A necessidade de contar “aos outros”, de tornar “os outros” participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares. O livro foi escrito para satisfazer essa necessidade em primeiro lugar, portanto, com a finalidade de liberação interior. (p. 7-8)

Um troço do precioso pão, afirma Ornstein (2006), dava acesso a papel e tinta, porque criar era vital, mesmo para aqueles pouco talentosos; transformar em palavra e testemunhar a vivência traumática atuaria como ponte entre o sobrevivente e o outro fora do *Lager*, representando, assim, o desejo de renascer (Seligmann-Silva, 2008). Para Semprun (1995), apenas a linguagem literária pode transmitir a densidade da vivência do *Lager* ao transformar o testemunho em um objeto artístico, um espaço de criação ou recriação. Esta ideia, porém, foi contestada por outros sobreviventes e críticos para quem a linguagem literária deturparia a realidade do *Lager*, interferiria na própria interpretação histórica dos fatos.

Contudo, não se trata apenas da história dos fatos, mas dos fantasmas que os fatos mobilizam em cada um e coletivamente e as possíveis significações que podem ser atribuídas como parte do processo de temporalização, de metabolização do excesso. Ademais, recorrer à linguagem literária não é amenizar a situação traumática, diz Seligmann-Silva (2008), é um auxílio simbólico diante do intraduzível do trauma. É um encontro do trauma com a arte, que tem como foco principal a relação entre ferida psíquica e significação (Hartman, 2003).

Esses dois pontos, a necessidade de narrar e sua dificuldade concomitante, nos aproximam da problemática da tradução do traumático, da significação para cada sobrevivente após a violência sofrida e a historicização do vivido. Diremos que, em torno de cada vivência traumática, as próprias bases do psiquismo são colocadas em jogo, pois se reeditaria uma situação de total assimetria e passividade, traumática por excelência, mas que, apesar do excesso, é estruturante do psiquismo pelo trabalho de tradução. Trata-se da Situação Antropológica Fundamental, de Laplanche (2003), que funda o inconsciente precisamente em resposta ao trauma, ao sexual que o outro comunica inevitavelmente numa relação desigual como a de um adulto e uma criança. Tal modelo baseado numa desigualdade e no trauma, também se aplicaria na relação entre o algoz nazi e suas vítimas, com a diferença que este último, ao contrário da criança, contaria com mais recursos para iniciar o penoso trabalho de tradução.

No começo era o trauma...

Para Laplanche (1985, 1992), o início da vida está marcado por uma *situação originária* — a Situação Antropológica Fundamental (SAF) — comum às mais

diversas culturas, que confronta adulto-criança. De um lado está o adulto com um psiquismo mais rico — com um inconsciente sexual e seus resíduos da sexualidade infantil —, pois já tem formada a tópica psíquica; e, de outro, a criança, que ainda não tem inconsciente, e conta apenas com montagens instintuais débeis que precisarão do narcisismo do adulto cuidador para se estabelecer.

A criança desperta a sexualidade infantil recalçada do adulto, de modo que o gesto que este dirige à criança é parasitado por esta sexualidade e veicula um sentido desconhecido por ambos, uma mensagem enigmática, uma sedução. Quando se dirige à criança, o adulto não se restringe ao plano do autoconservativo, seus cuidados têm um *plus* de prazer (Bleichmar, 1994). Assim, a sedução que em Freud estava apenas focada em determinados casos de pedofilia, Laplanche (1992) a generaliza para toda relação adulto-criança.

O *infans*, por sua vez, será impelido a traduzir a mensagem enigmática. Para fazê-lo, o próprio adulto lhe oferecerá códigos tradutivos disponíveis que, segundo Laplanche (2003), são esquemas narrativos pré-formados, como os complexos de Édipo e de castração, por exemplo, que fazem parte do inconsciente mitossimbólico. Enfim, são recursos simbólicos que a cultura oferece para significar as vicissitudes da sexualidade.

862

A tentativa de tradução da mensagem, isto é, da substituição de significantes, é difícil, afirma Laplanche (1992), porque sempre deixa atrás de si restos não traduzidos. O resto não traduzido é o irredutível da alteridade (Laplanche, 2007). É o outro interno, que atuará “como agente, objeto-fonte da pulsão, que busca penetrar sem pausa na existência con-sciente” (Laplanche, 2001a, p. 80) e impelirá o sujeito às incessantes novas tentativas de tradução. Será precisamente a falha da tentativa de tradução que funda a tópica psíquica, pois o que escapa à tradução cai no recalçamento e, conseqüentemente, se opera uma clivagem do psiquismo.

A tradução, diz Laplanche (2003), ocorre em dois tempos, assim como o primeiro modelo de trauma de Freud. O primeiro tempo é da inscrição da mensagem, o segundo é o da revivificação da mensagem no interior do psiquismo como um corpo estranho que precisa ser integrado, controlado. É no *après-coup* que a temporalização ocorre, pois o vivente “retoma o passado a partir do presente para apontar para um futuro” (Laplanche, 2001a, p. 80), constituindo um saber sobre si mesmo.

Contudo, como se trata de uma situação traumática — de sedução — é preciso considerar as peculiaridades da comunicação da mensagem. Segundo Laplanche (1996b), as mensagens são comunicadas à criança de dois modos, por implantação e por intromissão. A mensagem implantada é aquela que se dá de um modo cotidiano, neurótico, como na cena de uma mulher amamentando a criança. Já a mensagem por intromissão é a variante violenta da mensagem implantada e está situada do lado do fracasso radical da tradução. A mensagem permanece tal como

foi intrometida, não é traduzida, fica encravada no psiquismo (Laplanche, 1996b; 2003). Um exemplo desse tipo de mensagem é a veiculada pela cena originária que, segundo Laplanche (2001b), geralmente, é de violência, selvageria, castração e analidade. A mensagem em trânsito na situação traumática, pela violência que lhe é característica, pode ser compreendida como mensagem intrometida; temos aí os horrores da guerra!

Tais mensagens ficariam no psiquismo como signos de percepção e, ao não se inscreverem, ficariam à deriva. Diferentemente dos restos, ou representações-coisa, resultantes do fracasso parcial da tradução, que podem ser recapturadas mais tarde, no processo analítico, por exemplo, os signos de percepção precisam de uma construção para que possam ser entramados no psiquismo (Bleichmar, 1994).

Diante da mensagem intrometida, que compõe o terreno do traumático propriamente dito, o trabalho incessante de tradução trava. O trauma elimina as defesas psíquicas normais (Laplanche, 1985) e empobrece o psiquismo na tentativa de conter o pulsional disruptivo, como apontou Freud em “Além do princípio do prazer” (1920), o que deixa a pessoa sem condições de dominar a mensagem imposta pelo outro.

Entretanto, Laplanche (2003) questiona se haveria mesmo a possibilidade do sujeito ser tomado por tais mensagens sem nenhuma condição de traduzi-las. Vimos que o imperativo para narrar o trauma vivenciado pelos sobreviventes da *Shoah* propõe justamente este questionamento. Diante da impossibilidade de tradução e dever de tradução, qual é o destino psíquico possível para a mensagem intrometida, para o excesso de alteridade?

863

A temporalização e a narrativa: tecer o texto, um lugar para o traumático

Para Laplanche (1996c), a pulsão de tradução provém do mais intraduzível, há um imperativo “deves traduzir *porque* é intraduzível” (p. 53). Isto é, se na constituição do psiquismo o excesso da mensagem funda a vocação à tradução, precisamente para organizar o traumático, toda situação posterior que ameace pelo excesso convocará o sujeito a “testemunhar” tal excesso por meio de novas traduções que, mesmo falhas e recaladoras, permitam a sobrevivência psíquica.

Para Bleichmar (1994): “O que não é possível de ser historizável deverá encontrar um modo de ligação e de ressimbolização se pretendermos que o objeto não fique sempre entregue à compulsão de repetição, quer dizer, ao exercício da pulsão de morte” (p. 61). A autora chama a atenção para o fato de que nas situações de traumatismo grave, geralmente os traumatismos históricos, como a *Shoah*, por exemplo, é o imaginário coletivo que ajudará a metabolização de vivência

individual ou o recalçamento. Assim, produções da cultura, como os julgamentos e condenações dos responsáveis, as medidas políticas, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a criação de fundações e associações, são recursos a serviço da tradução. O mesmo vale para as produções da literatura, arte, cinema, que resultam do trabalho de metabolização do trauma, que o traduzem.

As construções em análise também permitem lidar com a mensagem intro-metida, pois a representação pode ser tecida com o auxílio do analista na busca de sentidos. Nesse contexto, o não traduzido pode, *après-coup*, ser traduzido ou parcialmente traduzido e o já traduzido poderá ser destraduzido para propor, na sequência, novas traduções menos rígidas.

No caso de uma paciente de Bleichmar (1994), sobrevivente da guerra, a análise propiciou um espaço para que os enigmas pudessem ser propostos e que as representações pudessem ganhar novas ligações, menos obturantes. Dessa maneira, o trabalho de tradução do traumático tornaria possível a constituição, para a paciente, de uma história de si mesma, pois, apesar do trauma estar marcado pela impossibilidade de metabolização, consideramos que há sempre, em algum nível, algum tipo de tradução possível⁷ pois, do contrário, uma paralisação do psiquismo impediria a criação de qualquer narrativa. A criação será possível precisamente porque o sobrevivente, mesmo reeditando a situação antropológica fundamental — isto é, como vítima na mesma posição que a de uma criança frente ao excesso de alteridade —, por se tratar de um adulto, também dispõe de uma gama ampla de defesas e de traduções já realizadas ao longo da sua vida, que lhe permitirão, também pela escrita e denúncia, realizar metabolizações dos horrores vividos. E, assim, atenuar seu sofrimento.

É que a criação permite tolerar, de algum modo, o intraduzido. Um exemplo interessante disso é encontrado na escrita de pacientes psicóticos e *borderlines*. Embora não se trate essa forma de escrita — mais descritiva e menos simbólica, pois a forma se sobrepõe à significação — de uma tradução efetiva, possibilita uma nova posição subjetiva, uma tomada de si, “uma apropriação da alteridade radical interna” (Cardoso, 2002, p. 214) pela distância do outro interno que possibilita.

Por outro lado, a narrativa testemunhal, afirma Ornstein (2010), permite a construção dos espaços memoriais, que auxiliam o processo de luto, pois erguem simbolicamente uma lápide para os mortos. É também pela narrativa que se tem a possibilidade que os mortos sejam redimidos historicamente, pois se convoca no presente as vozes que foram caladas pela história.

⁷ Mello Neto (2013) considera que, no caso da filósofa e escritora Sara Kofman, o trauma foi sexualizado, isto é, uma psicose neurose permitiu que o trauma fosse elaborado, embora parcialmente.

Ora, esse é um aspecto relevante quando se trata da narrativa testemunhal, poder falar de si, mas também dos que morreram. Pelo seu alcance comunicacional, o testemunho é um assistente de tradução tanto para as vítimas diretas do nazismo como para a humanidade. O imperativo de testemunhar, segundo Kirschbaum (2007), além da missão de educar as novas gerações e alertá-las para que o horror da *Shoah* não torne a acontecer é, para os sobreviventes, uma dívida com os que morreram. E cita Semprun (1995): “Talvez seja preciso às vezes falar em nome dos naufragados. Falar em nome deles, no silêncio deles, para devolver-lhes a palavra” (p. 138).

E falar em nome dos mortos significa tentar responder ao enigma que sua morte também formula. Temos, assim, o excesso vindo das mensagens dos algozes, ao estilo polimórfico perverso e, por outro lado, a mensagem que a morte das outras vítimas impõe. É que o enigma do outro não cessa e, para o enlutado, o sobrevivente, a mensagem nunca pode ser compreendida o suficiente. Não há luto, segundo Laplanche (1996d, p. 128), sem as questões “o que ele queria?”; “o que teria dito?” e, acrescentamos, “por que eu sobrevivi?”. Somente os bons morreram, responde Levi (2004).

O luto relança o sujeito à dimensão da alteridade. Assim, lidar com o enigma do outro é lidar com o estranho em si, que sempre impulsionará o processo de tradução-destrução-retradução. Segundo Hage (2005),

a mensagem deixada de herança pelo morto, presença viva do morto no psiquismo do sobrevivente, gera a dor própria do luto; e o trabalho de luto, por seu lado, realiza-se à medida que o sobrevivente chega a traduzir a mensagem. Trata-se de um processo em que a tradução e a temporalização são contemporâneos, de tal forma que o trabalho de luto conduz à produção de uma narrativa: através dele, a história vivida com o objeto perdido acha-se reescrita. (p. 285)

É a tradução da mensagem do outro morto que também permite que a história vivida com este possa se tornar passado. Mas, devemos considerar que a morte dos companheiros no *Lager* estava marcada pela intensa ambivalência dentro do universo concentracionário, a demanda de tradução da mensagem do morto torna-se bastante problemática e produz mais culpabilidade que o conflito comum ao luto. Em *Os afogados e os sobreviventes*, Levi (2004), por exemplo, narra sobre o fato de ter sobrevivido, quando tantos outros morreram:

Você tem vergonha porque está vivo no lugar de outro? E, particularmente, de um homem mais generoso, mais sensível, mais sábio, mais útil, mais digno de viver? (...). E só uma suposição ou, antes, a sombra de uma suspeita: a de que cada qual seja o Caim do seu irmão e cada um de nós (...) tenha defraudado seu próximo, vivendo em lugar dele. É uma suposição, mas corrói; penetrou profundamente, como um carcoma; de fora não se vê, mas corrói e grita. (p. 70-71)

Em abril de 1987, quando Levi morre — um suicídio, para muitos —, Wiesel⁸ comenta: “Primo Levi morreu em Auschwitz quarenta anos depois” (Rossi, 2012, p. 8).

Para o sobrevivente de tentativas de genocídio, o trabalho de luto torna-se ainda mais penoso, pois implica, segundo Laplanche (1996d), num trabalho intenso de tecer e retecendo, traduzir e destraduzir os significantes enigmáticos do outro, isto é, ligar e desligar a pulsão. Assim, testemunhar sobre o horror, na tentativa de traduzi-lo, é também reavivar o que há de excesso na ambivalência da relação com o outro morto dentro do contexto do trauma social.

Para finalizar...

Pressupomos, desse modo, a escritura um trabalho de tradução, uma forma de ligação da pulsão anárquica do traumático. Mas, trata-se de uma tradução que, pela sua natureza sempre inacabada, impulsiona o psiquismo a um movimento de destradução para propor novas traduções — aqui o sentido sublimatório —, mais elaboradas, mais eficientes. Por outro lado, vimos, a escrita pode reatualizar o trauma, deixando o psiquismo inundado pelo pulsional desligado, expondo-o à compulsão à repetição.

866

Esta é, pois, a duplicidade potencial da escrita, a concomitante elaboração e reatualização do traumático, o que nos permite assinalar uma analogia com a duplicidade do sintoma por constituir-se simultaneamente como defesa e como satisfação.

Além da tradução do enigma do outro na situação traumática e do enigma da morte dos pares, o sobrevivente de uma atrocidade também vai se reaver com a exigência de novas retraduições das traduções antigas, principalmente daquelas relacionadas à construção dos laços com outros seres humanos fora do *Lager*. Como já apontamos, Laplanche (1996d) afirma que, frente a novas situações, tais como perdas ou mesmo o processo analítico, por exemplo, o ser humano sente-se impelido a traduzir e retraduzir, e, ao fazê-lo, pode fazer um luto da representação perdida de si mesmo, bem como dos laços amorosos e crenças, todos construídos anteriormente ao trauma. O que resta depois do *Lager*... *É isto um homem?*

Na realidade, trata-se de um luto de si mesmo e do outro que não pode sobreviver, o que impõe um trabalho, segundo Laplanche (1996d), semelhante ao trabalho de Penélope, de tecer e destecer, enquanto espera a volta de Ulisses. Assim, o trabalho do luto seria, continua o autor, o fio de ligação com o objeto perdido, que não é rompido, mas tecido e retecido dando origem a novas traduções, de modo

⁸ Escritor e sobrevivente, Elie Wiesel recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1986, pelo conjunto da sua obra, 57 livros, testemunhando os horrores da *Shoah*.

que a ausência do outro possa ser incorporada na vida atual do enlutado. Contudo, mesmo que a narrativa e suas versões abram novas possibilidades de rearranjos dos investimentos libidinais, como suportar uma existência de certa forma sustentada na ausência dos que se foram, das vítimas do horror?

Por outro lado, a produção literária, como assistente de tradução, é facilitadora do luto de uma coletividade, pois as múltiplas perdas, decorrentes de catástrofes, como a *Shoah*, não têm rituais culturalmente sancionados que facilitem o início do luto, como nas perdas comuns, afirma Ornstein (2010). Na chamada arte memorial, a literatura e os locais memoriais ocupam um lugar de destaque, como meios que possibilitam um luto tardio. Esse seria precisamente o caso dos sobreviventes de genocídio que assistiram à morte de milhares de seus companheiros e, somente mais tarde, quando puderam ser ouvidos, lhes foi permitido enterrar seus mortos e um pouco de si mesmos. “Eu precisaria de várias vidas para contar toda essa morte. Contar essa morte até o fim, tarefa infinita” (Semprun, 1995, p. 43). Para o sobrevivente, escrever e reescrever sobre suas vivências em Buchenwald era mergulhar em um interminável trabalho de “luto da memória” (p. 183).

As traduções, assim como os fios de Penélope, vão se ligando e formando uma trama que se tece, ligando e desligando, criando e recriando. Gabriel Garcia Márquez (2003) também recorre à imagem da mulher solitária que tece de dia e desmancha à noite, em *Cem anos de solidão*. Amaranta bordava sua própria mortalha e, segundo sua crença, quando finalizasse seu sudário morreria. Por isso, como Penélope, bordava de dia e desmanchava à noite. E o fazia “não com a esperança de vencer deste modo a solidão, mas, ao contrário, para sustentá-la” (p. 145).

É na trama de traduções-destruções-retraduções que, possivelmente, se constrói a narrativa. Processo esse que não se dá sem dificuldades, pois, quando uma tradução antiga é desfeita, o afeto se desliga da representação e se tem a angústia. Assim, tecer e retecer as próprias vivências, seja na escrita, na música, na pintura ou em uma análise, não se faz sem dores, mas possibilita em algum nível que o sujeito possa tecer uma nova representação de si mesmo, que comporte o que ele foi antes do trauma, o que ele é e o que projeta para si mesmo no futuro. Trabalho incansável esse, o de Penélope, de Amaranta, e de tantos outros, que exige constantes teceduras tradutivas.

Referências

- Bleichmar, S. (1994). *A fundação do inconsciente: destinos da pulsão, destinos do sujeito*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Cardoso, M. R. (2002). *Superego*. São Paulo: Escuta.

- Cardoso, M. R. (2011, março). Das neuroses atuais às neuroses traumáticas: continuidade e ruptura. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, 1(14), 70-82.
- Freud, S. (1996). Além do princípio do prazer. In *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1920).
- Gerson, S. (2009). When the third is dead: memory, mourning, and witnessing in the aftermath of the Holocaust. *The International Journal of Psychoanalysis*, 90, 1341-1357.
- Hage, A. (2005). Luto e identificação: a propósito de a *casa de boneca*, de Henrik Ibsen. *Psicol. estud.*, 10(2), 283-287.
- Hartman, G. (2003). Trauma within the limits of literature. *European Journal of English Studies*, 7(3), 257-274.
- Kirschbaum, S. (2007). A autobiografia de Ruth Klüger: um depoimento tardio sobre o holocausto. *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*, 1(1). Recuperado em 12 jan.2012 de <<http://www.ufmg.br/nej/maaravi>>
- Laplanche, J. (1985). *Vida e morte em psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Laplanche, J. (1992). *Novos fundamentos para a psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche, J. (1996a). Temporalidad y traducción. Para un retrabajo de la filosofía del tiempo. In *La prioridad del otro en psicoanálisis* (pp. 65-84). Buenos Aires: Amorrortu.
- Laplanche, J. (1996b). Implantación, intromisión. In *La prioridad del otro en psicoanálisis* (pp. 103-106). Buenos Aires: Amorrortu.
- Laplanche, J. (1996c). El muro y la arcada. In *La prioridad del otro en psicoanálisis* (pp. 45-64). Buenos Aires: Amorrortu.
- Laplanche, J. (1996d). El tiempo y el otro. In *La prioridad del otro en psicoanálisis* (pp. 107-132). Buenos Aires: Amorrortu.
- Laplanche, J. (2001a). Breve tratado del inconsciente. In *Entre seducción e inspiración: el hombre* (pp. 61-97). Buenos Aires: Amorrortu.
- Laplanche, J. (2001b). Seducción, persecución, revelación. In *Entre seducción e inspiración: el hombre* (pp. 13-51). Buenos Aires: Amorrortu.
- Laplanche, J. (2003). Três acepções da palavra “inconsciente” no quadro da Teoria da Sedução Generalizada. *Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre*. 10(3), 403-418.
- Laplanche, J. (2007). À partir de la situation anthropologique fondamentale. In *Sexual: la sexualité élargie au sens freudien* (pp. 95-108). Paris: Quadrige/PUF.
- Levi, P. (1988). *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco. (Trabalho original publicado em 1947).
- Levi, P. (2004). *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades*. São Paulo: Paz e Terra.
- Maldonado, G. & Cardoso, M. R. (2009). O trauma psíquico e o paradoxo das narrativas impossíveis, mas necessárias. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, 1(21), 45-57.
- Márquez, G. G. (2003). *Cem anos de solidão*. Rio de Janeiro: Globo.
- Martens, F. (2009, março). Para una validación socio-clínica de la teoría de la seducción generalizada. ¿Una contribución de los pedófilos belgas? *Revista Alter*, 4. Recuperado em 25

ARTIGO

- out.2012, de <<http://revistaalter.com/revista/para-una-validacion-socio-clinica-de-la-teoria-de-la-seducccion-generalizada/767>>.
- Ornstein, A. (2006). Artistic creativity and the healing process. *Psychoanalytic Inquiry*, 3(260), 386-406.
- Ornstein, A. (2010). The missing tombstone: reflections on mourning and creativity. *JAPA*, 4(58), 631-648.
- Rossi, C. (2012). O inferno nunca sai da alma. *Folha de S. Paulo*, 22 de maio de 2012. Recuperado em 25 out.2012 de <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/44309-o-inferno-nunca-sai-da-alma.shtml>>.
- Seligmann-Silva, M. (2008). Narrar o trauma: a questão do testemunho de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, 1(20), 65-82.
- Semprun, J. (1995). *A escrita ou a vida*. São Paulo: Companhia das Letras.

Resumos

(Eye-witness accounts and the complexities of traumas in the mental apparatus)

In this article, we discuss eye-witness accounts of the greatest atrocity of the 20th century — the Shoah — using the general theory of seduction. We see such accounts as possible translations of the traumatic elements by survivors who, after numerous significant losses — of name, dignity, loved ones — may, through writing, temporalize their existence and self-representations. These accounts can also enable survivors to open up spaces of memory where tombstones for those who succumbed to the horror can be raised.

Key words: Psychoanalysis, trauma, written accounts, general theory of seduction

(Écriture de témoignage et l'enchevêtrement du traumatique dans le psychisme)

Cet article discute l'écriture de témoignages de survivants de la plus grande atrocité du XXe siècle — la Shoah — à partir de la Théorie de la Séduction Généralisée (TSG). On comprend la narrative en tant que possibilité de traduction du traumatique, permettant au survivant, après maintes pertes significatives — leur nom, leur dignité, leurs proches... —, au moyen de l'écriture, de temporaliser son existence et la représentation de soi-même. Ce témoignage permet d'ailleurs de créer des espaces mémoriels, soit d'ériger symboliquement des pierres tombales pour ceux qui n'ont pas survécu à l'horreur.

Mots clés: Psychanalyse, trauma, littérature de témoignage, théorie de la séduction généralisée

(La narrativa testimonial y el enredamiento de lo traumático en lo psíquico)

En el presente artículo discutimos la narrativa testimonial de sobrevivientes de la mayor atrocidad del siglo XX — el Shoah — a partir de la Teoría de la Seducción

Generalizada (TSG). Comprendemos la narrativa como una posibilidad de traducción de lo traumático, en donde el sobreviviente, después de tantas pérdidas significativas — de su nombre, su dignidad, sus seres queridos... —, puede, con la escritura historiar no sólo su existencia, mas también la representación de si mismo. Al mismo tiempo, el testimonio permite la creación de memoriales, donde se puede levantar simbólicamente una lápida para los que no sobrevivieron al horror.

Palabras clave: Psicoanálisis, trauma, literatura de testimonio, teoría de la seducción generalizada

(Zeugenberichte und die Kontextualisierung der traumatischen Erfahrung im Psychismus)

In diesem Beitrag wird der Zeugenbericht der Überlebenden der größten Gräueltat des 20. Jahrhunderts — die Shoah — ausgehend von der Allgemeinen Verführungstheorie untersucht. Wir verstehen diesen Bericht als eine Möglichkeit, eine traumatische Erfahrung zu übersetzen, in der der Überlebende, nach so vielen bedeutenden Verlusten — seines Namens, seiner Würde, seiner Angehörigen... —, seine Existenz und die Darstellung seiner Selbst, durch das Niederschreiben verlängern kann. Gleichzeitig ermöglicht das Zeugnis die Schaffung von Gedenkräumen, wo symbolische Grabsteine für diejenigen, die den Horror nicht überlebt haben errichtet werden können.

Schlüsselwörter: Psychoanalyse, Trauma, Zeugenliteratur, Allgemeine Verführungstheorie

870

Citação/Citation: Rodrigues, G. M. & Martinez, V. V. (2014, dezembro). A narrativa testemunhal e o enredamento do traumático no psiquismo. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 17(4), 858-871.

Editor do artigo/Editor: Manoel Tosta Berlinck

Recebido/Received: 9.10.2014/ 10.9.2014 **Aceito/Accepted:** 20.10.2014 / 10.20.2014

Copyright: © 2009 Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental/ University Association for Research in Fundamental Psychopathology. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde

ARTIGO

que o autor e a fonte sejam citados / This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original authors and sources are credited.

Financiamento/Funding: Esta pesquisa teve financiamento da Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Brasília, DF, Br) / This research is funded by Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Brasília, DF, Br).

Conflito de interesses/Conflict of interest: As autoras declaram que não há conflito de interesses / The authors have no conflict of interest to declare.

871

GEISI MARA RODRIGUES

Psicóloga; Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá – UEM (Maringá, PR, Br).

Av. Cerro Azul, 2438/34, Bl A3 – Jd. Novo Horizonte

87010-055 Maringá, PR, Br.

e-mail: geisi.mara@hotmail.com

VIVIANA VELASCO MARTINEZ

Professora doutora no curso de graduação e pós-graduação do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá – UEM (Maringá, PR, Br); Coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisa em Psicanálise e Civilização – LEPPSIC (Maringá, PR, Br).

R. Ney Marques, 21

87020-300 Maringá, PR, Br.

e-mail: vcvmartinez@hotmail.com

Incorporando histórias: a recomposição do corpo próprio na perspectiva de usuários de serviços de saúde mental

Nuria Malajovich Muñoz*¹

Erotildes Maria Leal*²

Catarina Magalhães Dahl*³

Octavio Domont de Serpa Jr.*⁴

872

O presente estudo acompanha as incidências da experiência de adoecimento na vivência de corpo próprio em pessoas que realizam tratamento em serviços de saúde mental. Por meio de abordagem clínico-qualitativa, interroga-se o papel do cuidado, do ponto de vista dos usuários, em uma possível vivificação da relação com o corpo próprio e sua contribuição na produção de novo modo de existência no cotidiano. Analisam-se as transformações vividas na relação com o corpo e as soluções encontradas para a sua recomposição.

Palavras-chave: Corpo, saúde mental, experiência de adoecimento, narrativa

*¹ Universidade Federal Fluminense – UFF (Rio das Ostras, RJ, Br).

*² Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (Rio de Janeiro, RJ, Br).

*³ Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (Rio de Janeiro, RJ, Br).

*⁴ Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (Rio de Janeiro, RJ, Br).

Os efeitos nocivos da rotina institucional imposta pelos hospitais de longa internação foram amplamente denunciados pelo movimento de reforma psiquiátrica. Como assinala Basaglia (2005), a institucionalização do cotidiano em internações psiquiátricas induz à produção de modos de identificação, em que contexto de vida e corpo são tomados exclusivamente como objetos de investigação, de controle e intervenção. Nesta perspectiva o corpo ou se mostra fundido à paisagem do hospital, apresentando-se desvitalizado e transformado em pura instituição desabitada, ou é exibido como último bastião de resistência e está marcado por uma estética que se vale de restos e de dejetos para garantir um traço mínimo qualquer de personalidade. A estereotipia do ambiente torna a realidade empobrecida e contribui para o esvaziamento da relação com a linguagem, a palavra não mais operando em sua função conectora entre o sujeito e o mundo. A linguagem é um instrumento importante para o estabelecimento e a manutenção de uma boa distância na relação com os outros (Corin, 2002). Em contrapartida, a desconexão com o seu campo faz da passagem ao ato um horizonte perigoso, a liberação do corpo podendo precipitar o sujeito em queda livre, em uma vertente mortífera e destrutiva.

O campo da saúde mental, opondo-se fortemente ao programa de institucionalização da loucura, procura respostas para o enfrentamento dos problemas vividos por pessoas com transtornos mentais, apostando em novas possibilidades de recuperação. Os serviços territoriais e de base comunitária se esforçam por dar voz aos usuários, que passam a relatar os efeitos negativos da experiência de hospitalização, salientando como a imposição de uma rotina de contornos rígidos e repetitiva reforça a impessoalidade das relações estabelecidas (Vasconcelos, 2006; Karp & Sisson, 2010). A forma de operar o cuidado em serviços abertos rompe com o modelo tradicional de tratamento, apostando na introdução de pequenas transformações no cotidiano de vida, como meio para a produção

de formas diferentes de exercer a subjetividade (Golberg, 1998). Incentiva-se a formação de redes afetivas capazes de suportar e acolher diferentes modalidades de ligação com o corpo e com os outros (Leal & Delgado, 2007).

Blankenburg (1991), importante referência para o estudo do corpo vivido na esquizofrenia, entende a experiência de crise como resultante da ruptura do senso básico de pertencimento ao mundo, uma ausência de familiaridade com o entorno. Pesquisas recentes procuram mapear as vivências corporais de pessoas com transtornos mentais antes de seu aparecimento. Parnas & Handest (2003) realizam estudo a partir de relatos de pessoas com transtornos psicóticos e apontam que seus testemunhos falam a favor da presença de alterações na apreensão do corpo antes da eclosão da primeira crise psicótica, o que corresponderia a um modo particular de imersão do eu no mundo. Gennart (2011) recorre a vinhetas clínicas e mostra que a presença de fenômenos corporais anteriores ao desencadeamento psicótico sugere um modo especial de relação corpo-mundo, isto é, denota uma condição existencial prévia. Em outra vertente, Klosterkotter (1992) investiga sintomas que antecedem a primeira crise na esquizofrenia, assinalando o aparecimento de sintomas como depressão, fadiga e dificuldade de concentração ou ainda perturbações subjetivas mais sutis em dimensões variadas do funcionamento, como cognição, iniciativa, percepção e nível de energia.

874

A estranheza em relação ao corpo próprio costuma anteceder a crise psicótica, esta última pondo em evidência, quando de sua eclosão, a preexistência de uma relação alterada com o mundo. Investigar a relação com o corpo introduz, assim, o desafio metodológico de lidar com experiências que costumam ser de difícil tradução. A transposição dessas vivências em termos narrativos implica o manejo de uma dimensão indizível, tornando seu compartilhamento delicado e trabalhoso (Gauthier et al., 2008). É importante destacar ainda que a falta de receptividade social em acolher narrativas que não se inserem no sentido partilhado reforça o isolamento dessas pessoas, aumentando o estigma e conferindo ao sujeito pouca credibilidade (Davidson, 2003). O cotidiano torna-se hostil, aumentando a instabilidade e a desestruturação. Em contrapartida, um enfoque que privilegia e estimula a riqueza narrativa, ou seja, a capacidade de transitar entre diferentes pontos de vista em uma história, encoraja o sujeito a se apropriar de seu cotidiano, impulsionando novas formas de exercer o espaço e de pôr o corpo à obra, aumentando a possibilidade de circulação no meio social (Tranulis et al., 2009).

O presente estudo acompanha as incidências da experiência de adoecimento na vivência de corpo próprio em pessoas que realizam tratamento em serviços de saúde mental. Por meio de abordagem clínico-qualitativa, analisa-se o material produzido em grupos focais por 18 usuários de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) de três cidades brasileiras (Salvador, Rio de Janeiro e Campinas), explorando a relação com o corpo próprio e o aparecimento dos problemas de saúde

mental. Interroga-se o papel do cuidado, do ponto de vista dos usuários, em uma possível vivificação da relação com o corpo próprio e sua contribuição na produção de novo modo de existência no cotidiano. Acompanham-se as transformações que o cuidado produz em uma possível recomposição do sujeito e de seu corpo. Esta pesquisa se insere em um projeto mais amplo, que contou com o apoio financeiro do CNPQ, “Experiência, narrativa e conhecimento: a perspectiva do psiquiatra e a do usuário” (Serpa Jr. et al., 2011; Lopes et al., 2012; Dahl, 2012).

A relação corpo-texto: considerações metodológicas

A pesquisa voltou-se para a experiência de vida de pessoas que realizam tratamento em CAPS, principalmente no que se refere ao seu processo de adoecimento e de recuperação. As narrativas produzidas em grupos focais foram áudio-gravadas e posteriormente transcritas. Ao acompanhar o fluxo narrativo dos participantes, procuramos situar os meios pelos quais os sujeitos retomam o fio de suas histórias, inserindo-as em contextos específicos. O processo de transcrição da fala dos participantes revelou conexões difíceis de serem percebidas no registro oral. A dispersão da fala se reduziu quando o material áudio-gravado passou para o registro escrito e produziu pistas de orientação. Vale dizer que pessoas com transtornos mentais tendem a descrever suas experiências de modo não usual, exigindo uma abertura discursiva por parte do pesquisador, de modo a tornar possível o acesso a novos universos semânticos (Lysaker e Lysaker, 2008).

Csordas (2008) recorre à teoria semiótica da textualidade para problematizar a relação entre corpo e linguagem e retoma a distinção entre texto e obra proposta por Barthes (2012). Este último, por meio de uma analogia entre textualidade e corporeidade, mostra que a obra remete ao objeto exposto na estante, o livro enquanto produto material; já o texto, a sua vez, demanda um discurso que o ponha em marcha. A experiência corporificada é tomada de modo complementar ao texto enquanto produção discursiva, considerando a primeira como “ponto de partida para analisar a participação humana em um mundo cultural” (Csordas, 2008, p. 368). Isso significa que, embora a cultura tenha propriedades semelhantes ao texto, o paradigma da representação se mostra insuficiente para abarcar a “indeterminação fundamental da existência” (p. 392).

A leitura é o lugar privilegiado de escrita do texto, via pela qual é ressaltado o engajamento do leitor e de seu corpo no processo. Em sua vertente de reescrita, a leitura desperta diferentes dimensões da língua. A leitura não fecha, ela dissemina, produz novas codificações e faz com que o texto não possa ser tomado como produto fechado, mas enquanto campo que pressupõe uma experiência para sua

produção. A posição do leitor é o de uma figura errante, um vagabundo, caminhante desocupado que passeia por um vale por onde corre um rio, “passeio em diferença que nunca poderá repetir-se senão como diferença” (Barthes, 2012, p. 70).

Considerando o escrito como veículo possível da diferença, Barthes ilumina uma dimensão que tende a ficar oculta em uma primeira abordagem da leitura e que remete à ilegibilidade inerente a todo escrito. Privilegiando aquilo que não se lê, abre a possibilidade de uma não submissão à trava do sentido. Essa manobra não visa ressaltar a polissemia do texto, mas introduzir um modo de leitura que envolve uma travessia, percurso que se articula como plural e irreduzível. O leitor é convocado a participar da produção textual, o texto “solicita do leitor uma colaboração prática” (p. 74), o que localiza a leitura do lado de uma prática de escritura. A leitura não remete mais à decifração, mas à produção, amontoado de linguagem, privilegiando assim a leitura “desbussolada” (p. 436), que se deixa afetar pelos rateios da língua, ou seja, pela “sequência de barulhos que um motor dá a entender que está mal regulado” (p. 93) ou pelos seus rumores, enquanto “barulho daquilo que está funcionando bem” (p. 94).

O ponto de vista de Barthes sobre a leitura encontra pontos de aproximação com a abordagem lacaniana da letra. Propomos considerar os rateios da língua, com Lacan (2005), como índice de uma desregulação pulsional. O encontro da palavra com o corpo não produz unidade na psicose, acarreta uma “desordem na junção mais íntima do sentimento de vida no sujeito” (Lacan, 1998, p. 565). A fragmentação da pulsão afeta e despedaça o corpo, causando uma série de dificuldades que envolvem a capacidade de habitar o espaço e até mesmo de nele se locomover. A integridade corporal depende assim da possibilidade de encontrar “uma chave de localização” (Lacan, 1985, p. 230) que oriente o sujeito em seu corpo e no mundo.

A experiência da psicose lança o sujeito em um terreno desconhecido e nunca antes cartografado, exigindo a fabricação de meios particulares para se arranjar com o corpo, com a linguagem e com o mundo. Lacan (1985) mostra que a proliferação alucinatória pode fornecer algumas setas indicadoras, como letreiros que indicam vagamente, à beira dos pequenos caminhos, a direção a seguir. É importante, contudo, frisar que a voz não é o único meio pelo qual a alteridade se faz presente na psicose, “existem outras vias que não as vocais para receber a linguagem” (Lacan, 2005, p. 299). Embora a voz alucinada seja uma modalidade de retorno que mobiliza a escuta, outras funções podem ser perturbadas, como a visão, a sensação ou ainda a leitura. Segundo as diferentes modalidades de retorno, partes específicas do corpo ganham destaque, em uma conformação estranha e imprecisa.

A vivência do fora-do-espaço, ou seja, o aparecimento de uma extraterritorialidade radical impõe o desafio de pôr em marcha um corpo cuja relação experimentada é, com frequência, de desapossamento (Lacan, 2005, p. 135). O terreno pode ficar povoado de folhas mortas, tornando o caminhar incerto (p. 275) ou, em

876

um sentido inverso, induzindo o sujeito a errar sem fim na encruzilhada (Lacan, 1985, p. 329). Resta então saber como alguns sujeitos conseguem ligar os pontos da malha, pinçar entre determinados elementos da rede e construir a passagem de um ponto a outro até estabelecer uma rota, restituindo a circulação.

O último ensino de Lacan aponta um modo de estabilização que não implica uma restituição de sentido por meio do trabalho delirante, tal como proposto por Freud (1989) em seu caso Schreber. O fato da linguagem não obedecer, na psicose, à estrutura metafórica, deixa o sujeito à mercê de constantes quebras semânticas. A escrita, entendida como escritura, é um artifício capaz de articular os restos da língua que requisitam o corpo. Tomada, nesse sentido, como “fazer que dá suporte ao pensamento” (Lacan, 2007, p. 140), a escrita inaugura um saber fazer com aquilo que se desregula na psicose. Embora as significações produzidas em uma narrativa não possam ser desconsideradas, o foco incide no potencial da letra em fazer-se instrumento para acomodar aquilo que escapa ao sentido (Laurent, 1995).

As teorizações sobre a letra permitem acentuar a dimensão corporal da escrita, presença daquilo que está para além de toda significação. O texto, ao incluir a produção de uma borda, delimita um espaço vazio, condição de escoamento daquilo que é vivido como excesso no corpo. O tratamento da letra requer a invenção, por parte de cada sujeito, de instrumentos de orientação, composição própria feita de restos e peças avulsas. Em um processo de escritura, marcas vão se formando como reentrâncias deixadas pela passagem da água em um terreno (Lacan, 2003). A prática da letra demarca uma distância entre o espaço literal e corpo e se apresenta por isso como uma possibilidade de suporte para o trabalho clínico com a psicose (Castello Branco, 1997). Vale lembrar que os múltiplos caminhos traçados durante o estabelecimento de um texto desaparecem em sua versão final. Isso não torna, entretanto, o processo de escritura menos importante do que o texto propriamente dito, determinando inclusive sua condição de existência.

877

Ruínas do corpo, garimpo no texto

A produção textual dos participantes da pesquisa nos aproxima de um território composto de elementos singulares, percurso cujo movimento dá a ver o exercício cotidiano de conquista e recomposição do corpo próprio. A aproximação da experiência que antecede o adoecimento se dá por meio de um recurso narrativo peculiar. As considerações iniciais são povoadas de múltiplas referências a nomes de ruas, bairros, escolas, empresas, centros religiosos, linhas de ônibus. Essas balizas espaciais parecem ter um papel importante na sustentação do curso narrativo, ajudando os participantes a situarem-se na história que começa a ser

contada. A partir de alguns elementos-chave, uma cartografia espacial/afetiva do vivido subjetivo é estabelecida. O resgate e a sinalização de pequenos pontos de referência auxiliam na localização subjetiva, servindo de ponto de apoio para a sustentação da história biográfica. Destacamos, a seguir, passagens extraídas das narrativas nas quais se localiza esse tipo de manobra. Por questões de sigilo, os nomes próprios foram substituídos por nomes fictícios.

“(...) eu fiquei doente. E aí, o que me levou a pensar nisso tudo quando era moleque, eu tinha 15 anos quando era morador da Cruz Vermelha... E quando estava morando lá em Afonso Miranda. (...) pra Cohab, porque eu morava ali naqueles apartamentos da Cohab, ali em Afonso Miranda (...) Aí eu fui morar... eu me mudei para Jardim Guanabara... Aí eu saí do centro, em Afonso Miranda”. (Rui)

“(...) eu estudava também... eu estudei na primeira escola, o primário do... perto do trevo de Júlio Saldanha depois eu estudei na terceira escola Estadual... não sei se era segundo grau, é... depois eu estudei no João Ferreira... de Pedrosa e depois não sei se foi Júlio de Macedo, Juana Pires de Albuquerque... porque Juscelino eu não trabalhei, num estudei... (...) acho que era uma escola que tinha... que a minha irmã caçula estudou, eu tinha que passar lá... pra levar ela embora... e... Juana Pires de Albuquerque eu estudei e Júlio de Macedo aqui eu estudei naquela escola ali”. (Cícero)

878

É interessante observar que o recurso à nomeação parece dar corpo à narrativa que se desenrola a partir dessas múltiplas referências. Os nomes próprios, utilizados como sinalizações, orientam e encorajam o narrador a se apropriar de seus fragmentos de memória, fios que remendam as lacunas de uma história profundamente abalada pelo adoecimento. A estratégia revela um modo peculiar de estabelecer relações e de dar corpo a uma história. É importante dizer que a nomeação se caracteriza por um processo linguístico que apresenta uma dimensão mais literal do que a produção de sentido, ou seja, demarca um campo para além da significação.

A experiência do adoecimento insere-se em um longo processo que marca o corpo e que não conta com o discurso corrente como maneira eficaz para descrever os fenômenos em jogo. Nesse sentido, nomear a experiência ou pelo menos bordejar os seus contornos constitui-se como recurso interessante para situar o indizível, as palavras podendo servir como apoio na tradução de vivências que estão radicalmente fora do sentido partilhado. A produção narrativa cria caminhos e novas possibilidades de transitar na linguagem, reconstruindo a paisagem abalada pela experiência da crise.

Um recurso semelhante é adotado pelos sujeitos na descrição de experiências corporais ligadas ao início do adoecimento, esforçando-se em realizar seu

mapeamento. O corpo se apresenta como massa amorfa, território desconhecido a ser cartografado.

“Tem um sentimento mal, né? A pessoa não se sente bem. Então, vem a taquicardia, a taquicardia é derivada do momento de disparadas do coração, ora ele para ora ele avança. Dor de cabeça... dor de cabeça, né? Uma forte dor de cabeça... Inflamação... Inflamação do sistema nervoso. Geralmente do sistema nervoso”. (César)

“Os músculos da minha face estavam contraídos, eu tentava sorrir e não conseguia. (...) A gente sente uma dor sem ter nada, sem ter machucadura nenhuma”. (Sonia)

“Uma pressão que sobe no corpo... uma pressão que me alterou muito violentamente, entende (...). Subiu um... pelo coração, cérebro, a maior parte do corpo”. (Rogério)

Algumas narrativas referem, antes da primeira crise, um desconforto difuso que se manifesta na realização de atividades cotidianas, antes consideradas rotineiras. *“Eu chegava em casa não conseguia dormir, dormia duas horas, três horas. Eu acho que o começo da minha doença foi aí”* (Ricardo). Pode ainda se apresentar como uma experiência sutil: *“Você vai tendo uma espécie de crise existencial, uma angústia, uma falta de alegria que você não sabe direito o que é”* (Reinaldo). O corpo se torna sujeito a explicações, servindo de palco para hipóteses e teorias explicativas sobre o adoecimento. *“Eu acho que é por força de uma desnutrição. Algum tipo de vitamina, proteína que me deixava com essa variação na ideia.* (Saulo). *“Eu tenho o ouvido aberto. Jogando bola com meu irmão, eu cai e bati o ouvido no meio-fio. Agora que eu vim descobrir que as pessoas ouvem vozes de mim por causa do meu ouvido aberto”* (Sílvio). Outros participantes experimentam a eclosão da primeira crise como uma descontinuidade, quebra que altera radicalmente a relação com o corpo. *“Eu tinha uma segurança muito grande (...) a crise me deixou desarmada”* (Sonia). *“Me sentia normal [com a crise] (...) você perde os cinco sentidos, os cinco sentidos vão pra falência”* (César).

Podemos medir a dificuldade e o esforço que os usuários precisam empreender para demarcar uma distância na relação eu-mundo, recorrendo para isso a um trabalho de localização das transformações que alteram o corpo em sua capacidade de se afetar e de reagir. As alterações podem ser sutis e envolver registros variados da experiência, como se exemplifica no relato de um dos participantes que descreve a vivência de estranhamento em relação à atividade de leitura, mais especificamente na articulação escrita/leitura:

“Eu pegava uma folha (...) e assim... eu passava o olho (...) eu não me restringia só ali ao que tá escrito. O espaço em branco, eu queria ver de perto o espaço em branco, o meu olho, para ver se tinha alguma outra escrita. Ao mesmo tempo em que eu sabia que não tinha, que era coisa da minha cabeça — eu caía nesse transtorno”. (Raílson)

O desencadeamento da crise deixa o corpo vulnerável e exposto, colapsando as fronteiras eu-mundo e introduzindo uma presença sentida como profundamente invasiva. Um desajuste radical atinge o corpo desde fora e altera sua ligação ao mundo, lançando o sujeito em um sentimento de solidão radical, de não pertencimento. *“As vozes começam muito forte”* (Roberta). *“Quando eu vim pra cá (...) ainda estava muito alucinado... e escutando vozes, (...) perturbado”* (Ricardo). A experiência de ouvir vozes modifica definitivamente a relação com o cotidiano e vem corporificar essa presença que tende a ser considerada como marca indelével de adoecimento.

Uma série de desarranjos, produzidos na relação com o corpo próprio, tornam o cotidiano penoso e problemático. Os usuários indicam que a prevalência de uma posição de objeto de intervenções e manipulações deixa pouco espaço para uma possível percepção de melhora ou perspectiva de recuperação. A medicação introduz efeitos desagradáveis como alterações na imagem e na forma do corpo. *“Minha medicação foi dobrada, tudo. (...) Ganhei muita massa corporal, engordei bastante”* (Regina). Pode ainda requerer o cumprimento de uma rotina dolorosa:

“Eu tomo injeção e remédio sabe... muita injeção que eu tomo, mais de duas mil injeção, né, não é fácil não, tô sofrendo, muita injeção na vida... duas mil injeção e ... muito remédio, remediada que eu tomo ai... tomar um monte de agulhada, não é fácil não, tomar um monte de agulhada... agulhada não, dói... sofri, sofri...” (Caio)

A recomposição do corpo e o convívio no CAPS

A oferta de um serviço aberto e em articulação com o contexto vivido pode, no que se refere à experiência dos usuários, auxiliar na conquista do corpo e na procura de novos modos de exercer a subjetividade? Em relação à medicação, o CAPS parece introduzir outro modo de abordagem quando comparada à internação psiquiátrica, onde a prescrição medicamentosa costuma ser imposta e não negociada. Contrariamente à experiência da internação, a medicação se insere no dispositivo CAPS em uma gama de ofertas mais ampla e não como imposição arbitrária. *“No sanatório você é obrigado a tomar medicação, você não tem querer. No*

CAPS, você pega o medicamento leva pra casa, tem o domínio, o controle” (Saulo). O tratamento realizado no CAPS é considerado como fator importante na recuperação, oferta de um cotidiano estável que ajuda a se mover, a participar de um espaço de troca e a realizar atividades variadas. “O remédio, as oficinas, a companhia da [técnica de referência], dos amigos, batendo papo, os passeios (...). Então aqui é bom por isso [porque não é uma prisão]. A gente vai embora sozinho. Vem sozinho, tem amigos pra conversar” (Silvio). A inércia é vista como principal sinal de adoecimento, fala-se muito da necessidade de movimento, de empreender alguma atividade que faça o corpo se mexer. “Tem que brigar consigo mesmo, brigar com a doença, pra não ficar assim jogada” (Selma). “Tem que cuidar do corpo se não a mente fica só fechada em casa” (Caio). As narrativas apontam ainda a importância de pequenas conquistas na vida diária. “Eu me sinto muito bem, porque hoje eu pego ônibus e venho sozinha (...) eu não andava sozinha mais, você entende? Eu não descia o morro para ir na padaria. Hoje eu vou na padaria, hoje eu vou no mercado” (Roberta).

Considerações finais

A circulação e a capacidade de transitar pelo mundo figuram entre as categorias utilizadas pelos participantes para sinalizar indícios importantes de restabelecimento, processo de reconquista do corpo e do sentimento de si. As narrativas mostram a importância de encontrar um modo de se virar com o corpo e com a linguagem, em detrimento de um saber explicativo. Não se trata tanto de atribuir sentido ao adoecimento, mas de conquistar um novo sentimento de si a partir de estratégias de habitar o corpo.

As alterações no sentimento de si exigem a convivência com uma alteridade radical e com o retorno do vivido em um registro inesperado, provocando uma espacialização da subjetividade que requisita a invenção de novos modos de pensar o corpo e seus limites. A aposta na palavra não visa à produção de significados sobre o processo experimentado, mas retrança a experiência cotidiana no ato mesmo de contar uma história, prática que destaca as soluções encontradas para se ancorar ao corpo. Esse procedimento valoriza o hábito enquanto “modo de conhecimento e intervenção radicado no corpo” (Rabelo et al., 1999, p. 13), priorizando um modo de fazer adquirido no exercício prático da vida. A prática narrativa promove uma abertura, acesso que informa sobre a língua do outro, dando novo colorido aos pequenos assuntos, às banalidades, aos costumes e às práticas corriqueiras (Miller et al., 2003). O cotidiano se constrói tendo em vista aquilo que faz articulação para cada um, dobradiça que permite conectar-se ao mundo de vida. Essa visada confere novo estatuto ao saber fazer em detrimento da produção de saber inconsciente (Miller, 1997).

Corpo e narrativa se entrelaçam na experiência cotidiana: o processo narrativo engaja o corpo. O convite a tomar a palavra requisita o corpo, gera efeitos que o tocam e o afetam. Por outro lado, a narrativa produz um corpo, na medida em que envolve a confecção de um objeto, a produção textual. O traçado que se realiza ao contar uma história delimita um espaço singular que marca um contorno e confere um lugar ao sujeito da narrativa. Viabilizar novos arranjos linguísticos e validar a descrição de experiências que não respondem ao modo costumeiro de organização do conteúdo de uma história é fundamental para dar corpo à experiência da psicose. O desafio consiste em conferir um lugar para aquilo que não pode ser absorvido pela linguagem em termos representacionais. Essa manobra privilegia um tipo de leitura que não descarta o que está fora do sentido, possibilitando que este tenha um lugar e possa vir a se acomodar no texto.

As narrativas revelam que o CAPS desempenha um papel importante na busca compreendida pelos usuários por modos de habitar o corpo e a linguagem após a crise. Embora esta última torne a realidade confusa e invasiva, os usuários sugerem ser possível desenvolver meios e truques para entrepor uma distância na relação com os outros. A abertura discursiva, por parte do interlocutor, é fundamental para a validação de novos caminhos, fazendo surgir, na periferia do texto, referências fora das convenções da norma, lugar inexplorado que pode proteger das injunções sociais, viabilizando a retomada do movimento e da circulação. Ao incluir o CAPS em um circuito que engaja o corpo, os usuários acentuam o caráter corporificado da experiência humana. Frequentar o serviço contribui para o aumento da capacidade de circulação, facilita o ir e vir e o trânsito pela cidade. As narrativas valorizam esse aspecto e mostram que as mazelas do corpo perdem potência à medida que ganha espaço a experiência do corpo em ação.

882

Referências

- Barthes, R. (2012). *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes.
- Basaglia, F. (2005). Corpo e instituição: considerações psicopatológicas e antropológicas em psiquiatria institucional. In *Escritos selecionados em Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Blankenburg, W. (1991). *La perte de l'évidence naturelle*. Paris: PUF.
- Castello Branco, L. (1997). Palavra em ponto de p. In P. de Andrade & S. A. Silva (Orgs.). *Um corp'a'screver*. Belo Horizonte, FALE/UFMG.
- Corin, E. (2002). Se rétablir après une crise psychotique: ouvrir une voie? Retrouver sa voix? *Revue Santé Mentale au Québec*, 27(1), 65-822.

- Csordas, T. (2008). *Corpo/ significado/ cura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Dahl, C. M. (2012). *Experiência, narrativa e intersubjetividade: o processo de restabelecimento (recovery) na perspectiva de pessoas com diagnóstico de esquizofrenia em tratamento nos centros de atenção psicossocial*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.
- Davidson, L. (2003). *Living outside Mental Illness: qualitative studies of recovery in schizophrenia*. New York: University Press.
- Freud, S. (1989). Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. XII). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1911).
- Gauthier, A. et al. (2008, oct./dec.). Au-delà des modèles de pratique: explorer la rencontre clinique en début de psychose. *L'évolution psychiatrique*, 73(4), 639-654.
- Gennart, M. (2011). *Corporéité et presence: jalons pour une approche du corps dans la psychose*. Argenteuil: Le cercle herméneutique editeur.
- Goldberg, J. (1998). *Cotidiano e instituição: revendo o tratamento de pessoas com transtorno mental em instituições públicas*. Tese de doutorado em Medicina Preventiva. Universidade de São Paulo.
- Karp, D. A. & Sisson, G. E. (2010). *Voices from the inside: readings on the experience of mental illness*. Oxford: Oxford University Press.
- Klosterkotter, J. (1992). The meaning of basic symptoms for the genesis of the schizophrenic nuclear syndrome. *The Japanese Journal of Psychiatry and Neurology*, 46(3), 609-630.
- Lacan, J. (1985). *O seminário. Livro 3. As psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1955-1956).
- Lacan, J. (1998). De uma questão preliminar a todo tratamento possível das psicoses. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1957-1958).
- Lacan, J. (2005). *O seminário. Livro 10. A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1962-1963).
- Lacan, J. (2007). *O seminário. Livro 23. O sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1975-1976).
- Lacan, J. (2003). Lituraterra. In *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1971).
- Laurent, E. (1995). O psicótico escreve. In *Versões da clínica psicanalítica* (pp. 167-175). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Leal, E. M. & Delgado, P. G. G. (2007). Clínica e cotidiano: o CAPS como dispositivo de desinstitucionalização. In R. Pinheiro et al. (Org.). *Desinstitucionalização na saúde mental: contribuições para estudos avaliativos* (pp. 137-154). Rio de Janeiro: CEPESC: IMS/LAPPIS, ABRASCO.
- Lopes, T. et al. (2012). O processo de restabelecimento na perspectiva de pessoas com diagnóstico de transtornos do espectro esquizofrênico e de psiquiatras na rede pública de atenção psicossocial. *Saúde e Sociedade* (USP. Impresso), 21, 558-571.

- Lysaker, P. & Lysaker, J. (2008). *Schizophrenia and the Fate of the Self*. Oxford: Oxford University Press.
- Miller, J.-A. (1997). *La conversation d'Arcachon. Cas rares: les inclassables de la clinique*. Paris: Seuil.
- Miller, J.-A. et al. (2003). *La psicosis ordinária*. Buenos Aires: Paidós.
- Parnas, J. & Handest, P. (2003, Mar/Apr.). Phenomenology of Anomalous Self-Experience in Early Schizophrenia. *Comprehensive Psychiatry*, 44(2), 121-134.
- Rabelo, M. C. et al. (1999). *Experiência de doença e narrativa*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Serpa Jr., O. D. et al. (2011). *Experiência, narrativa e conhecimento: a perspectiva do psiquiatra e a do usuário*. Relatório final de pesquisa aprovado pelo CNPq através do edital MCT/CNPq/MS/SCTIE/DECIT nº 033/2008, Processo 575257/2008-3 (mimeo).
- Tranulis, C. et al. (2009). Narrative insight: rethinking insight in psychosis. *International Journal of Culture and mental Health*, 2(1), 16-28.
- Vasconcelos, E. M. (Org.). (2006). *Reinventando a vida: narrativas de recuperação e convivência com o transtorno mental*. São Paulo: Hucitec.

Resumos

884

(Incorporating stories: recomposing the body from the perspective of users health service)

This study is about experiences of physical illness in persons treated at public mental health clinics. Through a qualitative clinical approach the role of care is questioned from the users' point of view in a possible participation in the relationship with their own bodies and its contribution in producing new ways of existence in everyday life. We analyze the changes experienced in relationships with the users' own bodies and solutions found for recomposing it.

Key words: Body, mental health, experience of illness, narrative

(L'incorporation d'histoires: la reconstitution du corps propre dans la perspective des usagers de services de santé mentale)

Cette étude accompagne l'expérience de la maladie et de ses effets sur le corps de patients qui suivent un traitement dans un service de santé mentale. À l'aide d'une approche clinique qualitative, nous étudions le rôle des soins du point de vue des usagers, dans une possible reconstitution du rapport avec le corps, ainsi que sa contribution à la production d'un nouveau mode d'existence dans la vie quotidienne. Nous abordons les transformations qui résultent du rapport avec le corps et les solutions qui visent sa reconstruction.

Mots clés: Corps, santé mentale, expérience de la maladie, narrative

SAÚDE MENTAL

(Incorporando histórias: a recuperação do corpo em la perspectiva de usuarios de servicios de salud mental)

Este estudio analiza el efecto de la experiencia de enfermarse en la vivencia del propio cuerpo en personas que reciben tratamiento en servicios de salud mental. A través de un enfoque clínico-cualitativo, cuestionamos el papel del cuidado en la visión de los usuarios, en una posible vivificación de la relación con el propio cuerpo y su contribución en la producción de un nuevo modo de existencia en la vida cotidiana. Se analizan las transformaciones vividas en la relación con el cuerpo y las soluciones encontradas para su recomposición.

Palabras clave: Cuerpo, salud mental, experiencia de enfermedad, narrativa

(Verkörperung von Geschichten: die Umbildung des eigenen Körpers aus der Perspektive der Nutzer von Diensten des Gesundheitswesens für psychisch Kranke)

In dieser Untersuchung werden die Auswirkungen an den Menschen begleitet, die das Krankwerden am eigenen Körper erfahren und sich Behandlungen des Gesundheitswesens für psychisch Kranke unterziehen. Durch den klinisch qualitativen Ansatz wird die Rolle der Betreuung in einer möglichen neuen Erfahrung mit dem eigenen Körper aus der Sicht der Patienten hinterfragt, sowie sein Beitrag zur Gestaltung einer neuen Art der Existenz im Alltag. Es wird weiterhin untersucht welche Verwandlungen dieser Mensch in Bezug auf seinen Körper erlebt und welche Lösungen zu seiner Umbildung gefunden wurden.

885

Schlüsselwörter: Körper, geistige Gesundheit, Erfahrung des Krankwerdens, berichten

Citação/Citation: Muñoz, N. M.; Leal, E. M.; Dahl, C. M. & Serpa Jr., O. D. de (2014, dezembro). Incorporando histórias: a recomposição do corpo próprio na perspectiva de usuários de serviços de saúde mental. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 17(4), 872-886.

Editor do artigo/Editor: Profa. Dra. Ana Cristina Costa de Figueiredo e Profa. Dra. Andrea Máris Campos Guerra

Recebido/Received: 4.12.2013/ 12.4.2013 **Aceito/Accepted:** 20.1.2014 / 1.20.2014

Copyright: © 2009 Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental/ University Association for Research in Fundamental Psychopathology. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados / This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original authors and sources are credited.

Financiamento/Funding: A pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq / The research was funded by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Conflito de interesses/Conflict of interest: Os autores declaram que não há conflito de interesses / The authors have no conflict of interest to declare.

NURIA MALAJOVICH MUÑOZ

Doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (Rio de Janeiro, RJ, Br); Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense, Polo Universitário de Rio das Ostras; Pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Psicopatologia e Subjetividade IPUB/UFRJ (Rio de Janeiro, RJ, Br).

Rua General Glicério, 326/603 – Laranjeiras

22245-120 Rio de Janeiro, RJ, Br.

e-mail: nuriamalajovich@gmail.com

EROTILDES MARIA LEAL

Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (Rio de Janeiro, RJ, Br); Pós-doutora pela Universidade de Toronto/CICAD; Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Professora Associada da Pós-graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp (Campinas, SP, Br); Pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Psicopatologia e Subjetividade IPUB/UFRJ (Rio de Janeiro, RJ, Br).

Rua Capitão Salomão, 68/703 – Botafogo

22271-040 Rio de Janeiro, RJ, Br.

e-mail:erotildesleal@macae.ufjf.br

CATARINA MAGALHÃES DAHL

Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp (Campinas, SP, Br); Pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisa em Psicopatologia e Subjetividade, Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPUB/UFRJ (Rio de Janeiro, RJ, Br).

Rua Aarão Reis, 102 casa – Santa Tereza

20240-090 Rio de Janeiro, RJ, Br.

e-mail: catdahl78@gmail.com

OCTAVIO DOMONT DE SERPA JR

Doutor em Psiquiatria e Saúde Mental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (Rio de Janeiro, RJ, Br); Pós-doutor pelo Centre de Recherches en Epistémologie Appliquée/ Ecole Polytechnique – Paris; Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Psicopatologia e Subjetividade IPUB/UFRJ (Rio de Janeiro, RJ, Br).

Av. Ataulfo de Paiva, 983/203 – Leblon

22440-034 Rio de Janeiro, RJ, Br

e-mail: domserpa@gmail.com

Introdução ao texto clássico de James Sully*¹

German E. Berrios*¹

O texto clássico a seguir é importante por três razões: é de autoria de James Sully, um dos maiores filósofos-psicólogos britânicos do século XIX; apresenta uma interessante distinção entre os conceitos de ilusão e falácia; e oferece uma advertência velada sobre a eficiência epistemológica do método psicológico da introspecção. Cada um destes pontos serão brevemente tratados nesta introdução.

Palavras-chave: James Sully, ilusão, falácia, introspecção

887

*¹ Tradução de Luana Villac.

*² University of Cambridge (Cambridge, Grã-Bretanha)

James Sully (1842-1923)

888

Importante filósofo-psicólogo da segunda metade do século XIX, James Sully possui uma obra que é interessante por combinar ideias inglesas e alemãs. Nascido em Somerset e destinado a dedicar-se aos negócios do pai e, então, à Igreja, Sully conseguiu em seu tempo livre estudar filosofia na Universidade de Londres e, em seguida, passou mais de um ano em Göttingen (Sully, 1918) assistindo a palestras de Lotze (Berrios, 2005) e Oswald. Ele voltaria à Alemanha anos mais tarde, desta vez para Berlim, a fim de trabalhar com Helmholtz e Dubois Raymond. Protegido de Alexander Bain, John Morley e Thomas Henry Huxley, Sully conseguiu entrar nos fechados círculos da intelectualidade londrina. Com inteligência, combinou seu interesse psicológico e filosófico com uma carreira jornalística que precisou seguir depois que a falência de seu pai o deixou sem seu subsídio mensal (Gurjeva, 2004).

Influenciado por Spencer e Darwin, Sully tornou-se um comprometido evolucionista e isso gradualmente levou-o a concentrar seu trabalho nas nascentes disciplinas da psicologia infantil e da pedagogia. Durante anos, tentou obter uma posição em alguma universidade inglesa e creditava seu insucesso ao fato de não ter recebido uma educação em Cambridge ou Oxford. Finalmente, em 1892, foi eleito para a Cátedra Grote de Filosofia da Mente e Lógica na University College, em Londres. Aposentou-se em 1903.

Sully escreveu artigos sobre uma variedade de temas e se destacou em fazer deles livros, tanto na forma de monografias como na de manuais didáticos. Suas obras *Outlines of Psychology* (1884; nova edição, 1892), *The Teacher's Handbook of Psychology* (1886; 5ª edição, reescrita, 1909) e *The Human Mind* (1892) seriam utilizadas em universidades britânicas e norte-americanas e algumas foram traduzidas para o francês e alemão. Sua monografia intitulada *Illusions: A Psychological Study* (1891), uma versão expandida do texto a seguir, deve ser considerada um dos melhores livros ingleses do século XIX sobre o assunto.

Ideologicamente, Sully era um pensador teórico que concebia a psicologia como uma disciplina essencialmente dedicada à conceituação da mente. Ele próprio tinha pouco interesse na pesquisa empírica, mas ainda assim incentivou a criação de um Laboratório de Psicologia na Universidade de Londres. Como evidenciado no texto clássico que se segue, Sully acreditava na introspecção, mas estava ciente de suas dificuldades epistemológicas. Morreu em 1923, e por razões pouco claras seu nome rapidamente caiu em declínio nos anais históricos da Psicologia Europeia (Gurjeva, 2002). Não há dúvida, entretanto, que ele tinha um domínio original de seu tema, que foi capaz de buscar inspiração nas ideias alemãs e que desde muito cedo entendeu que a Fisiologia da Mente, no sentido que lhe fora ensinado por Helmholtz e Dubois Reymond durante sua segunda temporada alemã, era essencial para o desenvolvimento da psicologia (Sully, 1876).

Ilusão versus Falácia

Em meados do século XIX, o conceito de “falácia” ainda tinha uma definição restrita. Era usado tanto para paralogismos (isto é, falsos silogismos de cuja falsidade o usuário não tinha conhecimento) quanto para sofismas (isto é, argumentos ilusórios usados deliberadamente para enganar). Falácias eram, assim, consideradas características lógicas de uma afirmação (Hamilton, 1874, p. 449; Woods, 2007).

Até então, o significado predominante de “Ilusão” também havia sido cognitivo: “O fato ou a condição de ser enganado ou iludido pelas aparências, ou um exemplo disso; um estado mental que envolve a atribuição de realidade ao que é irreal; uma concepção ou ideia falsa; um engano, ilusão, fantasia...” (OED, 2009) e, portanto, tendia a sobrepor-se ao significado de falácia. Com efeito, ilusões eram consideradas falácias lógicas com alguma frequência. No entanto, no início do século XIX, o termo ilusão iniciou uma nova carreira, desta vez dentro da nova linguagem da psicopatologia, como companheira do termo alucinação (Esquirol, 1838): a alucinação era então definida como uma “percepção sem objeto” e a ilusão como “uma percepção distorcida”. Com isso, tornou-se importante diferenciar ilusão de falácia; caso contrário, o significado lógico persistente de ilusão (como falácia) poderia contaminar seu significado psicopatológico.

Sully percebeu a confusão e dedicou-se a esclarecê-la. Em primeiro lugar, ofereceu uma tipologia das ilusões: “1) de percepção externa; 2) de introspecção ou percepção interna; 3) de memória; e 4) de crença”. (Sully, 1881, p. 2). Isso foi desenvolvido por ele mais detalhadamente dez anos depois (Sully, 1891). Em seguida, propôs-se a diferenciar Ilusão de Falácia:

Finalmente, devemos observar que nossa definição de ilusão de introspecção serve para distingui-la da falácia da introspecção pela ausência de qualquer coisa similar a um processo consciente de inferência. Assim, se considerarmos errônea a derivação de Descartes do fato da existência de Deus de sua posse da ideia, tal ação de raciocínio conscientemente realizada constituiria antes uma falácia do que uma ilusão de introspecção. (Sully, 1881, pp. 3-4)

Sully introduziu, assim, “intencionalidade” e “consciência” como critérios de distinção e, desta forma, libertou a ilusão (pelo menos dentro da psicologia e da psicopatologia) de sua definição lógica comum.

O conceito de Introspecção

890

No momento em que Sully escreveu seu artigo, a Introspecção ainda era aceita como um incontestado método de pesquisa dentro da psicologia. Ele a descreveu como uma “percepção interior”, no que simplesmente traduziu para o inglês a velha noção de *innere Wahrnehmung* que aprendera com seus professores alemães (Boring, 1953). No entanto, nem todo mundo na Alemanha estava feliz com esta definição. Wundt, por exemplo, já havia visto o perigo epistemológico de definir a introspecção como “percepção” (pois isso rapidamente levava a uma regressão infinita) e preferiu defini-la como *Selbstbeobachtung*, ou seja, como “auto-observação”.

Esta distinção claramente operou uma separação no conceito de introspecção conforme entretido pelas escolas inglesa e alemã. Assim, enquanto Mills, James e Titchener (Wilson, 1991; Beenfeldt, 2013) defendiam a opinião de que esta era apenas uma forma de percepção interna, Müller, Wundt, Lipps e Külpe a viam como uma forma de observação (Desfranzir, 1980).

Escrever sobre as ilusões de introspecção colocou um dilema para Sully: por um lado, defendia que a “percepção interior” afetada pelas ilusões poderia fatalmente minar o valor e a utilidade da introspecção; por outro, acreditava na introspecção e não queria atacar o principal método de investigação da psicologia. Isso explica seu tom delicado e quase apologético:

Ao delinear esse esboço bruto das Ilusões de Introspecção eu não tinha nenhum objeto prático em vista. Tentei olhar todos os fatos à parte de quaisquer conclusões a serem tiradas deles. A questão de o quanto a possibilidade de erro em qualquer região de investigação *invalida todo o processo* é difícil; e a questão sobre se as ilusões às quais estamos sujeitos na introspecção afetam *materialmente o valor do método introspectivo* na psicologia, como afirmam muitos, é sutil demais para ser tratada agora. (Sully, 1881, p. 17; grifo meu)

CLÁSSICOS DA PSICOPATOLOGIA

No entanto, seu olhar aguçado já havia notado as fraturas internas na noção de introspecção que os filósofos posteriores viriam a explorar e que no caso levou ao fim de um dos mais importantes métodos da psicologia (Dodge, 1912; Lyons, 1986). O fato, porém, de a introspecção ter sobrevivido na psicopatologia mostra o quanto ela é importante como fonte de informações sobre as experiências subjetivas anormais. Repetidamente, mesmo nos casos de psicose grave, espera-se que o paciente seja um repórter objetivo de sua própria sintomatologia. Isto sugere que o conceito de introspecção necessita de um tratamento e justificação diferentes a este respeito. É surpreendente que este trabalho ainda não tenha começado a sério.

Referências

- Beenfeldt, C. (2013). *The Philosophical Background and Scientific Legacy of E. B. Titchener's Psychology: Understanding Introspectionism*. Berlin: Springer.
- Berrios, G.E. (2005). Lotze and his 'Medicinische Psychologie oder Physiologie der Seele'. *History of Psychiatry*, 16, 117-127.
- Boring, E. (1953). A History of Introspection. *Psychological Bulletin*, 50, 169-189.
- Danziger, K. (1980). The History of Introspection reconsidered. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 16, 241-262.
- Dodge, R. (1912). The limits of introspection. *American Journal of Psychology*, 23, 214-229.
- Esquirol, E. (1838). *Des Maladies Mentales* (Vol. 1). Paris: Baillière.
- Gurjeva, L.J. (2002). Sully, James (1842-1923). In W.J. Mander & A. Sell (Eds). *The Dictionary of Nineteenth-Century British Philosophers* (Vol. 2, pp. 1088-1093). Bristol: Thoemmes Press.
- Gurjeva, L.J. (2004). 'Sully, James (1842-1923)'. In *Oxford Dictionary of National Biography*. Oxford: Oxford University Press.
- Hamilton, W. (1874). *Lectures on Metaphysics and Logic* (Vol. 3). Edinburgh: William Blackwood and Sons.
- Lyons, W.E. (1986). *The Disappearance of Introspection*. Cambridge: MIT Press.
- OED (2009). *Oxford English Dictionary* (2nd Ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Sully, J. (1818). *My Life and Friends. A Psychologist's Memories*. London: T Fisher.
- Sully, J. (1876). Physiological Psychology in Germany. *Mind*, 1, 2-43.
- Sully, J. (1881). The Illusions of Introspection. *Mind*, 6, 1-18.
- Sully, J. (1891). *Illusions: a Psychological Study*. New York: Appleton.
- Wilson, F. (1991). Mill and Comte on the Method of Introspection. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 27, 107-129.
- Woods, J. (2007). The Concept of Fallacy is Empty. In L. Magnani (ed.). *Model-Based Reasoning in Science, Technology, and Medicine* (pp. 69-90). Berlin: Springer.

Resumos

(Introduction to James Sully's classical text)

The classical text reproduced below is important for three reasons: it was written by James Sully, one of Britain's most outstanding 19th-century philosophers and psychologists; it makes an interesting distinction between the concepts of illusion and fallacy; and it contains a veiled warning as to the efficiency of the epistemological method of psychological introspection. Each of these points is dealt with briefly in this introduction.

Key words: James Sully, illusion, fallacy, introspection

(Introduction au texte classique de James Sully)

Le texte classique qui suit est important pour trois raisons: il a été écrit par James Sully, l'un des plus grands philosophes-psychologues britanniques du XIXe siècle, il présente une distinction intéressante entre le concept de l'illusion et celui de leurre et fournit un avertissement voilé sur l'efficacité épistémologique de la méthode psychologique de l'introspection. Chacun de ces points sera traité brièvement dans cette introduction.

Mots clés: James Sully, illusion, leurre, introspection

(Introducción al texto clásico de James Sully)

El siguiente texto clásico es importante por tres razones: es de la autoría de James Sully, uno de los mayores filósofo y sicólogo británico del siglo XIX; presenta una distinción interesante entre los conceptos de ilusión y falacia; y ofrece una advertencia velada sobre la eficiencia epistemológica del método psicológico de la introspección. Cada uno de estos puntos será brevemente tratados en esta introducción.

Palabras clave: James Sully, ilusión, falacia, introspección

(Einleitung in den klassischen Text von James Sully)

Der im Anschluss dargestellte klassische Text ist aus drei Gründen von großer Bedeutung: er stammt von James Sully, einem der bedeutendsten britischen Philosophen und Psychologen des 19. Jahrhunderts. Er zeigt einen interessanten Unterschied zwischen den Konzepten der Illusion und dem Schwindel auf und, drittens, stellt er eine unterschwellige Ermahnung bezüglich der epistemologischen Effizienz der psychologischen Methode der Introspektion. In dieser Einleitung werden diese drei Aspekte kurz beleuchtet.

Schlüsselwörter: James Sully, Illusion, Schwindel, Introspektion

CLÁSSICOS DA PSICOPATOLOGIA

Citação/Citation: Berrios, G.E. (2014, dezembro). Introdução ao Texto Clássico de James Sully. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 17(4), 887-893.

Editor do artigo/Editor: Prof. Dr. German E. Berrios

Recebido/Received: 13.8.2014/ 8.13.2014 **Aceito/Accepted:** 30.10.2014 / 10.30.2014

Copyright: © 2009 Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental/ University Association for Research in Fundamental Psychopathology. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados / This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original authors and sources are credited.

Financiamento/Funding: O autor declara não ter sido financiado ou apoiado/ The author has no support or funding to report.

Conflito de interesses/Conflict of interest: O autor declara que não há conflito de interesses / The author has no conflict of interest to declare.

893

GERMAN E. BERRIOS

Médico e filósofo pela Universidad Nacional de San Marcos, Lima, Peru; Psiquiatra; Neurologista; Psicólogo; Filósofo; Historiador e Filósofo da ciência (Oxford University, England); Professor de Neuropsiquiatria e de Epistemologia da Psiquiatria (University of Cambridge, England), desde 1976; Neuropsiquiatra e Chefe do Departamento de Neuropsiquiatria do Hospital Addenbrooke, University of Cambridge, por 32 anos; Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa com Humanos na mesma universidade, por vinte anos; Editor Responsável de *History of Psychiatry*; Autor de 14 livros, incluindo *The History of Mental Symptoms, Descriptive Psychopathology since 19th Century* (Prêmio Nacional BMA, 1997), *A History of Clinical Psychiatry* (com Roy Porter), e *Delirio* (com F. Fuentenebro) e mais de 400 artigos e capítulos de livros; Membro do Royal College of Psychiatrists; da Associação Britânica de Psicologia e da Academia Britânica de Ciências Médicas; Membro Vitalício do Robinson College, Cambridge; doutor *Honoris Causa* da Universidade de Heidelberg (Alemanha), da Universidad Nacional Mayor de San Marcos (Peru) e da Universidad Autónoma de Barcelona (Espanha); Grão Oficial da Ordem del Sol (Condecoração do Governo Peruano, 2007); prêmio Ramon y Cajal 2008 concedido pela Asociación Internacional de Neuropsiquiatria.

University of Cambridge
Box 189, Hills Road
Cambridge,
UK CB2 2QQ

Ilusões de introspecção*¹

James Sully

894 O uso do termo Ilusão em ciência é geralmente restrito a erros de sensopercepção. Na linguagem popular, por outro lado, seu uso estende-se a diversos outros tipos de erro: fala-se de uma ilusão da memória, de uma ideia ilusória a respeito do próprio caráter e assim por diante. Se tentarmos descobrir o que possuem esses erros em comum, descobriremos que todos eles apresentam-se como um conhecimento imediato, ou seja, trata-se de qualquer variedade de cognição que não seja conscientemente baseada em alguma outra cognição e que pareça óbvia. O termo ilusão é, assim, oposto a falácia que simula a forma de um processo consciente de inferência. Embora a psicologia certamente tenda a assimilar todos os processos intelectuais e identificar o conhecimento imediato e mediato ou, para usar a expressão de Lewes, a lógica do sentimento e a lógica dos signos, enquanto formas de um único processo, parece haver certas vantagens em tratar separadamente os erros que simulam a forma das intuições irresistíveis não obtidas por nenhuma operação de raciocínio possivelmente precária. Essas ilusões popularmente reconhecidas podem propiciar um objeto de investigação especialmente valioso, no mínimo por apresentarem em sua mais alta densidade as forças que subjazem a todos os erros, isto é, por constituírem exemplos privilegiados dessas forças.

*¹ Publicado originalmente em *Mind*, 21, 1-17, jan.1881. Tradução de Luana Villac.

Se adotarmos a definição de Ilusão acima, podemos selecionar, *grosso modo*, quatro variedades possíveis do fenômeno: (1) ilusões de percepção (externa); (2) ilusões de introspecção ou percepção interna; (3) ilusões de memória; (4) ilusões de crença, incluindo aqui as errôneas cognições evidentes que não se enquadram nas demais categorias e que se expressam em antecipações, definidas ou indefinidas, assim como nos erros maiores a respeito do mundo, de si mesmo ou da natureza humana em geral.

Penso que podemos nos ocupar mais efetivamente de cada uma dessas variedades se tomarmos a primeira classe — a notória classe das ilusões sensoriais — como referência. Uma ilusão de sentido pode ser definida como uma interpretação incorreta de uma impressão sensorial resultando em um objeto percebido que, posteriormente, descobre-se não corresponder ao objeto de fato presente ao sentido. Interpretação aqui quer dizer não apenas a absorção da impressão enquanto percepção através de uma síntese entre elementos conhecidos diretamente ou por representação, mas também a definição da impressão sensorial em si enquanto dependente de processos de discriminação, comparação e classificação.

Ilusões de sentido ou de percepção se encaixam em duas classes mais ou menos distintas: ilusões passivas, ou *a posteriori*, e ilusões ativas, ou *a priori*. As primeiras devem sua força a algo na impressão sensorial do momento, à poderosa sugestão de uma imagem mental perante a qual a mente é completamente passiva. Já as últimas devem sua irrefutabilidade a uma atividade preexistente da mente, a alguma concepção prévia ou forma de expectativa que, em relação à percepção resultante, pode ser chamada de um processo de pré-percepção, para usar a útil expressão cunhada pelo dr. J. Hughlings Jackson. A fim de ilustrar cada classe, usarei a experiência das pessoas que alegam ver fantasmas. Um homem pode imaginar que vê um fantasma seja porque lhe ocorre ver um objeto no escuro que acidentalmente possui curiosa semelhança com uma aparição tal qual comumente descrita, seja porque ele está em um local do qual conhece a reputação de ser assombrado e onde, conseqüentemente, sua imaginação está ocupada dando forma à representação do objeto. Na maior parte das ilusões de percepção, tanto os elementos de sugestão quanto os de concepção prévia cooperam. Pode, entretanto, haver uma pura ilusão de sugestão, e em uma alucinação centralmente originada há claramente uma pura ilusão de concepção prévia.¹

Passemos agora à nossa matéria especial: as Ilusões de Introspecção. Por introspecção refiro-me à cognição reflexiva imediata da mente de seus próprios estados enquanto tais. Em certo sentido, tudo aquilo que conhecemos é, está claro, um estado

¹ Trabalhei em um esquema de ilusão sensorial em um artigo intitulado “Ilusões de percepção”, publicado em abril na *New Quarterly Magazine*.

mental, real ou imaginado. Assim, uma impressão sensorial é apreendida exatamente como qualquer outro sentimento da mente, como uma modificação mental. Todavia, não se fala em reconhecer introspectivamente uma sensação. Nossas impressões sensoriais distinguem-se de todos os demais sentimentos por possuírem um aspecto objetivo, de forma que frente a elas nossas mentes abandonam-se naquilo que o Professor Bain chama de atitude do olhar objetivo. A introspecção é limitada aos sentimentos que querem esse aspecto objetivo, e inclui a sensação somente enquanto esta é tida como apartada dos objetos externos em seu aspecto subjetivo, como um sentimento da mente, um processo praticamente impossível onde a sensação possui pouca coloração emocional, como uma sensação ordinária de visão ou de um som articulado.

Sendo assim, uma ilusão de introspecção será, de modo geral, suficientemente distinguível de uma ilusão de percepção. Mesmo uma alucinação de sentido, partindo ou não de uma sensação subjetiva, contém sempre a aparência desta sensação, e assim não poderia ser corretamente classificada como um erro de introspecção. Um ou dois casos duvidosos intermediários entre os dois grupos serão tratados agora.

Assim como ilusões de introspecção devem ser separadas das ilusões de percepção, também devem ser diferenciadas das ilusões de memória. Pode-se afirmar, com alguma razão, que, estritamente falando, toda introspecção é retrospecção, já que mesmo ao responder a um sentimento persistente a mente está representando reflexivamente a si mesma a experiência momentânea imediatamente precedente a esse sentimento. Em outras palavras, ter um sentimento e saber que o temos não são precisamente as mesmas condições mentais, sendo a segunda a consequência imediata da primeira, constituindo um estado *intelectual* mais completamente desenvolvido. Entretanto, a suposição de que este ponto de vista esteja correto não impede uma distinção mais ampla entre atos de introspecção e atos de memória. A introspecção deve ser vista como limitada a estados mentais imediatamente anteriores dos quais não se espera o surgimento de nenhum erro de memória. A consequência a se tirar disso é que as ilusões ligadas à consciência de identidade pessoal seriam mais apropriadamente classificadas como mnemônicas do que como erros introspectivos.

Uma vez mais é preciso fazer a distinção entre as ilusões de introspecção e as ilusões de crença. Um erro do segundo tipo pode ter sua origem em um erro do primeiro: uma opinião ilusória de um homem a respeito de si mesmo pode envolver erros de introspecção. Ao propor essa distinção entre as duas, refiro-me tão somente aos erros ligados a atos *únicos* de introspecção. Em relação a estes, uma ilusão de crença seria vista como uma composição.

Finalmente, devemos observar que nossa definição de ilusão de introspecção serve para distingui-la da falácia da introspecção pela ausência de qualquer coisa similar a um processo consciente de inferência. Assim, se considerarmos errônea a derivação de Descartes do fato da existência de Deus de sua posse da ideia, tal ação

de raciocínio conscientemente realizada constituiria antes uma falácia do que uma ilusão de introspecção.

Até aqui preocupamo-nos em estabelecer a definição ou determinar o conceito de ilusão de introspecção. Ainda não averiguamos que conteúdos ela de fato acrescenta a esse esquema ideal. Devemos agora passar a essa questão, a saber, se ao observar e interpretar outros sentimentos mentais além das impressões sensoriais, suas dissimulações e sensações subjetivas, algo como uma ilusão sensorial de fato ocorre.

Se definirmos uma ilusão de percepção como uma projeção errada de ideias subjetivas na região da existência objetiva imediatamente presente, veremos que a ideia desta ilusão pode estender-se a más interpretações dos acompanhamentos subjetivos imediatos das impressões sensoriais. Tais ilusões formariam um elo de conexão com as devidamente chamadas ilusões de percepção e com as ilusões de introspecção em um senso mais estrito, supondo que estas existam.

Como primeiro exemplo deste erro, tomaremos a atribuição errônea da beleza a objetos externos. Não estou aqui levantando a questão sobre a existência de qualquer qualidade externa independente de nossas mentes respondendo a nosso senso de beleza, ou se em todos os casos a projeção deste sentimento na região da existência objetiva é ilusória: esta é uma questão antes filosófica que psicológica. Partirei do pressuposto de que há certos aspectos de coisas externas, certas relações de forma, cor, em conjunto com certas associações, que são comumente reconhecidas como as causas do senso de beleza, e popularmente reconhecidas como corporificações da qualidade. Nessa perspectiva, a ilusão emerge sempre que um indivíduo passa de um sentimento presente a um objeto externo e chama a isso de beleza, vendo nele a causa de um prazer estético comum.

Este erro é muito comum. Embora nossas impressões estéticas estejam de acordo até certo ponto, elas não coincidem completamente. Diferenças permanentes de sensibilidade natural, de experiência e de associações tornam algo muito interessante a um homem e totalmente desinteressante para outro. E flutuações temporárias de condições mentais podem fazer com que um homem julgue uma coisa bonita em um momento e não em outro. Todavia, o arraigado hábito de tomar um sentimento individual como a representação de um sentimento comum — hábito que, conforme observei em outros lugares, está sem dúvida conectado aos mais fortes instintos sociais de nossa natureza — nos leva invariavelmente a dar validade objetiva às nossas preferências estéticas privadas e pessoais.

É digno de nota que esses erros se encaixem basicamente nas categorias de ilusões passivas e ativas. A atribuição errônea de um valor estético comum a um objeto pode ser efeito seja de um efeito peculiar da impressão sensorial, seja da cooperação de uma disposição subjetiva antecedente. A primeira classe pode ser ilustrada pela atribuição comum de beleza objetiva a coisas que nos encantam, sobretudo,

devido a sugestões individuais especiais, por exemplo, quando um homem atribui especial beleza à vista de sua casa, ou uma mulher ao seu filho favorito. Ilustrações da variedade ativa podem ser encontradas nos julgamentos que dependem de uma condição preexistente da mente. Nossa apreciação da natureza ou da arte é condicionada em parte por nosso humor temporário ou pela disposição de nossa mente. Há momentos de excepcional excitação emocional quando até mesmo uma paisagem comum provoca uma apreciável sensação de admiração; neste caso, tendemos irresistivelmente a atribuir um grau correspondente de valor objetivo à cena. O erro corresponde exatamente a esta ilusão de sentido que surge ao passarmos por cima da relatividade de nossas sensações às condições orgânicas do momento. Pode-se dizer que se trata de uma ilusão devida à hiperestesia temporária dos órgãos emocionais.

Aquilo que se aplica ao senso de beleza aplica-se, é claro, a todos os outros sentimentos excitados por objetos externos. O erro também não se limita a casos em que o objeto é capaz de tocar diversas mentes, como o fazem o terrível, o grotesco, o hediondo etc., mas às vezes surge até mesmo na instância de um sentimento distintamente pessoal. Assim, a mãe afetuosa instintivamente atribui os muitos sentimentos de prazer excitados em sua mente pela visão de seu filho à causa dessa excitação sob a forma de qualidades amáveis. No próprio fato de amá-lo ela o enxerga como objetivamente passível de amor.

898

O outro grupo de ilusões posicionado entre a percepção propriamente dita e a introspecção é o dos erros ligados à leitura das manifestações externas dos sentimentos de outros, bem como aqueles geralmente ligados à interpretação de signos imediatos não resultantes de um processo de raciocínio consciente.

Interpretar a aparência ou a fala de outra pessoa é claramente um processo mental análogo à percepção sensorial. Em primeiro lugar, há uma impressão sensorial reconhecida; em segundo, há a interpretação desta impressão com o auxílio de uma imagem representativa; e ambos os processos parecem ser igualmente imediatos ou “intuitivos”. Por outro lado, existe uma clara diferença: enquanto a percepção propriamente dita é uma reconstrução imaginativa de experiências externas, como as sensações musculares e táteis, a interpretação dos signos propriamente dita ocorre por uma representação de sentimentos subjetivos. Além disso, e este é o ponto principal, no segundo caso há um reconhecimento distinto do fato de que os sentimentos assim representados não são nossos, mas pertencem a uma outra consciência.²

² Parecemos querer algum termo científico para expressar o ato de interpretar estados mentais de outras pessoas. O termo “ler” não é preciso o suficiente. Diz-se às vezes que esta interpretação é uma combinação da percepção propriamente dita e da introspecção, mas isso não me parece uma descrição adequada do processo. Seja como for, o leitor verá minhas razões para tratar do tema antes da introspecção propriamente dita.

Os erros inerentes a este processo de intuição imediata dos sentimentos ou pensamentos de outros são bastante familiares. Aqui, uma vez mais, convém fazer a distinção entre as formas passiva e ativa de ilusão. Uma ilusão passiva surge sempre que, através da força de uma associação inseparável, determinada marca externa evoca uma imagem interpretativa errada. Na leitura da expressão emocional um exemplo revelador deste erro é a ilusão histriônica. Ao assumir a atitude corporal, o gesto e o tom característicos de uma paixão, como a raiva, um ator de primeira classe cria uma poderosa ilusão, já que, de acordo com as mais altas autoridades, o ator não pode arriscar-se a se entregar à emoção particular que está simulando. Outro exemplo deste tipo de ilusão não é incomum no cotidiano. Um homem possui algum traço peculiar, como sobranceiras particularmente levantadas ou um canto caído da boca que irresistivelmente evoca algum tom particular de sentimento. Mesmo quando nos acostumamos à peculiaridade, tal é a força do impulso para projetar o sentimento sugerido, que continuamente tendemos a recair no erro bobo.

Um erro similar muitas vezes ocorre em respeito à interpretação da linguagem quando usada de modo não-familiar. A estranheza muitas vezes cômica de uma língua estrangeira para alguém que visita um país onde ela é falada consiste na evocação de significados errados, sobretudo significados associados a sons similares na própria língua. O inglês que visita a Alemanha não pode ouvir uma senhora usar a expressão “Mein Mann” sem que pense em parte que ela está tratando especificamente da masculinidade do seu marido e da função de suporte e proteção atribuída ao sexo.

Os erros mais ativos ligados à leitura errônea dos sentimentos em outras mentes nos forneceriam material para um longo capítulo. Mencionarei apenas um ou dois exemplos notáveis. É comum a observação de que pessoas de natureza compassiva, ávidas pela resposta de outra mente, são predispostas a imputar sentimentos inteiramente equivocados aos outros. O caso extremo deste equívoco é obviamente o do apaixonado iludido que, ao olhar nos olhos de uma amante bastante comum “intui”, através de um fino sentido espiritual, um perfeito reflexo de suas aspirações e objetivos prediletos.

A interpretação da natureza pela fantasia antropomórfica e poética é igualmente um exemplo claro de projeção ilusória de um sentimento individual. Às vezes isso se deve a um notável grau de semelhança entre o objeto e a forma humana. Mas, na maior parte dos casos, a força da ilusão deve-se à forte predisposição emocional da mente do espectador. O homem solitário em comunhão com a natureza, embora tenha dado as costas à compaixão humana, tende a estender seus sentimentos mais profundos a seu ambiente inanimado. Sua saudade, sua tristeza, seus deleites momentâneos parecem ser devolvidos a ele pela face da natureza como um espelho. E é sobre este forte anseio emocional por compaixão muitas vezes subjacente às pitorescas transformações poéticas de objetos naturais em formas vivas que eu tive a ocasião de me debruçar ao falar das ilusões de sentido.

Finalmente, deve-se observar que esta leitura errônea de sentimentos individuais em outras mentes é encontrada em grande parte da crítica de arte atual. Um leitor que se sente de determinado modo ao ler um poema instintivamente tende a projetar o sentimento na obra e a vê-lo como o resultado direto da mente do autor. O leitor em questão o reconhece, conforme ele mesmo dirá, por uma “faculdade intuitiva”. Infelizmente não é com pouca frequência que duas naturezas sejam afetadas diferentemente pelo mesmo poema, apenas porque o leem com predisposições emocionais e antecipações muito diferentes; e há também a evidente dificuldade de atribuir sentimentos incompatíveis à mesma mente. Um estudante da “alta crítica”, como é chamada, pode se divertir descobrindo exemplos destas intuições emocionais contraditórias. E o mesmo se dá nas declarações atuais sobre a música. É lugar comum o fato de que a mesma música é sentida de forma muito diferente por diferentes pessoas, de acordo com suas disposições e suscetibilidades emocionais. Partindo deste bem averiguado fato, o sr. Gurney afirmou recentemente, com considerável engenhosidade, que a maioria das leituras comuns de certos sentimentos nas composições musicais como se estivessem na mente do compositor e conscientemente se exprimissem em suas obras musicais é totalmente ilusória.³

900

É evidente que em todos esses casos a ilusão terá um caráter mais ativo se, além da força preexistente de hábitos permanentes de sentimentos, houver algum impulso emocional concreto temporário em ação: um homem está mais propenso a encontrar tristeza em uma peça de música se ouvi-la quando estiver triste.

Precisamente a mesma coisa se dá no tipo mais intelectual de interpretação: o das palavras. Nossas compreensões equivocadas do pensamento alheio devem-se em parte aos nossos hábitos intelectuais permanentes, em parte à nossa condição intelectual temporária. Para ilustrar esse ponto, a seção “On Language” no quinto volume de *Problems of Life and Mind*, de Lewes, assim se inicia: “The great Lagrange...” (O grande Lagrange...) Tendo a imagem da palavra “Language” (Linguagem) em minha mente, leio repetidas vezes “The Great Language”, confundindo-me com o sentido antes de descobrir meu erro.

Como consequência do que acaba de ser dito, quando uma expressão externa sugere a existência de um sentimento particular em outra mente e isso é instantaneamente reconhecido como a causa de algum sentimento diferente em nossa mente, a tendência a dar realidade objetiva a esta causa será excepcionalmente poderosa, sendo composta das duas forças recém-consideradas. Nesse sentido, é nessa classe de sentimentos, como a gratidão, a raiva, o desprezo etc. que encontraremos as mais coercitivas formas de ilusão. A ação de outra pessoa que parece ser um dano

³The Power of Sound, p. 345 e seg.

intencional muitas vezes produz por um momento a tênue ilusão de que fomos prejudicados, mesmo quando as evidências de que nenhum dano foi pretendido já satisfizeram nosso julgamento. A ilusão contrastante é ilustrada nos casos em que pessoas vaidosas tendem a receber como cumprimentos palavras e ações que a mais leve inspeção mostraria serem desprovidas de qualquer intenção nesse sentido. É evidente que o temperamento e os hábitos de sentimento preexistentes, juntamente com condições temporárias da mente, determinarão enormemente o caráter e a força destas ilusões em casos diferentes.

Pode-se acrescentar que a tendência poderosa da fantasia antropomórfica de vivificar e personificar a natureza, que, como vimos, repousa, sobretudo, no segundo dos dois impulsos ora considerados, é auxiliada pelo primeiro também. É um fato conhecido que quando um homem acidentalmente bate o pé em uma pedra ou outro obstáculo ele sente na hora um impulso irresistível de se zangar com o ofensor inocente, ou seja, ele faz uma vaga representação do objeto como tendo a intenção de machucá-lo. De maneira bastante similar, nossas emoções mais calmas tendem a construir causas para si mesmas sob forma de intenções e disposições emocionais vagamente representadas na natureza em direção a nós mesmos. Assim, o prazer profundo que uma bela paisagem natural confere facilmente toma a forma de um sentimento de gratidão para com um espírito benevolente da natureza.

Mas o leitor pode achar que durante todo esse tempo nos estendemos sobre os limites das ilusões de percepção e ainda não tocamos em nenhum erro de introspecção propriamente dito. Reconhecendo a força desta observação, passarei agora à nossa devida investigação, a saber, se existem erros ligados à interpretação de estados subjetivos da mente que não surgem concomitantes aos efeitos diretos de agentes externos, mas como fenômenos subjetivos isolados.

Um olhar rápido para nossos modos cotidianos de descrever estados internos propriamente ditos já nos mostra que existe uma espécie de leve equívoco constante no processo ordinário de introspecção. A reflexão abstrata sobre sentimentos subjetivos é uma arte aprendida com considerável dificuldade e pressupõe um grau relativamente alto de cultura intelectual. Onde esta está ausente existe uma disposição manifesta de traduzir sentimentos internos em termos de impressões externas. Não que este processo se aproxime do processo da alucinação, mas existem sentimentos internos que são intuídos como tendo uma causa ou origem análoga à das impressões sensoriais. Assim, para a mente não instruída um pensamento repentino parece um anúncio vindo de fora. O homem supersticioso afirma estar sendo conduzido por algum espírito bom ou mau quando novas ideias ou novas resoluções surgem em sua mente. Para a inteligência simples do homem rude, qualquer pensamento se apresenta como análogo a uma voz audível e ele comumente descreve suas ruminações como se dissessem isso ou aquilo para si mesmo. E este modo de ver a questão reflete-se até na linguagem de pessoas cultivadas: dizemos “essa ideia me veio” ou

“nasceu em mim”, “eu fui impelido a fazer isso ou aquilo” e assim por diante, e deste modo tendemos a assimilar fenômenos mentais internos a externos.

O mesmo se dá em nossos modos habituais de descrever sensações internas de prazer e de dor. Quando um homem em estado de depressão mental fala que sua cabeça está “cheia”, é evidente que ele está interpretando um estado mental com a ajuda de uma analogia a um sentimento corporal. O mesmo se dá ao falarmos da mente “dilacerada” pela dúvida ou “alquebrada” pela ansiedade. É como se instintivamente traduzíssemos prazeres e dores mentais na linguagem das sensações corporais.

A explicação desta tendência profundamente enraizada em uma visão levemente ilusória de nossos estados mentais é, penso eu, fácil. Uma das razões diz respeito à relação das imagens mentais com as impressões sensoriais: tenderíamos a assimilar as primeiras às segundas quanto à sua natureza e origem. Isso explicaria o hábito comum de ver os pensamentos, que evidentemente são acompanhados por representantes de seus símbolos mentais, como vozes internas, um hábito que é provavelmente especialmente característico da criança e do homem primitivo, bem como do homem alienado.

902 Outra razão, entretanto, deve ser buscada para o hábito de assimilar sentimentos internos a sensações externas. Se a linguagem evoluiu como um incidente da vida social, sendo, ao mesmo tempo, seu efeito e sua causa, logicamente ela deve ter se ajustado primeiro às necessidades de expressão dessas experiências objetivas comuns que recebemos através de nossos sentidos. Nossos modos habituais de pensamento, limitados como o são pela linguagem, contêm traços desta origem. Não podemos conceber nenhum processo mental a não ser por uma vaga analogia a um processo físico. Em outras palavras, mesmo agora podemos apenas pensar com perfeita clareza quando estamos envolvidos com algum objeto de cognição comum. Assim, a esfera da sensação externa e dos agentes físicos nos fornece uma norma única ou padrão e instintivamente vemos estados mentais subjetivos em analogia a eles.⁴

⁴ O leitor notará que este hábito de atribuir uma origem material externa a estados subjetivos é de certa forma complementar à tendência instintiva já mencionada de atribuir vida e consciência a objetos inanimados. Em um ensaio sobre “Imaginação poética e concepção primitiva”, publicado na *Cornhill Magazine*, tentei mostrar que ambos os impulsos podem ser explicados pelo fato de que nosso primeiro conhecimento foi, naturalmente, o de seres humanos (nós e os outros), com sua natureza dual, corporal e mental, e que fazemos disso a norma ao observar todas as formas de existência, tanto material quanto mental. A consequência lógica seria que a representação de qualquer estado mental deve ser pelo menos acompanhada por uma vaga representação de um objeto material, isto é, nosso organismo corporal, como um suporte para aquele sentimento em particular.

Proceder à nomeação destes insignificantes erros nascentes é, porém, basicamente desnecessário, já que a questão quanto à existência de erros plenamente desenvolvidos que merecem ser situados junto às ilusões de sentido permanece ainda assim pertinente.

Um exame destas últimas mostra que em muitos casos o erro envolve não apenas uma má interpretação de uma impressão presente, mas uma apreensão equivocada da própria impressão. Assim, pode-se dizer que algumas das ilusões conhecidas como cor-contraste, a ilusão do estereoscópio e outras do gênero repousam em uma inabilidade de responder distintamente e reconhecer os elementos de impressão sensorial de fato presentes. A essa variedade de ilusão sensorial correspondem numerosos erros de introspecção. Na verdade, uma ilusão de introspecção propriamente dita pode em geral ser definida como uma apreensão equivocada dos conteúdos da consciência.

À primeira vista, o conhecimento de um sentimento presente parece absoluta e indubitavelmente certo. No entanto, uma pequena consideração dos erros aos quais estamos sujeitos a detectar na qualidade de uma impressão sensorial presente pode nos preparar para descobrir que às vezes o olho interno da mente é logrado. A introspecção, desde que nossa atenção esteja limitada a um único e bem definido sentimento intenso o qual podemos supor constante por curta duração, está, evidentemente, acima de qualquer suspeita. Se estou sofrendo de depressão mental intensa, a mera ação de olhar para dentro é suficiente para garantir a existência do sentimento, e nenhuma convicção maior é alcançada que aquela atingida desta forma. O problema da cognição introspectiva é, porém, raramente simples assim. Comparemos o processo de auto-observação ao da percepção externa.

Em primeiro lugar, é digno de nota o fato de que um estado de consciência é uma coisa excessivamente complexa em qualquer momento. Ele é composto por uma massa de sentimentos e impulsos ativos que muitas vezes combinam-se e se misturam de modo bastante inextricável. As sensações externas também vêm em grupos, mas, via de regra, não se fusionam em todos aparentemente simples como nossos sentimentos internos muitas vezes o fazem. A própria possibilidade de percepção depende de uma discriminação clara de elementos sensoriais, por exemplo, as diversas sensações de cor obtidas pela estimulação de diferentes partes da retina.⁵ Mas um mosaico claramente definido de sentimentos como esse não se apresenta na região interna: um elemento se sobrepõe e perde-se parcialmente no outro e a análise subjetiva é muitas vezes uma questão extremamente difícil. Nossa

⁵ Quase não há necessidade de observar que a fisiologia mostra que não há separação de sensações de cores elementares diferentes que são localmente idênticas.

consciência é, dessa forma, uma trama de textura fechada perante a qual o olho falha ao procurar suas diversas linhas e fios. Além disso, muitos desses ingredientes são demasiadamente indistintos, pertencendo àquela obscura região da subconsciência tão difícil de penetrar com a luz da atenção discriminativa. Essa observação aplica-se com particular força à massa de sentimentos orgânicos que constitui aquilo que se conhece por cinestesia ou sentimento vital.

Enquanto, para falar figurativamente, a diminuta anatomia da consciência é complexa em relação a sessões longitudinais da coluna mental, não é menos complexa em relação a sessões transversais. Sob circunstâncias ordinárias, impressões externas persistem de modo que possam ser transfixadas por um ato deliberado de atenção, e os objetos raramente passam tão rapidamente à cena externa sem que tenhamos tempo para um cuidadoso reconhecimento da impressão. Não é este o caso da região interna da mente. Os estados compostos de consciência ora descritos jamais permanecem perfeitamente uniformes, nem mesmo na mais curta duração que se pode conceber. Eles mudam continuamente, assim como os elementos do caleidoscópio variam com cada sacudidela do instrumento. Assim, uma tonalidade de sentimento perpassa outro de tal maneira que é muitas vezes impossível detectar sua qualidade exata; e mesmo quando o caráter do sentimento não muda, sua intensidade passa por alterações que uma observação acurada de sua quantidade é impraticável. Do mesmo modo, traços de uma cena interna podem aparecer nesta modificação instável por uma duração muito curta para permitir um reconhecimento próximo. Dessa forma, não se pode dividir com precisão o sentimento do momento de seus antecedentes e de suas conseqüências. A implicação total dessas considerações pode ser observada apenas quando refletimos acerca daquilo que está envolvido em um processo de reconhecimento, tanto externa quanto internamente. Em primeiro lugar, este processo envolve claramente um ato de atenção, e isto requer tempo, já que ocorre através de um processo de foco ou adaptação, discriminativo ou seletivo. Porém, uma vez mais, este processo de adaptação envolve levar o sentimento particular à correta representação; pois mesmo um sentimento interno é intelectualmente conhecido pela fusão da representação de um sentimento com o sentimento em si. Devemos lembrar que ao responder e dar um contorno à representação necessária, necessariamente saímos deste estado particular de sentimento no qual estávamos antes do início do processo de reconhecimento. Em outras palavras, enquanto observadores daquilo que ocorre dentro de nós, não podemos estar na mesma condição mental que quando não observamos. Há uma leve modificação dos conteúdos da consciência sempre que a atenção é deliberadamente dirigida a esses conteúdos. Sendo assim, deve ser muito fácil perder de vista, confundir-se e transformar, tanto na quantidade quanto na qualidade, os ingredientes reais de nossa condição mental.

Por conseguinte, surgem diversos pequenos erros de introspecção os quais, para distingui-los daqueles já mencionados, podem ser chamados de passivos. Estes

incluiriam todos os erros na detecção daquilo que está na consciência devido à complexidade do fenômeno e que não é auxiliado por nenhuma concepção prévia. Por exemplo, um estado mental pode falhar ao revelar as partes que o compõem à atenção introspectiva. Na química da mente os resultados são muitas vezes tão misturados que se tornam indistinguíveis. Assim, nossas ações podem ser atravessadas por um fator tão emaranhado com outros sentimentos que escapa à atenção. Quanto mais tênue for o sentimento, maior será a dificuldade de separá-lo e investigá-lo isoladamente. Mais uma vez, um erro de introspecção pode ter suas bases no caráter fugidio de um sentimento. Por exemplo, ao ser questionado se uma ação rápida que executou foi voluntária, um homem pode facilmente imaginar em retrospecto que não o foi, quando na verdade a ação foi precedida por uma volição momentânea. Estes sentimentos transitórios que não podem ser apreendidos no momento em que ocorrem por um ato de atenção geralmente desaparecem de uma vez, sem deixar nem mesmo um traço temporário na consciência.

Deve-se observar que esta confusão de elementos da consciência envolve uma espécie de erro bastante similar a uma ilusão de percepção que depende de uma interpretação equivocada de uma impressão sensorial. Isso é ilustrado pelos casos em que um sentimento ou uma emoção confundem-se com alguma inferência baseada neles. Em sua forma mais vulgar este erro se mostra como uma “intuição” de algo que seria inerente ao próprio sentimento. Por exemplo, um homem cuja mente está entusiasmada pela pulsação de uma nova alegria exclama “Este é o momento mais feliz da minha vida” e esta convicção parece estar contida na própria intensidade do sentimento. Evidentemente, a calma ponderação irá dizer-lhe que o que ele afirma é meramente uma crença cuja acuidade pressupõe processos de rememoração e julgamento, mas para a mente do homem naquele momento a supremacia desta alegria em particular é imediatamente intuída. E o mesmo se dá com a certeza de que o sentimento presente, por exemplo, amor, é eterno, capaz de enfrentar as mais severas provas etc. Um homem *sente* no momento que assim é, porém, como os fatos nos quais acredita referem-se a circunstâncias e eventos ausentes, está claro que este conhecimento não é de forma alguma intuitivo. Dessa forma, nos momentos de maior intensidade, nossas emoções carregam nossos intelectos com elas, confundindo as regiões de verdade, da certeza e da pura imaginação, e até mesmo o estreito domínio do presente e o vasto domínio do passado e do futuro. Nesses momentos pode-se dizer que diferenças de presente e futuro desaparecem e que a energia da emoção constitui uma certeza imediata de sua existência completa.⁶

⁶ É evidente que quando a mente passa erroneamente de um sentimento presente a algo remoto no tempo este erro aproxima-se da classe das ilusões de crença.

Passaremos agora à consideração de outras ilusões de introspecção mais semelhantes às ativas ilusões de percepção. Ao examiná-las, descobrimos que uma representação pura pode, sob certas circunstâncias, simular a aparência de uma apreensão, que uma imagem mental pode se aproximar de uma impressão sensorial. No caso dos sentimentos internos, esse risco se mostra de forma ainda mais notável. Os mais elevados sentimentos ou emoções distinguem-se das simples sensações-sentimentos por serem extremamente representativos. Assim, um sentimento de contentamento a qualquer momento, embora sem dúvida condicionado pelo estado corporal e pelo caráter das sensações orgânicas ou sinestésicas, geralmente depende, acima de tudo, de representações intelectuais de relações ou circunstâncias externas e pode ser chamado de uma prelibação ideal para as satisfações reais, como os prazeres do sucesso, da companhia de alguém e assim por diante. Sendo assim, é fácil para a imaginação evocar uma semelhança com esses sentimentos elevados. Uma vez que eles dependem largamente da representação, um mero ato de representação pode ser suficiente para excitar um grau deste sentimento dificilmente distinguível do sentimento de fato. Dessa forma, imaginar a mim mesmo como contente é realmente me ver no momento como de fato contente. Disso tudo se pode extrair que no ato de introspecção a mente está apta, dentro de certos limites, a encontrar o que ela está preparada para encontrar. E uma vez que há com frequência nesses atos, um desejo distinto de encontrar algum sentimento em particular, podemos ver o quão fácil deve ser para um homem, devido às suas predisposições e ao foco errado de sua atenção, enganar-se até certo ponto sobre os conteúdos reais de sua mente.

Observemos uma dessas ilusões ativas. À primeira vista pode parecer completamente simples determinar, a qualquer momento, se estamos nos divertindo, se nossa condição emocional eleva-se acima do limiar do prazer ou ponto de indiferença e recebe positivamente o que é agradável ou prazeroso. Existem, porém, boas razões para supormos que as pessoas enganam-se, e não com pouca frequência, em relação a essa questão. Talvez não seja exagero dizer que a maioria de nós é capaz de imaginar que está se divertindo, quando se conforma à moda temporária de diversão social. Já foi dito, não sem cinismo, que as pessoas se socializam menos para ser felizes do que para parecer que o são, e poder-se-ia acrescentar que nesta aparente diversão elas podem, desde que não sejam *blasés*, enganar a si mesmas tanto quanto aos outros. A expectativa da diversão, o conhecimento de que a ocasião objetiva propiciar esse resultado, o reconhecimento de sinais externos de diversão nos outros, tudo isso pode servir para cegar um homem nos estágios iniciais da diversão social a respeito de sua verdadeira condição mental.

Se olharmos de perto para essa variedade de ilusão, veremos que ela é muito similar, em sua estrutura e origem, ao tipo de percepção errônea que brota da desatenção à verdadeira impressão do momento sob a influência de uma forte expectativa de algo diferente. A representação de nós mesmos como entretidos desaloja de

nosso campo interno de visão nossa condição real, relegando-a à região da consciência obscura. A essência do autoengano pode ser entendida como a manutenção da representação na região superior da clara consciência para impedir a visão de algo situado abaixo dela. Se pudéssemos por um instante nos livrar desta representação e olhar para os sentimentos reais do momento, ficaríamos a par de nosso erro; e é possível que o processo de se tornar *blasé* envolva despertar de grande parte deste tipo de ilusão.

Assim como podemos nos enganar dentro de certos limites quanto à nossa condição emocional, podemos nos enganar sobre a real natureza de nossa condição intelectual. Quando uma ideia é particularmente agradável à nossa mente, podemos facilmente imaginar que acreditamos nela, quando na realidade durante todo o tempo há um processo consciente de crítica ocorrendo, ao qual se déssemos atenção o resultado seria um distinto ato de descrença. O fundamento lógico do elogio, que não é ineficaz mesmo com homens deveras intelectuais, parece ser o de que ele inclina a pessoa elogiada a se deleitar na prazerosa meia-ilusão que as palavras são verdadeiras, mesmo quando a reflexão cuidadosa mostra que elas são exageradas. Isso significa que a declaração do bajulador evoca uma representação vívida que por um momento simula a forma de uma crença.

É evidente que as condições externas da vida impõem ao indivíduo certos hábitos de sentimentos que com frequência entram em conflito com suas tendências pessoais. Como um membro da sociedade, ele tem motivos poderosos para atribuir certos sentimentos a si mesmo e este motivo age como uma propensão, perturbando sua visão daquilo que de fato está em sua mente. Enquanto isso se sustenta em questões leves, como a da diversão à qual nos referimos, aplica-se ainda mais a questões mais sérias. Por exemplo, um homem pode facilmente enganar-se acreditando sentir um sentimento adequado de indignação contra a perpetuação de algum ato mau ou cruel, quando na verdade seu sentimento é muito mais de compaixão pessoal pelo ofensor de quem ele previamente gostara. Dessa forma nos enganamos, disfarçando nossos reais sentimentos com um fino véu de faz de conta.

A região por excelência deste tipo de ilusão é a da moral e da vida religiosa. Estamos propensos a nos enganar no que diz respeito a nossos reais motivos, nossas aspirações dominantes e nossas mais elevadas experiências emocionais. O moralista e o teólogo claramente reconheceram as possibilidades do autoengano no tocante aos sentimentos e aos impulsos. Para eles não constitui mistério algum que o coração humano toma o ficcional pelo real, o momentâneo e o evanescente pelo permanente. E eles reconheceram também a dupla fonte desses erros, por um lado na poderosa predisposição de exagerar um sentimento presente, e por outro no ato de tomar o mero desejo de sentir-se de determinada forma pela posse real deste sentimento. Homens de natureza profundamente religiosa e dados à introspecção e ao autoexame confessaram em diversas ocasiões sua fraqueza em separar o trigo de um

impulso sincero do joio de um sentimento espúrio. E a melancolia mórbida à qual o hábito da autoanatomia, quando excessivamente satisfeito, amiúde leva ilustra suficientemente as incertezas que caracterizam o processo de autoanatomia moral.

A opinião dos teólogos a respeito da natureza da introspecção moral apresenta um contraste singular com aquela nutrida por alguns filósofos sobre a natureza da autoconsciência. Muitos destes supõem que ao interrogar sua consciência interna estão acima de qualquer risco de erro. O “livramento da consciência” é para eles algo que carrega o selo da autoridade suprema e que não pode ser questionado. E assim eles fazem do apelo à consciência individual o recurso final em todos os debates filosóficos.

No que concerne a essa operação, não parece provável que ela tenha imunidade a qualquer possibilidade de erro. Pois as questões que nos levam à introspecção são as mais sutis e complexas de nossa vida intelectual e emocional. E alguns destes filósofos chegam a afirmar que o homem comum está capacitado o bastante para lidar com as sutilezas deste processo.

Alguns destes mesmos filósofos já foram acusados de ter baseado parte de suas doutrinas em erros de introspecção. Essa acusação deve, é claro, ser recebida com alguma suspeita, já que foi levantada por discípulos declarados de outra escola filosófica. Todavia, como em nosso desinteressado e puramente científico ponto de vista presumimos que os filósofos, como os demais homens, são falíveis, e já que é certo que a introspecção filosófica não difere materialmente dos demais tipos de introspecção, parece lícito aludir a algumas dessas alegadas formas de ilusão em relação a outras e mais vulgares formas.

Veremos que as assim chamadas ilusões filosóficas podem, bem como as ilusões vulgares recém-mencionadas, ilustrar a distinção entre ilusões passivas e ativas. As presumidas leituras equivocadas da consciência individual resultariam tanto de uma confusão de elementos distintos, incluindo a sugestão errada, quanto de uma poderosa predisposição a ler algo no fenômeno.

Um tipo de ilusão no qual o elemento passivo parece mais conspícuo seria o erro no qual o interrogador da consciência individual incidiria em relação a simples estados da mente não analisáveis. Diante disso, não é provável que uma mera mirada interna ao emaranhamento dos estados de consciência seria suficiente para determinar o que é um fenômeno mental perfeitamente simples. Um estudo dos limites da discriminação concernindo às sensações simultâneas nos levaria a esperar que os sentimentos e ideias que entram juntos na consciência tendem a se misturar inseparavelmente em estados aparentemente simples. Assim, quando um escritor declara que um ato de introspecção demonstra o simples caráter não analisável de um sentimento, como o sentimento de beleza ou o de aprovação moral, o oponente a esse ponto de vista possui um bom argumento para dizer que essa simplicidade pode ser completamente ilusória. Similarmente, quando se diz que a ideia de espaço

não contém representações de sensações musculares, a afirmação pode claramente advir de uma inabilidade para analisar a ideia.⁷

Na maioria dos casos dos erros ditos filosóficos, porém, os fatores ativos e passivos parecem se combinar. A complexidade do próprio fenômeno mental favorece as chances de erro, e há predisposições independentes que levam a mente a enxergar o fenômeno de maneira errada. Isso parece aplicar-se à famosa declaração de uma escola de pensadores segundo a qual por um ato de introspecção podemos intuir o fato da liberdade, isto é, um poder de determinação espontânea de ação superior e regulador da influência dos motivos. É plausível afirmar que esta ideia surge parcialmente de uma mistura de fatos de consciência presente com inferências a partir destes e parcialmente de uma predisposição natural da mente a investir em si mesma esse poder supremo de origem absoluta.⁸

Da mesma forma, pode-se afirmar que outros famosos conceitos filosóficos estão fundados em um processo de introspecção errônea de estados mentais subjetivos. Em alguns casos parece de fato plausível ver essas ilusões como meros sobreviventes em vagas formas atenuadas de ilusões populares mais grosseiras. Mas o curto espaço me proíbe de entrar nessa questão, a qual, além disso, talvez não se inclua em nossa definição de ilusão de introspecção.

Ao delinear esse esboço bruto das Ilusões de Introspecção eu não tinha nenhum objeto prático em vista. Tentei olhar todos os fatos à parte de quaisquer conclusões a serem tiradas deles. A questão de o quanto a possibilidade de erro em qualquer região de investigação invalida todo o processo é difícil; e a questão sobre se as ilusões às quais estamos sujeitos na introspecção afetam materialmente o valor do método introspectivo na psicologia, como afirmam muitos, é sutil demais para ser tratada agora. É suficiente dizer que acredito que ela apresente maior risco do que aquele que a ilusão sensorial oferece ao valor material da observação externa. As diferenças óbvias são que nesta última estamos frente à frente com um objeto comum de investigação, enquanto na introspecção estamos tratando do que é individual e privado. Por essa razão erros individuais são muito menos facilmente

909

⁷ Percebo que depois de bastante prática reconheço este ingrediente muito melhor do que antes. E isso responde exatamente à declaração de Helmholtz segundo a qual sensações elementares podem, com a prática, ser detectadas como tonalidades parciais. Este reconhecimento separado envolve a representação correta. Por outro lado, os que se opõem a essa ideia podem dizer que o empirista está aqui lendo algo na ideia que não pertence a ela.

⁸ Devo ser franco e dizer aqui que eu mesmo, pressupondo ser o livre-arbítrio uma ilusão, tentei rastrear os diversos fios de influência que contribuem para sua extraordinária vitalidade. Ver *Sensation and Intuition*, Cap. V, sobre “A gênese da doutrina do livre-arbítrio”.

retificados na região das últimas do que nas primeiras. Esta é a dificuldade característica do método da introspecção. Porém, mesmo nossas experiências subjetivas estão em concordância umas com as outras dentro de certos limites, e na multiplicidade de observadores há um acercamento da certeza objetiva. E embora não possa ser dito que a introspecção já tenha se tornado um instrumento científico perfeito, devemos lembrar que ela é uma aquisição comparativamente nova da raça, e que devemos esperar que virá a se tornar mais precisa conforme o avanço da evolução.

JAMES SULLY (1842-1923)

Filósofo-psicólogo britânico, abriu o laboratório experimental de Psicologia na University College London, em janeiro de 1889. Foi um dos membros fundadores, em 1901, da British Psychological Society.

A tensão naturalismo/normativismo no campo da definição da doença*¹

Paula Gaudenzi*²

Vemos uma tendência da psiquiatria contemporânea de reduzir a experiência subjetiva da doença a achados neurofisiológicos. Na contramão desse movimento estão os trabalhos de Bill Fulford e Georges Canguilhem. O primeiro aposta na precedência da illness sobre a disease; Canguilhem defende a ideia de que o pathos precede o logos e ambos afirmam a inseparabilidade entre fatos e valores. Trazem, assim, a ênfase na dimensão sócio-simbólica da experiência subjetiva, marcando a centralidade da clínica para a interrogação sobre o sofrimento humano.

Palavras-chave: Filosofia da medicina, psiquiatria, Fulford, Canguilhem

911

*¹ Baseado na tese acadêmica: “Normal e patológico: leituras contemporâneas”, 2014, IMS/Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Br).

*² Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz (Rio de Janeiro, RJ, Br).

Introdução

A pergunta se a ciência pode nos esclarecer *o que é* a doença ou se ela é necessariamente relativa a valores compartilhados culturalmente pertence ao debate tanto em relação às doenças físicas como às doenças mentais, mas é trabalhada especialmente no campo de estudo das doenças mentais. Para o historiador Charles Rosenberg (2006), a negociação do estatuto nosológico de diversas doenças psiquiátricas tem sido cada vez mais frequente nas últimas décadas, o que coloca em questão a legitimidade social e epistemológica desses diagnósticos. Tal questão atormenta filósofos, profissionais de saúde e pacientes, pois o dilema da natureza da doença psiquiátrica e da (i)legitimidade quanto ao estatuto ontológico da mesma constitui o princípio-chave que organiza as decisões clínicas a serem tomadas.

Na psiquiatria, o problema da fronteira entre o normal e o patológico se relaciona fundamentalmente com o problema da presença de valores na definição da doença. Na tentativa de responder se o transtorno mental é algo biologicamente real ou se é necessariamente uma classificação baseada em valores morais, filósofos da psiquiatria apelam para a teoria evolucionista — a qual tem um papel proeminente nas abordagens naturalistas e híbridas sobre a doença mental. Apesar do entendimento de que o transtorno mental é um desvio de uma norma — e portanto um valor — os naturalistas defendem que a norma relevante é uma norma biológica, que pode ser descoberta por meio do método científico. Desse prisma, os casos paradigmáticos dos transtornos mentais, como a esquizofrenia e a depressão, são compreendidos como resultado de um mecanismo psicológico que falha em se conformar com a norma natural (De Block & Adriaens, 2011).

O principal debate filosófico sobre a doença mental não é exatamente sobre a sua existência, mas, sobretudo, sobre como oferecer uma definição científica ou objetiva e qual seria a contribuição dos fatores subjetivos e valorativos em sua definição. Georges Canguilhem (1995) foi um dos autores que realizou uma análise rigorosa dos conceitos de saúde e doença na tentativa de superar a dicotomia entre fatos e valores, contribuindo significativamente para a análise do estatuto epistemológico desses conceitos médicos. Analisaremos o trabalho do autor, marcando a atualidade de seu pensamento em diálogo com o trabalho de Bill Fulford, psiquiatra britânico e professor de Filosofia e Saúde Mental na faculdade de filosofia da Universidade de Warwick, no Reino Unido. A interlocução parece especialmente relevante se considerarmos que é no campo da psiquiatria que se encontram as maiores controvérsias sobre a fronteira entre o normal e o patológico e sobre o papel dos valores nesta discussão.

A atualidade do debate entre o normal e o patológico

Vemos hoje um predomínio da literatura anglo-saxônica na discussão filosófica sobre os conceitos médicos. Apesar da maioria dos autores anglofônicos não dialogarem com Canguilhem, identificamos que eles compartilham com o filósofo francês a convicção de que a análise filosófica pode contribuir para o esclarecimento dos conceitos médicos.

Trinta anos após a publicação do trabalho seminal de Canguilhem, *Ensaio sobre alguns problemas concernentes ao Normal e ao Patológico*, uma literatura filosófica, principalmente anglo-saxônica, tomou corpo e assumiu o desafio de trabalhar a problemática concernente à definição dos conceitos de saúde e doença. Teve início uma controvérsia, descrita na maioria das vezes como um debate entre “naturalistas” e “normativistas”.

A abordagem naturalista em medicina — também chamada de empirista, objetivista ou positivista — sustenta a existência de um fundamento racional, valorativamente neutro para se falar em saúde e doença. Diferenciam-se, assim, dos normativistas que afirmam que uma explicação satisfatória da saúde é intrinsecamente carregada de valores e, portanto, contextual. A meta dos naturalistas é mostrar que a distinção entre o normal e o patológico não é inventada, mas factual, seguindo a tradição objetivista da explicação da doença e da normalidade.

No livro *The Construction of Social Reality*, John Searle (1995) faz uma distinção entre as noções de objetividade e subjetividade útil para elucidar o debate. Searle propõe dois sentidos da distinção entre *objetivo* e *subjetivo*: o *epistêmico* e o *ontológico*. No epistêmico, objetivo e subjetivo são predicados de julgamentos. Isto

é, o que distingue os dois tipos de julgamentos é se a verdade ou falsidade de cada um depende ou independe das crenças individuais, das atitudes e dos sentimentos do observador. No sentido ontológico, por sua vez, objetivo e subjetivo são tipos de entidades que correspondem a diversos modos de existência. O que os distingue é a existência dependente ou independente de nossa representação. Neste sentido, um pedaço de ouro é uma entidade ontologicamente objetiva enquanto a dor é uma entidade ontologicamente subjetiva.

Os sentidos *epistêmico* e *ontológico*, para Searle, fundamentam o pensamento naturalista em matéria de saúde e doença e estabelecem as bases para a diferença entre naturalismo e normativismo (Guerrero, 2011). Compreender o estado de saúde como função de um fato ontologicamente subjetivo é fazer da doença algo que só existe na presença de seres humanos. Nessa abordagem, a saúde é um evento dependente da experiência subjetiva, de normas e valores morais. O naturalismo, ao contrário, aborda a saúde e a doença sem fazer referência a *fatos ontológicos* e *julgamentos epistêmicos subjetivos*. O julgamento sobre a doença, portanto, seria ou deveria ser objetivamente falso ou verdadeiro, no sentido de Searle.¹

914

Em relação aos normativistas, a *démarche* é outra. A corrente normativista, também chamada de subjetivista ou construtivista, afirma que tudo que existe só faz sentido dentro de um universo linguístico com regras de consistência de entendimento e dentro de um universo genealógico — de uma história de saberes, de poderes, de determinações éticas ou estéticas. Assim, os normativistas diferem substancialmente dos naturalistas, ao considerar que o contexto epistêmico é indissociável do contexto histórico-cultural. Desta forma, podemos dizer que o normativismo é uma variante do historicismo, do construtivismo e do pragmatismo que defende que o sentido que damos às coisas é dependente do *background* cultural, genealógico, gramático, epistemológico e histórico que possuímos.

Identificamos, porém, que a maioria dos autores não se enquadra completamente na polarização proposta. A distinção normativismo/naturalismo parece mais razoável como artefato heurístico destinado a identificar os principais fundamentos

¹ A crença na existência de um mundo real independente das representações, paradigmas ou esquemas conceituais é criticada por exemplo por Richard Rorty. Rorty ataca a “teoria da verdade como correspondência” e nega a independência representacional, afirmando que não há como falar da realidade para além das relações descritivas que temos com ela. Nega, portanto, o conceito de realidade objetiva e duvida da utilidade de qualquer teoria da verdade nessa acepção. Para ele, verdadeiro é apenas um termo de recomendação que usamos para elogiarmos as crenças que pensamos como boas de acreditar, tratando a verdade em termos semânticos. Para um aprofundamento do tema, ver: Ghirdelli (1999).

utilizados pelos defensores dessas abordagens e a analisar o papel das normas e valores na conceitualização da doença. Parece-nos que o debate não se limita a afirmar ou negar a presença de valores na definição dos conceitos médicos, mas também se estrutura de forma a problematizar a relação fato/valor e a relação lógica entre os componentes biológicos e práticos na concepção de doença.

Bill Fulford: aproximações canguilhemianas

Partindo do método da filosofia analítica, que visa descrever a “geografia lógica” dos conceitos em determinada área do discurso (Nordenfelt, 2001), Fulford (2001) informa que a visão biológica dos conceitos de *disease*, em termos de distúrbios do funcionamento do corpo e da mente e a visão social sobre as concepções positivas da saúde relacionada com a competência social, são estruturalmente interdependentes. Ele propõe os valores, a *illness* e a falha da ação como elementos lógicos numa teoria que visa ser uma *teoria ponte* situada entre as teorias biológicas e sociais. A *illness* situa-se entre partes do corpo e estruturas sociais e, similarmente, as ações dos indivíduos estão entre o funcionamento de suas partes corporais — das quais as ações são contingentemente dependentes — e os papéis sociais, por meio dos quais, em parte, a competência das ações dos agentes é mensurada.

915

A distinção fato/valor

De forma geral, os naturalistas defendem uma separação radical entre *fato* e *valor*. A doença definida objetivamente é, portanto, um *fato*. Embora não desconsiderem a presença de valores, os naturalistas informam que os mesmos são incorporados apenas posteriormente, na prática médica (Ruse, 1997). Mas a dicotomia fato/valor não está isenta de crítica.

Ambos os autores — Canguilhem e Fulford — pretendem afirmar a interdependência ontológica entre a dimensão do *fato* e a dimensão do *valor*, contrapondo-se ao modelo médico tradicional. Mas vemos que enquanto Canguilhem pretende fazer do valor um fato, Fulford se empenha em afirmar a inexistência de “fatos livres de valor”.

Canguilhem (1995) pretende superar a dicotomia fazendo uso da noção de normatividade vital — a capacidade que a vida possui de determinar na consciência os valores fundamentais à sobrevivência do organismo —, um conceito polêmico sobretudo por supostamente incidir em uma falácia naturalista, termo cunhado pelo filósofo inglês G. E. Moore para designar o erro em associar um conceito ético com

um conceito “natural” ou em deduzir “o que deve ser” daquilo que “é” (Blackburn, 1994). Fulford (2004; 2006), por sua vez, discorda da defesa do modelo médico tradicional de que haveria uma distinção ontológica entre a dimensão dos fatos e a dimensão dos valores e afirma que a separação é meramente gramatical.

Canguilhem sente necessidade de oferecer uma formulação mais objetiva do que a interpretação axiológica proposta pela filosofia da medicina tradicional e a contrária propondo a união entre “objetivo” e “subjetivo”, a partir da imanência da normatividade vital. Apoiado em Goldstein, para quem saúde e doença sempre são normas individuais, Canguilhem reinterpreta essa ideia médica dentro do paradigma darwinista da vida. A tese é a da íntima relação entre individualidade e valor vital. Trata, portanto, da defesa de que a axiologia está enraizada nos fundamentos conceituais das ciências biológicas (Gayon, 1998).

Segundo Gayon (1998), Canguilhem quer generalizar o conceito axiológico da doença para retirá-lo do universo subjetivo da experiência pessoal. O autor, então, situa a experiência da doença no amplo contexto da vida e visa compreender melhor a relação entre medicina e biologia. Neste ponto, Fulford distancia-se de Canguilhem, pois não se debruça sobre a biologia e considera ciências médicas e ciências biológicas como empreitadas distintas.

916

Fulford (2004) propõe uma *Medicina Baseada em Valores*, uma psiquiatria filosófica e antropológicamente orientada, baseada nos valores e na narrativa. Posteriormente, Fulford preferirá o termo *Prática Baseada em Valores* como forma de aplicar a ideia às demais profissões da saúde. O autor visa oferecer uma alternativa à prática em saúde mental pautada exclusivamente nas evidências científicas. A proposta é superar a concepção ingênua da *Medicina Baseada em Evidências* fundamentada sobre uma visão representacionista da linguagem na qual há uma correspondência exata entre linguagem e mundo e que visa sustentar os diagnósticos médicos como “descobertas científicas” e, portanto, verdades inquestionáveis e universais. Diferentemente, para David Sackett (2001 apud Woodbridge-Dodd & Fulford, 2004), a *Medicina Baseada em Evidências* comporta, além das evidências das pesquisas e da prática clínica, os valores dos pacientes.

Woodbridge-Dodd & Fulford (2004) não negam as evidências e referem que a *Prática Baseada em Valores* se desenvolveu para estar ao lado da *Prática Baseada em Evidências*. Os autores propõem o modelo “fato mais valor” que, à maneira de Putnam (1999), se fundamenta em uma visão não representacionista da linguagem e assume a inseparabilidade entre as evidências e os valores. Para Fulford (2004), não há uma correspondência exata entre linguagem e realidade, pois a linguagem é indissociável dos contextos socioculturais específicos e, assim, não é possível fazer uma descrição extracultural. A dimensão dos fatos, diz, é atravessada pela dimensão dos valores e a separação entre fatos e valores existe apenas conceitualmente e não ontologicamente como defende o modelo médico tradicional.

Disease e Illness

Fulford oferece uma alternativa à interpretação médica convencional sobre a relação entre os conceitos de *disease* e *illness*. Nesta visão, a *disease* é usada com conotação factual, definida o tanto quanto possível em termos de disfunção, um conceito biológico-científico supostamente livre de valor, do qual a *illness* é derivada. A alternativa é a *teoria reversa* da doença, em que a *illness* é um conceito logicamente anterior à *disease*. Fulford quer enfatizar que sua teoria valorativa reverte a relação **lógica** — e não **causal** — entre *illness* e *disease* como assumida pelo modelo médico tradicional.

Para Boorse (1975; 1977), um dos principais representantes do naturalismo, haveria dois sentidos de “saúde”, um teórico, que seria o oposto de *disease*, e um prático indissociável de um componente moral, que seria o oposto de *illness*. O funcionamento biológico e a disfunção fundamentariam a noção necessária para a teoria médica, que concerne ao patologista, enquanto a enfermidade seria relevante para a prática clínica. Nesta concepção, apenas o conceito prático é axiológico e o equívoco em considerar a saúde como um conceito essencialmente valorativo é explicado pela confusão entre os sentidos teórico e prático da doença.

Ademais, Boorse afirma a *disease* como o conceito primário, o conceito cientificamente estabelecido, e *illness* o conceito subjetivo derivado. Esta é uma diferença marcante entre naturalistas e normativistas. Os naturalistas concebem a prioridade lógica do fisiológico sobre o patológico e da fisiopatologia sobre a clínica. A defesa da prioridade lógica da fisiologia sobre a clínica ou do conceito teórico sobre o conceito prático de doença é vista em Claude Bernard (Giroux, 2011), médico francês do século XVIII, criador da definição fisiológica e experimental da doença. Para Bernard, as normas fisiológicas podem ser determinadas experimentalmente e o patológico pode ser inferido delas quantitativamente.

É precisamente a dedução do patológico, do fisiológico e a subordinação da clínica à fisiopatologia, o objeto de críticas de Canguilhem e de Fulford. Segundo Canguilhem (1995), preocupados em fazer da medicina uma “ciência propriamente dita”, os naturalistas caem em um excessivo reducionismo, pois recusam a necessária negatividade da doença para o indivíduo, isto é, a experiência vivida de sofrimento e impotência, que é o objeto por excelência da “*pathos*-logia”. Canguilhem e Fulford, ao contrário, defendem que os conceitos de saúde e doença devem ser entendidos a partir do *referencial clínico* e rechaçam a ideia de que o trabalho filosófico sobre estes conceitos deve ter como fundamento *a medicina fisiológica*.

Grande parte dos naturalistas contemporâneos reatualiza o “princípio de Broussais”, informando que os fenômenos normais e patológicos, ou que a fisiologia e a patologia são idênticas, diferindo apenas quantitativamente, em termos de

intensidade. Mas para Canguilhem e Fulford, a relação entre fisiologia/patologia e ordem/transtorno não é simples. Como mostra Canguilhem (1995), a patologia estabelece relações complexas com disciplinas afins como a fisiologia e a terapêutica. Na medicina, diz ele, existe uma confusão oriunda do termo *normal* designar ao mesmo tempo o estado habitual dos órgãos (normal como fato) e seu estado ideal (normal como valor).

O grande objetivo de Canguilhem é abolir a ideia de que possa haver uma medicina e uma patologia científicas, isto é, de que haveria um critério objetivo, quantitativo, de demarcação entre o normal e o patológico. A frequência estatística, segundo Canguilhem, não nos oferece subsídios para a consideração de uma norma de vida. Para o autor, “um traço humano não seria normal por ser frequente; mas seria frequente por ser normal, isto é, normativo num determinado gênero da vida...” (p. 126). Assim, o uso primeiro do termo normal é valorativo, sendo incompatível com a posição quantitativa que afirma que a patologia seria um afastamento de uma média. Este juízo de valor não pode ser universalizado, transformado em uma norma a ser seguida, pois isso ocasionaria um regime normatizante que consideraria anormais os que se desviam do padrão.

Segundo Canguilhem (1995), se a fisiologia é capaz de identificar uma doença, é à clínica que se deve esse reconhecimento. A descoberta do fato patológico não é um dado tributário primeiramente da ciência; é o produto da denúncia humana de seu mal-estar. Citando René Leriche, “saúde é a vida no silêncio dos órgãos”, Canguilhem reitera que a saúde é a inconsciência do corpo, sendo sua consciência despertada pelos limites impostos pela doença. A experiência da doença rompe a imanência silenciosa entre o sujeito e o seu corpo e transforma o corpo em um “problema” que cria exigências de saber e configura necessidades de cuidado e intervenção. Assim, Canguilhem reposicionou a hierarquia entre ciência e terapêutica, afirmando que não se trata de conhecer para valorar e intervir, mas sim valorar para conhecer e intervir.

Fulford concorda com Canguilhem e problematiza a relação entre *disease* e *illness*. Para ele, é a *illness* que define a *disease*. De acordo com Fulford (1989, 1993b), a *disease* é a *illness* reconhecida, identificada em termos de sintomas e posteriormente classificada. O grupo de sintomas adquire um nome e é incluído nas classificações médicas, tornando-se um tipo de patologia. Uma vez definida a classe, outras classes de condições serão adicionadas por meio do processo de generalização.

Assim, uma vez estabelecido o que conta como *illness* e secundariamente elaborado o conceito de *disease*, é possível fazer inferências da *disease* à *illness*. Quando as causas das *illnesses* são estabelecidas, há predomínio de categorias de *disease*, as quais podem ser definidas mesmo na ausência de sintomas. Uma vez que as categorias causais de doença se tornam cada vez mais utilizadas como

resultado do desenvolvimento da ciência médica e biológica, elas se tornam mais proeminentes no discurso médico e *aparentam* ser logicamente primárias. Mas a cadeia se inicia na experiência subjetiva da *illness*. O fluxo de sentido é da *illness* para a *disease* e não o contrário, concordando com Canguilhem.

De acordo com Fulford (1993a, 1993b), o debate sobre *o que é* a doença mental costuma se sustentar no pressuposto de que o conceito de “doença física” tem um significado relativamente transparente e não problemático por ser definido em termos objetivos — relativos ao funcionamento biológico — e destituídos de julgamentos de valor. Desse aspecto, a validade da noção de doença mental dependeria de ser ou não moldada para se adequar ao paradigma da doença física.

Mas o autor sugere que, assim como a doença mental, a doença física não se define exclusivamente por critérios factuais, mas também por julgamentos de valor. Não é o significado da doença mental que é problemático, mas o da doença física. As doenças mentais e as doenças físicas seriam, desse ângulo, conceitualmente similares. Ao invés de reduzir a *illness* mental ao físico, o autor propõe a generalização, isto é, entende que as *illnesses* mentais e as *illnesses* físicas são igualmente subespécies válidas do conceito geral *illness*.

A grande “sacada” de Fulford (1993b) advém da ideia de Hare de que a variação nas conotações valorativas dos termos reflete a extensão em que os critérios descritivos dos julgamentos de valor são assumidos de maneira tácita. Segundo Fulford (1993b; 2001), podemos aplicar esta ideia aos conceitos médicos. Para o autor, os termos *disease* e *disfunção*, frequentemente utilizados na teoria naturalista da doença, apesar de aparentemente descritivos, possuem elementos valorativos evidentes. A impressão de que não há valores implicados na definição da doença física é oriunda do fato de que os valores relativos ao funcionamento do organismo são amplamente compartilhados e coincidentes com a norma biológica. Uma vez que os valores implicados da doença física são mais consensuais, adquirem conotação descritiva. Diferentemente, os valores que concernem à experiência e ao comportamento humano, implicados na definição da doença mental, são muito variáveis. Estamos falando em crença, desejo, volição, emoção e outros. É razoável que as pessoas divirjam mais sobre o que é o bom funcionamento afetivo do que sobre o bom funcionamento cardíaco.

Diferentemente de grande parte dos naturalistas, Fulford considera impensável oferecer uma descrição aparentemente livre de valor da doença mental. Para que a doença mental tenha conotação igualmente descritiva depende da supressão das legítimas diferenças de valores entre as pessoas e não do estabelecimento de sólidos substratos neuropatofisiológicos. Em sua concepção, não há como analisar o que é uma vida psíquica saudável sem ter uma ideia sobre o que é uma “boa vida” ou uma “vida realizada” e essas noções são altamente subjetivas (Banzato & Dantas, 2012).

A importância do debate para o campo da psiquiatria

A defesa da precedência da *illness* sobre a *disease* e a fórmula lapidar de que o *pathos* precede o *logos* trazidas por Fulford e Canguilhem, respectivamente, têm importantes implicações práticas em dois pontos fundamentais. De um lado, elas permitem complexificar o debate sobre a existência das doenças mentais como *fato* ou como construção social. Por outro lado, elas ressaltam a centralidade da clínica atualmente renegada a um segundo plano diante das inovações tecnológicas e do crescimento vertiginoso da psiquiatria biológica.

Referente à primeira problemática, o debate sobre a existência da doença mental em geral é polarizado. Para alguns se trata de entidades com limites bem definidos biologicamente que poderiam ser descobertas e, para outros, elas seriam construções humanas arbitrárias. Aqueles que afirmam a doença mental como fato biológico reduzem a diferença entre doença física e doença mental e a entendem como falha do órgão em executar sua função biológica normal, o que é uma tendência da psiquiatria contemporânea que privilegia a dimensão biológica do ser humano, mais especificamente o cérebro, em detrimento à dimensão subjetiva (Kendler, 2008).

920 Para os que acreditam que doença física e doença mental devem ser explicadas por meio de diferentes referenciais assume-se que a expectativa quanto à conformidade ao padrão da espécie é contrariada no caso das doenças mentais. Entende-se que o que predomina neste caso não é um mau funcionamento de um órgão, mas um desvio de uma norma humana de funcionamento social adequado ou desejável.

Mas Fulford vai na contramão dessa tendência. Afirmando a anterioridade lógica da *illness* em relação à *disease* reduz a diferença conceitual entre doença física e doença mental. O autor propõe uma generalização, entendendo que as *illnesses* físicas e as *illnesses* mentais são subespécies do conceito geral *illness* e, assim, afirma a necessária consideração dos valores antropomórficos para a caracterização da doença. Dessa forma, Fulford se afasta da visão reducionista sobre o transtorno mental, pautada no determinismo biológico e nos achados fisiopatológicos que reduz o mental ao cerebral. É importante lembrar, porém, que a negação de Fulford da visão das doenças mentais como tipos naturais não corresponde à recusa às suas bases biológicas.

Enquanto para a teoria biológica a psiquiatria é vulnerável ao abuso diagnóstico porque os conceitos diagnósticos são cientificamente primitivos, no ponto de vista de Fulford a vulnerabilidade da psiquiatria ao abuso diagnóstico é oriunda da natureza relativamente aberta dos julgamentos de valor envolvidos no diagnóstico psiquiátrico. Ela é irreduzível, pois reflete a diversidade dos seres humanos. Mas tal irreduzibilidade é valorizada nas sociedades democráticas

pluralistas contemporâneas, pois a variedade de considerações valorativas é vista como uma importante proteção contra a hegemonia de qualquer ponto de vista, e sua consideração é um componente essencial da boa prática clínica.

Em relação ao segundo ponto, é notável a importância da afirmação da precedência do *pathos* sobre o *logos* para o resgate da clínica na psiquiatria. Priorizar logicamente a experiência singular vivida em detrimento do saber científico universal ilustrado no (mau) uso dos manuais diagnósticos é uma forma de resistir à redução do sujeito e seu sintoma às nomenclaturas dos transtornos mentais, que os engessa em classificações identitárias universais. A existência de um disfuncionamento em relação a um ideal de saúde e bem-estar predeterminado faz com que a prática clínica dirija-se a um conjunto de normas e à promoção de um ideal de saúde, bem-estar e felicidade, muitas vezes alheio ao próprio sujeito. O sujeito é ejetado do discurso sobre seu próprio sofrimento; perde-se o traço particular, a marca do seu estilo.

Oferecer a prioridade lógica ao sofrimento, e não ao saber científico, é uma forma de afirmar que a experiência subjetiva não está fundada apenas nas propriedades biológicas, mas também nas marcas socio-simbólicas e na trajetória existencial singular. Dessa forma, somos desafiados a considerar a maneira singular de interrogar o sofrimento psíquico e a forma com que o sujeito particular inventa modos de se relacionar com o mundo.

Vemos em Canguilhem e em Fulford o compromisso ético de resistir à normalização, pois indicam que a prática terapêutica não visa à fidelidade a um tipo específico ou a normas individuais prévias, mas a aquisição de uma nova norma individual. Entendem que todo vivente humano tem a capacidade de subverter a ordem instituída e criar outra mais saudável para si, seja no âmbito biológico seja no social e, assim, colocam a clínica como dispositivo de resistência às práticas normalizadoras em saúde.

Referências

- Banzato, C.E.M. & Dantas, C.R. (2012). Lidando com valores no hospital geral. In: N.J. Botega (Org.), *Prática psiquiátrica no Hospital Geral* (3ª ed., pp. 658-668). Porto Alegre: Artmed.
- Blackburn, S. (1994). *Dicionário Oxford de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Boorse, C. (1975). On the distinction between disease and illness. *Philosophy and Public Affairs*, 5, 49-68.
- Boorse, C. (1977). Health as a theoretical concept. *Philosophy of Science*, 44(4), 542-573.
- Canguilhem, G. (1995). *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- De Block, A. & Adriaens, R.P. (2011). Why philosophers of psychiatry should care about evolutionary theory. In: R.P. Adriaens & A. De Block. (Org.), *Maladapting minds: philosophy*,

psychiatry, and evolutionary theory (pp. 3-27). New York: Oxford University Press.

- Fulford, K.W.M. (1989). *Moral theory and medical practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fulford, K.W.M. (1993a). Mental Illness and The Mind-Brain Problem: Delusion, Belief And Searle's Theory of Intentionality. *Theoretical Medicine, 14*, 181-194.
- Fulford, K.W.M. (1993b). Praxis makes perfect: illness as a bridge between biological concepts of disease and social conceptions of health. *Theoretical Medicine, 14*, 305-320.
- Fulford, K.W.M. (2001). What is (mental) disease?: an open letter to Christopher Boorse. *Journal of Medical Ethics, 27*, 80-85.
- Fulford, K.W.M. (2004). Ten Principles of Values-Based Medicine. In J. Radden (Org.), *The Philosophy of Psychiatry: A Companion* (pp. 205-234). New York: Oxford University Press.
- Gayon, J. (1998). The concept of individuality in Canguilhem's philosophy of biology. *Journal of the History of Biology, 31*, 305-325.
- Ghiraldelli Junior, P. (1999). O que há de real e de irreal com o realismo: Searle versus Rorty. *Trans/Form/Ação* [online], 21-22(1), 119-129.
- Giroux, E. (2011). *Después de Canguilhem: definir la salud y la enfermedad*. Bogota: Universidad El Bosque.
- Guerrero, J.D. (2011). *Against Naturalist Conceptions of Health: In Defense of Constrained Normativism*. (Tese de doutorado em Filosofia). University of Calgary, Calgary.
- 922 Klender, K. (2008). Introduction. Why does Psychiatry need Philosophy? In K. Klender, J. Parnas, (Orgs.), *Philosophical Issues in Psychiatry. Explanation, Phenomenology and Nosology* (pp. 1-16). Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Nordenfelt, L.(2001). *Health, Science and Ordinary Language*. Amsterdam/New York: Editions Rodopi.
- Putnam, H. (1999). *O realismo de rosto humano*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Rosenberg, C.E. (2006). Contested Boundaries: psychiatry, disease, and diagnosis. *Perspectives in Biology and Medicine, 49*(3): 407-424.
- Ruse, M. (1997). Defining Disease: the question of sexual orientation. In M.J. Humber & F.R. Almeder, *What is Disease?* Totowa: Humana Press Inc.
- Searle, J.R. (1995). *The construction of social reality*. London: Penguin Books.
- Woodbridge-Dodd, K. & Fulford, K.W.M. (2004). *Valores de quem? Manual para prática baseada em valores na saúde mental*. Warwick: Warwick Medical School.

Resumos

(The tension between naturalism and normativism in the field of defining diseases)

A trend can be seen in contemporary psychiatry toward reducing the subjective experience of illness to neurophysiological findings. Research by Bill Fulford and Georges Canguilhem goes against this trend. Fulford holds that illness comes before disease, while

OBSERVANDO A PSIQUIATRIA

Canguilhem defends the idea that illness precedes disease. They both hold to the inseparability of facts and values. They emphasize the socio-symbolic dimension of subjective experience, thus stressing the importance of clinical approaches for dealing with human suffering.

Key words: *Philosophy of medicine, psychiatry, Fulford, Canguilhem*

(La tensión naturalismo/normativismo dans le domaine de la définition de la maladie)

On observe dans la psychiatrie contemporaine une tendance à réduire l'expérience subjective de la maladie à des découvertes neurophysiologiques. Les travaux de Bill Fulford et de Georges Canguilhem se situent à contrecourant de ce mouvement. Le premier revendique l'antécédence de la illness par rapport à la disease. Canguilhem soutient que le pathos précède le logos et tous deux affirment l'inséparabilité entre les faits et les valeurs. Ils mettent ainsi en avant la dimension socio-symbolique de l'expérience subjective et soulignent la centralité de la clinique pour la réflexion sur la souffrance humaine.

Mots clés: *Philosophie de la médecine, psychiatrie, Fulford, Canguilhem*

(La tensión naturalismo/normativismo en el campo de la definición de la enfermedad)

Observamos una tendencia de la psiquiatría contemporánea en reducir la experiencia subjetiva de la enfermedad a hallazgos neurofisiológicos. En dirección contraria a ese movimiento están los trabajos de Bill Fulford y Georges Canguilhem. El primero apuesta por la precedencia de la illness sobre la disease; Canguilhem defiende la idea de que el pathos precede al logos y ambos afirman la inseparabilidad entre hechos y valores. Traen, así, el énfasis en la dimensión socio-simbólica de la experiencia subjetiva, marcando la centralidad de la clínica para la investigación del sufrimiento humano.

Palabras claves: *Filosofía de la medicina, psiquiatría, Fulford, Canguilhem*

(Das Spannungsfeld Naturalismus/Normativismus im Bereich der Definition von Krankheit)

In der heutigen Psychiatrie ist eine Tendenz zu beobachten, die subjektive Erfahrung des Krankseins auf neurophysiologische Entdeckungen zu reduzieren. In entgegengesetzter Richtung entwickeln Bill Fulford und Georges Canguilhem ihre Studien. Fulford setzt auf die Präzedenz der illness vor der disease; Canguilhem vertritt die Auffassung, dass das Pathos dem Logos vorangeht und beide die Untrennbarkeit von Tatsachen und Werten bezeugen. Somit setzen sie den Schwerpunkt auf die sozial-symbolische Dimension der subjektiven Erfahrung und kennzeichnen die Zentralität der Klinik in der Fragestellung zum menschlichen Leiden.

Schlüsselwörter: *Philosophie der Medizin, Psychiatrie, Fulford, Canguilhem*

Citação/Citation: Gaudenzi, P. (2014, dezembro). A tensão naturalismo/normativismo no campo da definição da doença. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 17(4), 911-924.

Editor do artigo/Editor: Prof. Dr. Claudio E. M. Banzato; Profa. Dra. Rafaela Zorzaneli

Recebido/Received: 12.9.2014/ 9.12.2014 **Aceito/Accepted:** 25.10.2014 / 10.25.2014

Copyright: © 2009 Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental/ University Association for Research in Fundamental Psychopathology. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados / This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original author and source are credited.

Financiamento/Funding: A autora declara não ter sido financiada ou apoiada / The author has no support or funding to report.

Conflito de interesses/Conflict of interest: A autora declara que não há conflito de interesses / The author has no conflict of interest to declare.

PAULA GAUDENZI

Médica; Doutora em Saúde Coletiva; Professora do Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ (Rio de Janeiro, RJ, Br).

Av. Praia do Flamengo, 378/101

22210-065 Rio de Janeiro, RJ, Br

e-mail: paula.gaudenzi@gmail.com

A mulher e o enigma. Caminhos e descaminhos da feminilidade

Luana Villac*¹

Afinal, o que quer uma mulher? Esse artigo não se propõe a responder a essa pergunta, mas a refletir sobre as motivações que a tornam tão popular dentro e fora do campo psicanalítico. Para tanto, acompanha o percurso da noção de feminilidade esboçada por Freud ao longo de sua obra, tanto em seu aspecto conservador da moral patriarcal quanto em seu ineditismo ao localizá-la como origem do psiquismo em sua condição humana de desamparo. A imagem da menina dos contos de fada perdida na floresta é evocada para amparar e alargar a reflexão.

Palavras-chave: Feminilidade, mulher, contos de fada, desamparo

925

*¹ Estudante do Instituto Sedes Sapientiae (São Paulo, SP, Br).

Mero incidente
Corriqueiro
Ser mulher
A vida inteira.
Céu

Mulher

substantivo feminino (1269)

1 indivíduo do sexo feminino, considerado do ponto de vista das características biológicas, do aspecto ou forma corporal, como tipo representativo de determinada região geográfica, época etc.

926 < m. negra > < m. de seios pequenos > < m. carioca > < m. das cavernas >

1.1 aquela que tem sua fisiologia e sua vida genital percebidas como essência do ser humano feminino em sua evolução

1.1.1 na puberdade, com a chegada dos ciclos menstruais, quando ovula e pode conceber; entre menina e moça

< somente em seu primeiro mês menstruo sentiu-se m., sua vital e íntima diferença >

1.1.1.1 na fase núbil, pronta para casar-se; moça, mocinha

< típico patriarca nordestino, observa as m. de sua prole: proveitosos contratos adviriam! >

1.1.2 quando deixa de ser virgem

< tornou-se m. bem cedinho com seu primeiro namorado >

2 o ser humano feminino, considerado

2.1 em conjunto, ideal ou concretamente

< e Deus criou a m. >

2.2 por sua experiência inerente e cultural

< disse-lhe, como m., que dificilmente ela ascenderia à gerência >

3 descendente do sexo feminino; filha

< – Já nasceu? – Homem ou m.? >

4 m.q. mulher-feita

< tem uma filha que já é m., vive fora do país há anos >

- 5** (sXIV) companheira conjugal; esposa
 < sua m. não poderá acompanhá-lo devido a compromissos profissionais >
- 5.1** companheira, ger. constante; a outra; amante, concubina
 < diz a lenda que marinheiros têm uma m. em cada porto >
- 6** p. ext. fêmea humana como parceira sexual
 < mudou de vida, deixou as noitadas e as m. >
- 6.1** namorada
 < apresentou-lhes, envaidecido, sua m. atual >
- 7** fig. na tradição, como indivíduo e/ou coletivamente, representação de um ser
- 7.1** fig. cuja principal função é cuidar da família, dos afazeres domésticos etc.
 < existe a m. que sonha tornar-se ‘rainha do lar’ >
- 7.2** fig. fraco fisicamente, sem defesa; apelidado de ‘o sexo frágil’
 < o que pode a m. contra um homem em sua fúria? >
- 7.2.1** fig. idealmente belo; o chamado ‘belo sexo’
 < vive a m. sem espelho? >
- 7.2.2** fig. sensível, delicado, afetivo, intuitivo
 < como m., chora em todo filme romântico >
- 7.2.3** fig. pej. insensato, superficial, volúvel
 < aquela m. troca tanto de marido quanto de cor do cabelo >
- 7.2.4** fig. pej. intrigante e/ou sedutor
 < há m. que, vaidosas, fazem das dissensões entre os pares quase que um esporte >
- 7.3** infm. cuja presença censura a linguagem masculina (esp. quanto ao uso de expressões de baixo calão)
 < moderou-se quando percebeu que o caixa era uma m. >
- 8** infm. pessoa indeterminada por opos. a senhora e dama 1
 < uma m. deu-lhe a informação >
- 8.1** p.ext. obsl. serviçal ou empregada que trabalha para alguém ou em determinada tarefa
 < trabalhava com o conselheiro uma m. muito dedicada >
- 9** us. como interlocutório pessoal
 < – Então, m., qual é a solução? >
- 10** pej. homem efeminado, que lembra uma mulher, esp. quanto aos hábitos, gostos, trejeitos considerados tipicamente femininos
- 11** homem homossexual, ou que é o parceiro passivo numa relação sexual com outro homem

O *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* emprega em sua versão digital 15 definições e subdefinições para nos dizer o que significa a palavra “homem”. Quando chegamos à letra M, no verbete “mulher”, esse número quase

doira, subindo para 27. Diante dessa disparidade, é difícil resistir ao sorriso de cumplicidade ao coro que diz serem as mulheres um enigma e quem sabe até a perguntar, uma vez mais: “Mas, afinal, o que querem as mulheres?”

Entre a mocinha indefesa, a rainha do lar, a parideira, a sedutora e a (o) parceira (o) passiva (o) que o Houaiss recolhe no caldo da cultura em busca de definições possíveis, os exemplos nos falam de um vir a ser, isto é, de tornar-se mulher: “tem uma filha que já é mulher”; “somente em seu primeiro mês sentiu-se mulher”; “tornou-se mulher bem cedinho com seu primeiro namorado”. Mas também nos dizem de determinações: “Já nasceu? Homem ou mulher?”; “e Deus criou a mulher”; “como mulher, chora em todo filme romântico”.

Entre essas duas possibilidades de ser e estar no mundo, entre o determinismo e a potencialidade, a mulher ocupa no imaginário ocidental um lugar que torna a tarefa de Houaiss bastante ingrata: um lugar indecifrável.

Frente a esse axioma, sobre o qual a psicanálise tem procurado se posicionar desde que Freud confiou aos poetas o deciframento do enigma da feminilidade, há que se perguntar o que querem aqueles que fazem essa pergunta.

928

Serge André, que introduziu o artigo indefinido na pergunta de Freud, dando a um de seus livros o título *O que quer uma mulher?* (grifo nosso), defende que o culto à mulher como mistério, bem como seu outro lado da moeda — o ódio à mulher como mistificação — só servem “(...) para alimentar o desconhecimento do que constitui a verdadeira questão da feminilidade, pois postulam, todas as duas, que a mulher é como um esconderijo que dissimularia alguma coisa” (André, 1998, p. 11).

Partindo dessa reflexão, esse trabalho se propõe a percorrer algumas das sendas pelas quais Freud caminhou, avançou — e se perdeu — ao tentar responder à pergunta que ele ajudou a tornar famosa.

A feminilidade como masculinidade acidentada

O olhar de Freud sobre o feminino e suas ramificações é do início ao fim de sua obra marcado por contradições e pontos de reticências que convidam os leitores a continuar a travessia.

Joel Birman (2001), que aceitou esse desafio, e para quem as ambiguidades e enunciados contraditórios que marcam o discurso freudiano sobre a sexualidade feminina lhe são “constitutivos e fundamentais” (p. 13), localiza esta controversa relação, sobretudo, no eixo entre a leitura da sexualidade feminina fundada na figura do falo e na promoção da maternidade, e o conceito freudiano de feminilidade. Sobre a primeira, diz o autor:

PRIMEIROS PASSOS

É preciso que se diga logo, sem ilusões, (que a razão psicanalítica) formulou uma leitura hierárquica da diferença sexual. A promoção incontestável da figura da maternidade no discurso psicanalítico, mediante a qual o feminino se faria mulher de maneira indiscutível, é o traço mais eloquente disso. Esta seria, sem dúvida, a marca maior do patriarcado presente no discurso freudiano. (p. 24)

Com efeito, para além da maternidade, quando a mulher se tornaria, enfim, “mulher de verdade”, os destinos que Freud contempla para as mulheres se inscrevem em categorias que permanecem, a seu ver, fora do âmbito da normalidade: ser um masculino inferior na frigidez e na inibição, ou um masculino invejoso no complexo da masculinidade (Néri, apud Birman, 2002, p. 29).

Freud parte da afirmação da importância do período pré-édipico no psiquismo da menina e da descoberta subsequente que esta faz da castração para justificar o estabelecimento dessas três linhas de desenvolvimento. Para ele, ao contrário do que ocorre com o menino — cujo complexo de castração é destruído pelo complexo de Édipo —, a menina é instaurada no complexo de Édipo pelo complexo de castração, quando é obrigada a abandonar sua ligação pré-édipiana com a mãe pela influência da decepção com seu clitóris e da inveja do pênis. Assim, volta-se para o pai com o fim de obter deste o que a mãe lhe recusou, isto é, o pênis. A substituição deste desejo pelo desejo de um bebê, escreve Freud, é a única saída possível para o estabelecimento da feminilidade (Freud, 1931).

É a decepção com a masculinidade imaginária, portanto, que lança a menina na posição feminina. Para Maria Rita Kehl (2007), o adjetivo enigmático que Freud confere às mulheres é tributário desta perspectiva, onde a feminilidade se constituiria a partir do que ela chama de “rendição” (p. 239). Diz a autora:

A árdua evolução em direção à feminilidade a que Freud se referia estaria ligada às vicissitudes do percurso edípico para a menina, obrigada a fazer duas renúncias ao invés de uma só (como o menino), e alimentar seus progressos antes na base de decepções do que de promessas. Só pela esperança remota de algum dia recuperar sua posição fálica através da geração de uma criança — que para o inconsciente, será sempre um filho do pai — é que a mulher freudiana aceita, enfim, a enigmática posição feminina. Enigmática, sim, inclusive para a mulher, na medida em que ela encare a feminilidade como uma rendição, um sacrifício oferecido como prova de amor ao pai e seus substitutos — portanto, uma posição constituída em nome do suposto desejo do Outro, cujo sentido escapa ao sujeito em sua alienação. (p. 239)

Birman (2001) defende que a dimensão enigmática do feminino no discurso freudiano está ligada à contraposição entre a transparência da figura do masculino

presente em sua teoria e uma patente obscuridade da feminina. Como consequência desta “crença” — palavra bem colocada pelo autor para definir tal suposição — a figura do homem inicialmente se impõe a Freud como paradigma para a leitura da mulher, como se a transparência do masculino pudesse esclarecer a obscuridade indizível do feminino, mantendo ao mesmo tempo seu estatuto de enigma.

Birman vai mais longe, ao afirmar que esta concepção implica ainda que a feminilidade seja uma derivação da masculinidade originária e, portanto, que a masculinidade represente a perfeição, enquanto a feminilidade seria a figura da “imperfeição e da decadência”. Em suas palavras:

Com isso, não apenas o sexo perfeito poderia ser mais bem conhecido e falado do que o imperfeito, como também somente pela mediação da perfeição sexual a imperfeição poderia ser conhecida e efetivamente pesquisada. A luminosidade seria definitivamente masculina, enquanto a feminilidade seria obscuridade e sombra, só podendo ser revelada pela luz lançada pela masculinidade, que a retiraria do limbo, isto é, da sua posição de enigma e de silêncio. (p. 183)

A feminilidade como origem

930

Em sete de julho de 1898, durante a redação de *A interpretação dos sonhos*, Freud escreveu em carta a Fliess: “Não inicie um só parágrafo sabendo onde ele iria terminar” (p. 319). Essa frase, tão reveladora do processo criativo do inventor da psicanálise, me faz pensar na trajetória por ele percorrida para chegar ao seu conceito final, mas nunca acabado, de feminilidade.

Se Freud, ao tratar desse tema, partiu — e foi marcado em toda sua obra — de uma perspectiva imbuída de patriarcalismo, engessando a mulher em um papel condizente com a moral burguesa na qual ele estava inserido, ao mesmo tempo abriu caminhos bastante revolucionários para uma nova leitura da feminilidade, os quais talvez nem ele mesmo houvesse antecipado.

A trilha para essa renovação foi aberta na chamada virada dos anos 1920, quando Freud foi levado pelos impasses da clínica a pôr em relevo a existência de pulsões sem representação no psiquismo, chegando ao conceito de pulsão de morte. Nesse contexto, o sujeito da psicanálise passou a ser o sujeito da intensidade pulsional.

Para Birman (2001), o “caos ruidoso das forças pulsionais” (p. 236), evidenciado a partir desse momento pelo discurso freudiano, põe em evidência também o mundo da invisibilidade. Diz ele:

Enquanto invisibilidade e silêncio, isto é, enquanto ausência de logos pelo silêncio que a caracterizaria, a pulsão de morte seria muito mais que o universo articulado de representação e da linguagem. Com efeito, enquanto materialização direta da força

PRIMEIROS PASSOS

pulsional, a pulsão de morte indicaria, com eloquência, o mundo das intensidades que permeariam a subjetividade humana... (p. 236)

Assim, a invisibilidade, enquanto pura pulsionalidade, passa a ser entendida como condição subjetiva fundamental do ser humano. Nesse novo contexto, a feminilidade, como experiência radical de castração, diz respeito ao desamparo do sujeito humano e não mais se confunde com o feminino; nem, vale dizer, com o masculino.

Em realidade, justamente por evocar o terror da castração, a feminilidade, desse ponto de vista, é uma posição *contra* a qual as sexualidades femininas e masculinas se organizariam. Segundo Birman (2001),

Tanto os homens quanto as mulheres teriam horror à experiência da feminilidade, justamente pela ausência do falo. Como consequência disso, existiria uma forma de recusa desta pelo terror que provocaria na subjetividade, que se organizaria pela oposição sistemática contra aquela. A ordenação das sexualidades masculina e feminina, portanto, se faria pela inscrição do falo no psiquismo, sob a forma do ser e do ter. (p. 225)

Refazendo os passos que nos trouxeram até aqui, o que se pode depreender dessa formulação é que a feminilidade, precisamente pela ausência do referencial fálico, passa a ser colocada na origem do psiquismo, sendo a ordem fálica masculina uma recusa ou oposição àquela.

Esse reposicionamento teórico, que situa a imperfeição na origem da subjetividade, é uma ruptura significativa em relação à tradição patriarcalista e aponta para novas possibilidades de pensar o sujeito em psicanálise.

Com isso, a feminilidade leva Freud de volta às sendas imperfeitas, incompletas, finitas... (a lista é longa) do ser humano.

De volta, porque é evidente que a descoberta inicial do inconsciente e seus desdobramentos teóricos, como a transformação do narcisismo primário em narcisismo secundário, a diferenciação entre eu ideal e ideal de eu e a incidência da angústia de castração já consistiam em um reconhecimento da dimensão da falta. Mas, como afirma Birman, “O falo permaneceu como uma invariante nesse discurso, como signo eloquente da perfeição e representação maior do masculino (p. 214). E foi a tematização da feminilidade que levou Freud a se distanciar desse paradigma.

Um atalho pela floresta

Antes de concluir meu caminhar neste artigo pelas questões suscitadas pelo feminino, gostaria de fazer um pequeno desvio pela floresta. Mais especificamente, pela floresta dos contos de fada.

Os contos de fada possuem uma estrutura onde os papéis são estritamente demarcados. Quem é do mal, é do mal; quem é do bem, é do bem e, principalmente, quem é mulher, é mulher.

Ao afirmar isso, refiro-me ao fato de que, via de regra, mesmo quando tem direito à aventura, a menina dos contos de fada é sempre devolvida ao papel que lhe fora designado desde o início: o de esposa do príncipe encantado ou do rei.

Para o filósofo francês Pierre Péju (1981),

Enquanto o menino é o herói-modelo, com um caminho e referências a partir dos quais ele avança, a menina possui menos caminhos que lugares onde ela deve esperar e não se mover: espera do príncipe encantado, espera do filho por nascer, espera do rei que foi para a guerra, e nisso ela não é uma heroína. (p. 143; tradução minha)

No entanto, em paralelo a esse excesso de estrutura, onde a moldura dos contos prende as meninas, há uma desestruturação posta em cena por esses relatos tradicionais. O próprio rigor do destino tradicional da menina dá à heroína do conto mais razões para fugir àquilo que a espera e a encerra. Com isso, ela vai bem mais longe que o menino nas situações de ruptura.

932

Se os meninos viajam para conquistar, as meninas geralmente se põem a caminho para escapar. Seu itinerário é transversal, marginal, favorecendo a errância e o choque do inesperado. Ainda segundo Péju (1981),

O menino é geralmente dominado pela ideia de itinerário, o que supõe o modelo da linha reta como o caminho mais curto e a importância das marcas e dos rastros, enquanto a menina é preferencialmente mobilizada pela intensidade da viagem. (p. 143)

Ao se perder na floresta, o Pequeno Polegar é imediatamente possuído pelo desejo de se orientar: ele sobe nas árvores para dominar a mata e encontrar um refúgio. Com as botas de sete léguas, domina a paisagem e se impõe. Bem diferente é a fuga sem referências de Branca de Neve que quanto mais corre, mais se perde, e acaba por se entregar à floresta. Não há desejo de sair ou de dominar e ela finda por estabelecer com a floresta e com os seres que ali habitam uma relação de cumplicidade radical que não é dada aos meninos nos contos.

Péju, que rejeita uma interpretação dos contos no estilo “o que isso quer dizer”, vê na floresta não um refúgio provisório, mas um signo dessa margem onde os papéis se desfazem e onde se vive no terror e na inquietude. “Branca de Neve, na floresta”, ele afirma, “não possui mais um destino: ela é outra, ela se mantém na ambiguidade, em um estado dificilmente situável e nomeável” (p. 139).

É importante ressaltar que, ao falar da menina na floresta nos contos, Péju não está se referindo necessariamente às crianças do sexo feminino, mas a uma entrega à incerteza da errância que geralmente é encarnada pelas meninas nesses relatos.

PRIMEIROS PASSOS

E esta é a razão pela qual optei por pegar esse atalho ao escrever sobre feminilidade. A imagem da menina na floresta me ajuda a entender a feminilidade originária postulada por Freud a partir da formulação do sujeito da intensidade pulsional. “Seriam as intensidades que nos destinariam à errância no mundo, sem poder contar com critérios seguros oferecidos pela representação e pela visibilidade” (p. 237), afirma Birman (2001).

Perdida, desamparada, aterrorizada, sem pontos de referência, errante: à menina na floresta, é assim que lhe é dado caminhar. Indecifrável? Eu diria incontornável.

Referências

- André, S. (1998). *O que quer uma mulher?*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Birman, J. (2001). *Gramáticas do erotismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- Birman, J. (Org.) (2002). *Feminilidades*. São Paulo: Contra Capa.
- Freud, S. (1969). O futuro de uma ilusão, Mal-estar na civilização e outros trabalhos. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1927-1931).
- Freud, S. (1969). Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise e outros trabalhos. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1932-1936).
- Houaiss, A. (2002). *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Kehl, M.R. (2007). *Deslocamentos do feminino*. Rio de Janeiro: Imago.
- Masson, J.M. (1985). *The Complete Letters of Sigmund Freud to Wilhelm Fliess*. Cambridge, Massachusetts and London: The Belknap Press of Harvard University Press.
- Péju, P. (1981). *La petite fille dans La Forêt des Contes*. Paris: Robert Laffont.

933

Resumos

(Woman and the enigma – Ways and by-ways in femininity)

So what does a woman want? This article is not intended to answer that question, but to reflect on the reasons that make the question so popular both inside and outside the psychoanalytic field. The notion of femininity expressed by Freud throughout his work is discussed here, both in its conservative aspect of patriarchal morals and its uniqueness, pinpointing it as the origin of the human psyche in its condition as helpless.

The image of the little girl lost in the forest in fairy tales is evoked to support and broaden this reflection.

Key words: Femininity, women, fairy tales, helplessness

(La femme et l'énigme – Chemins et égarements de la féminitude)

Après tout, que veut la femme? Cet article ne vise pas à répondre à cette question, mais de réfléchir sur les raisons qui la rendent si populaire dans et hors du champ psychanalytique. Dans ce but, nous suivons le parcours de la notion de féminitude ébauchée par Freud tout au long de son œuvre, à la fois selon son aspect conservateur de la morale patriarcale et selon son caractère inédit en la plaçant à l'origine du psychique, dans sa condition humaine de détresse. L'image de la petite fille des contes de fées perdue dans la forêt est évoquée pour soutenir et élargir ce processus de réflexion.

Mots clés: Féminitude, femme, contes de fées, impuissance.

(La mujer y el enigma – Caminos y descaminos de la feminidad)

934 *Finalmente, ¿qué quiere una mujer? Este artículo no se propone responder a esa pregunta, sino a reflexionar sobre las motivaciones que la hacen tan popular dentro y fuera del campo del psicoanálisis. Para eso sigue el camino de la noción de feminidad esbozada por Freud a lo largo de su obra, tanto en su aspecto conservador de la moral patriarcal como en su singularidad al localizarla como origen de la psique en su condición humana de desamparo. La imagen de la niña de los cuentos de hadas perdida en la selva es evocada para amparar y extender la reflexión.*

Palavras chave: Feminidad, mujer, cuentos de hadas, desamparo

(Die Frau und das Rätselhafte. Wege und Abwege der Weiblichkeit)

Was möchte eine Frau letztendlich? Ziel dieses Beitrages ist es nicht, diese Frage zu beantworten, sondern darüber nachzudenken, welche Gründe sie innerhalb und außerhalb des psychoanalytischen Bereichs so populär macht. Dazu wird die von Freud in seinen Werken gezeichnete Auffassung von Weiblichkeit nachvollzogen: sowohl aus ihrer konservativen Perspektive der patriarchalischen Moral, wie auch aus der Perspektive der Erstmaligkeit, als er sie als Ursprung des Psychismus in seiner menschlichen Beschaffenheit der Schutzlosigkeit definierte. Das Märchenbild des Mädchens, das im Wald herumirrt, wird hier eingesetzt, um die Reflexion zu stützen und auszuweiten.

Schlüsselwörter: Weiblichkeit, Frau, Märchen, Schutzlosigkeit

PRIMEIROS PASSOS

Citação/Citation: Villac L. (2014, dezembro). A mulher e o enigma. Caminhos e descaminhos da feminilidade. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 17(4), 925-935.

Editor do artigo/Editor: Profa. Dra. Ana Cecília Magtaz

Recebido/Received: 26.9.2014/ 9.26.2014 **Aceito/Accepted:** 18.10.2014 / 10.18.2014

Copyright: © 2009 Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental/ University Association for Research in Fundamental Psychopathology. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados / This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original author and source are credited.

Financiamento/Funding: A autora declara não ter sido financiada ou apoiada / The author has no support or funding to report.

Conflito de interesses/Conflict of interest: A autora declara que não há conflito de interesses / The author has no conflict of interest to declare.

935

LUANA VILLAC

Psicanalista; Tradutora; Estudante do curso de psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae (São Paulo, SP).

Rua Helena Antipoff, 75 – Pompeia

05026-020 São Paulo, SP, Br

e-mail: luanavillac@yahoo.com

O avesso do imaginário – arte contemporânea e psicanálise

Tania Rivera

São Paulo: Cosac Naif, 2013, 429 págs.

Revirando o imaginário – arte contemporânea e psicanálise

Maria Cristina Poli

936

O lançamento do livro *O avesso do imaginário: arte contemporânea e psicanálise*, de Tania Rivera, merece ser festejado por vários motivos. O primeiro deles deve-se ao tema e a forma de sua elaboração na escrita rigorosa de Tania. Além disso, merece destaque a belíssima edição da Cosac Naif que, nos últimos anos, vem nos presenteando com os melhores exemplares de livros sobre arte. Trabalho de quem conhece e respeita seu público, erudito e exigente, e sabe que o conteúdo é indiscernível da forma.

A relação entre arte e psicanálise — e mais particularmente ainda —, entre arte contemporânea e psicanálise merecia há tempos um livro à altura de sua relevância e densidade. Talvez ele ainda não tivesse sido escrito pelas inúmeras dificuldades que comporta: exige um autor que conheça bem ambos os campos e tenha erudição e estilo suficientes para apresentá-los e relacioná-los de modo ao mesmo tempo rigoroso e convidativo à leitura, isto é, sem ser maçante ou hermético. O livro em questão consegue essa proeza ao apresentar um tema árduo a um leitor que não precisa necessariamente ser especialista em um ou outro desses terrenos. E faz isso construindo um diálogo de alto nível com alguns dos maiores

RESENHA DE LIVROS

expoentes da filosofia, da psicanálise e da arte. Tarefa para poucos, muito poucos, e que só podemos festejar que a autora não tenha recuado diante dela.

A composição múltipla da obra, dividida em quatro partes de três capítulos cada (com exceção da última parte, composta por quatro capítulos), não deixa de sobressair uma nítida linha de força que conduz à elaboração do texto. Os diversos ensaios, ao mesmo tempo que dialogam entre si, também constituem unidades temáticas que mereceriam ser exploradas com toda singularidade que exigem: o trabalho de um artista específico, a operação com algum termo/conceito da teoria psicanalítica etc. Nessa polifonia, a linha argumentativa comum concerne à subversão dos regimes ou sistemas de representação operada simultaneamente pela arte e pela psicanálise. É por esse fio condutor — enunciado no título mesmo do trabalho *O avesso do imaginário* — que os campos em enlace merecem e precisam ser adjetivados. Pois não se trata de uma arte genérica que está em causa, nem de uma psicanálise qualquer, pois nem toda psicanálise é subversiva. É da arte contemporânea e da psicanálise de herança freudo-lacaniana que se trata no livro e da subversão operada pelos autores e artistas que se inscrevem nessa tradição.

Essa precisão é fundamental para também reconhecermos que a operação de enlace moebiano proposta por Rivera entre os dois campos — arte e psicanálise — se detém naquilo que eles têm de mais inovador e ao mesmo tempo (talvez por isso mesmo) menos compreendido e acessível ao senso comum. É muito habitual ouvirmos críticas fortes e até ridicularizadoras da arte contemporânea, por vezes inclusive de quem as conhece bastante bem. Também a psicanálise, sobretudo a lacaniana, já foi taxada de uma série de adjetivos nada honrosos até mesmo por seus colegas mais próximos (os psicanalistas de outras tendências). Esta aparente repulsa às duas formas de expressão pode ser entendida como efeito da operação subversiva que elas propõem, como reações de resistência ao desassossego que promovem. “O eu não é senhor em sua própria casa”, repete Tania Rivera a partir de Freud. E isso é radical, não é de modo algum uma frase de efeito, é a base do mal-estar que situa o sujeito na contemporaneidade em sua desposseção absoluta. Sujeito esse justamente tematizado, apresentado e reinventado constantemente pela psicanálise lacaniana e pela arte contemporânea, não para lhe dar uma nova casa, mas pelo contrário para, a cada vez, a cada ato artístico, assim como a cada análise (ou ato analítico), desmoronar o princípio de casa (de ênfase egoica, coisa de que nem analistas nem artistas estão livres) que no interstício se tenta reconstruir.

Na primeira parte do livro, acompanhamos a aproximação entre os campos da arte e da psicanálise por meio da problematização da noção de sujeito, sua diferenciação do eu da imagem especular e da representação clássica, relação estabelecida com base na noção de ato. Como na performance, objeto da análise do primeiro capítulo, o ato que constitui o sujeito (mesmo que evanescente, como a própria performance o é) é também um apelo ao outro. Ele só se completa no outro.

Essa aproximação inicial entre os campos da arte contemporânea e da psicanálise segue recuperando o gesto original de Freud, leitor dos sonhos, que desmonta a imagem onírica em palavras e letras e indica, no cerne da sua elaboração, um ponto de crítica à representação — o umbigo do sonho. Tania Rivera indica neste ato freudiano um atravessamento da imagem enquanto mimeses e enquanto representação; ato que é simultaneamente operado pela arte e pela psicanálise.

Na segunda parte do livro, é o conceito de sublimação que aproxima os dois campos sem, no entanto, sobrepor-los. Como indica Rivera, a sublimação na psicanálise não é um conceito interpretativo do campo da arte — como alguns autores parecem supor. Ele aponta antes a relação necessária do sujeito com a cultura e, nesse sentido sim, é homólogo àquilo que o campo da arte realiza. Principalmente porque não se trata de uma relação na qual os termos implicados (sujeito e cultura) se tocam de modo pacífico. Pelo contrário — como a autora demonstra muito bem ao longo desses três ensaios que incluem os trabalhos de Hélio Oiticica, Lygia Clark e Cildo Meireles em sua subversão do espaço clássico em um espaço moebiano — sublimar é sinônimo de revirar a realidade, alterar as medidas do interno e externo ao sujeito, transitando entre fantasia e produção artística na (re)constituição da realidade.

938

Os capítulos que compõem a terceira parte do livro se dedicam a pensar a incidência do tempo, e da crítica, nas mudanças operadas nos sistemas de representação. É a chamada crise moderna que é posta na berlinda, demonstrando as inúmeras nuances subjacentes à análise de autores como Benjamin, com seu conceito de aura e de “reprodutibilidade técnica”, ou Mário Pedrosa e a “arte pós-moderna” ou a “antiarte”. A psicanálise também é produto do seu tempo e contemporânea desses movimentos culturais, produto e agente dessas mudanças. Tempo este que é geralmente tratado, de modo equivocado, a partir de uma cronologia — o que é muito bem assinalado por Rivera pelo lugar que uma obra como *As meninas* de Velazques, do século XVII, tem de paradigmático para autores, psicanalistas e filósofos, assim como para artistas (como Waltércio Caldas), na subversão pós-moderna desse espaço representacional.

Tal reversão do tempo, como a do espaço, cria um outro estatuto ao objeto de arte e ao sujeito, trazendo para o primeiro plano a aproximação com o campo da ética e da política. É, novamente aqui, a relação com o outro, afetado pela criação e pela evanescência do fenômeno estético, que é destacada.

A quarta e última parte do livro, denominada de “Transmissões”, inclui quatro ensaios que apresentam análises mais dedicadas ao trabalho de autores específicos. Temos ali as criações de Ernesto Neto, Louise Bourgoise, Milton Machado e Cildo Meireles, trabalhadas em cada um dos capítulos, sempre dialogando com aspectos essenciais da psicanálise. Diferentes aspectos já indicados em capítulos anteriores são retomados, em uma nova volta, em uma nova leitura, demonstrando o potencial criativo ilimitado, ousaríamos dizer, desse diálogo. O texto final, sobre o trabalho de Cildo

RESENHA DE LIVROS

Meireles, é um exemplo máximo disso ao trazer para o primeiro plano os reflexos críticos e políticos de operar nesse litoral aberto pela relação entre arte e psicanálise.

Como já salientamos, ao longo de todo o livro a análise se debruça sobre o modo como o espaço clássico das representações, espaço esquadrihado pela geometria euclidiana e inscrito na percepção pela mimeses antiga ou pela perspectiva moderna, é profundamente alterado pelo campo de experiência proposto pela arte contemporânea e pela psicanálise. Não se trata de uma modificação que diga respeito apenas ao âmbito do especular; é todo o registro do tempo/duração e do espaço/presença que os atos analítico e artístico redimensionam e desacomodam. A preciosa análise que a autora dedica ao tema da aura bejaminiana, e sua aproximação inusitada com a transitoriedade em Freud, é um dos elementos importantes nesta leitura, desdobrando seu valor como operador do que se passa no espaço/tempo da percepção estética e suas consequências políticas, isto é, na posição de um sujeito entre outros.

Outro aspecto a destacar é a ampla utilização de termos como “sujeito” e “objeto” sem ferir sua origem no vocabulário psicanalítico ou artístico, mas sem nenhum tipo de formalização amarrada que precisa pedir licença aos mestres. A língua e seus vocábulos — significantes — são de todos e de cada um, o que não implica, neste caso, num convite ao exercício da ignorância, mas antes à criatividade erudita, à livre expressão doutra. E elas perpassam a leitura de uma gama importante de trabalhos de artistas significativos da cena contemporânea, com destaque para os autores brasileiros, a começar por Lygia Clark e Hélio Oiticica, até os mais atuais como Cildo Meireles, Ernesto Neto, Milton Machado e Waltércio Caldas. Certamente que outros poderiam ter aí também seu lugar. Mais um mérito do livro: nenhuma pretensão de universalidade ou de totalidade. São escolhas feitas pela autora, perpassadas pelo seu gosto pessoal e/ou pelos diálogos contingenciais que foram sendo construídos ao longo da elaboração desses ensaios. A nós, leitores, o papel de testemunhos do profícuo desse debate que, sob a primorosa escrita de Tania Rivera, chega até nossas mãos. A publicação desse livro condiz bem com o que, segundo Cildo Meireles (citado por Rivera), estaria na base da construção de um objeto de arte: uma doação, um generoso gesto da autora no compartilhamento dessas elaborações através desta publicação.

939

MARIA CRISTINA POLI

Psicanalista; Professora do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica e do Doutorado e Mestrado Profissional em Psicanálise Saúde e Sociedade da Universidade Veiga de Almeida (Rio de Janeiro, RJ, Br); Pesquisadora do CNPq e Jovem Cientista do Estado/FAPERJ.

Rua Augusto Pestana, 146/302
90040-200 Porto Alegre, RS, Brasil
e-mail: mcrispoli@terra.com.br

Reverie e interpretação: captando algo humano

Thomas H. Ogden

São Paulo: Escuta, 2013, 256 págs. (Kultur)

A reverie nesta arte da psicanálise

Roosevelt M. S. Cassorla*

940

É impossível ler Thomas Ogden sem sonhar acordado. O leitor intui que está usufruindo de experiências emocionais que o tornam mais humano. O subtítulo de *Reverie e interpretação — captando algo humano* — é revelador. Sonhamos e pensamos o mundo com nossas emoções, tecido conectivo que vincula as representações simbólicas. Emoções que se manifestam desesperadamente em busca de continentes que lhes deem significado, quando não puderam ser representadas. O humano participa da arte de transformar esse desconhecido desumano, e esta é a arte do psicanalista.

Sinta a vitalidade da frase “Debussy acreditava que música era o espaço entre as notas. Pode-se dizer algo similar da psicanálise. Entre as notas das palavras ditas, que constituem o diálogo analítico, estão as *reveries* do

* Universidade Estadual de Campinas – Unicamp (Campinas, SP, Br) e Grupo de Estudos Psicanalíticos de Campinas (Campinas, SP, Br)

RESENHA DE LIVROS

analista e do analisando. Nesse espaço ocupado pelo interjogo de *reveries* é que se encontra a música da psicanálise”. Com ela Ogden inicia um dos capítulos do livro.

A questão da vitalidade e da desvitalização está sempre presente em sua obra. O analista intui a vida e a falta de vida do paciente, de si mesmo e do processo analítico. A psicanálise contemporânea, da qual Ogden é um dos mais queridos e respeitados representantes, se ocupa das emoções e *reveries*, “espaço entre as notas”, mais do que de palavras. Daquilo que seres humanos evocam, transmitem e provocam no outro (e em si mesmos).

A inexatidão, tanto na escrita como na fala do analista com seu paciente, é um recurso necessário na criação do espaço para o desconhecido. A falta de definições precisas, substituídas por experiências emocionais que se vivem enquanto se lê, torna a leitura de Ogden uma aventura onde o leitor se transforma, naturalmente, em parte do texto. Texto-a-dois, como os sonhos-a-dois que geram significados. Significados provisórios e volúveis que apontam para outros, num processo sem fim de desenvolvimento e reversões de rede simbólica.

A fluidez da *reverie* (“ruminações, devaneios, fantasias, sensações corporais, percepções fugazes, imagens emergindo dos estados de dormência, melodias e frases que atravessam nossas mentes, e assim por diante”) se torna a bússola que o analista utiliza na experiência analítica. É necessário que o analista se perca (“fique à deriva”) enquanto espera que, naturalmente, as *reveries* (que, enganosamente, parecem fruto da inadequação da função analítica) façam sentido.

O “terceiro analítico intersubjetivo”, uma das intuições mais férteis de Ogden, revela que, entre paciente e analista, se cria um terceiro que difere de sua soma, interagindo dialeticamente com os membros da dupla. Os sonhos e as *reveries* que ocorrem no campo analítico são a-dois e, também, relativos a esse terceiro. Ogden nem sempre espera as associações dos analisandos que contam sonhos, porque os sonhos são também do analista. Instruir os pacientes a “falarem o que passa por sua mente” pode inibir sua espontaneidade e capacidade de *reverie*. Ogden nos desafia a repensar, o tempo todo, o “já sabido”.

Ogden (a partir de Frost) diseca o valor e o poder da linguagem poética, fator da arte da psicanálise. Esta arte não é qualquer arte, é “esta” arte específica. Quando estamos com um paciente, num determinado momento, é com “este” paciente e “neste momento”, momento da dupla analítica que nunca mais será vivido.

O leitor não familiarizado com esta psicanálise contemporânea poderá “ficar à deriva” durante a leitura das *reveries* descritas nos fascinantes relatos clínicos. É possível que a falta de questionamento reflita sedução acrítica pelo texto. Dúvidas tornarão o texto mais interessante.

Ogden parte de leituras originais de Freud e dos clássicos (Klein, Bion, Winnicott) rumo a sua própria originalidade. A psicanálise brasileira vem, cada vez mais, sendo influenciada por esta psicanálise, que não se filia a “escolas” que,

necessariamente, desvitalizam a teoria e a prática. Ogden descreve a “linguagem emprestada” do psicanalista não espontâneo. O antigo preconceito (ideológico e político) em relação à psicanálise norte-americana, se ainda existe, é desfeito com a leitura de Thomas Ogden. Leitura que faz sonhar...

942

ROOSEVELT M.S. CASSORLA

Analista Didata do Grupo de Estudos Psicanalíticos de Campinas (Campinas, SP, Br) e da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo – SBPSP (São Paulo, SP, Br); Professor Titular Colaborador da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp (Campinas, SP, Br); Membro do Conselho Editorial do *International Journal of Psychoanalysis*.

Av. Francisco Glicério, 2331/24 – Vila Itapura

13023-101 Campinas, SP

e-mail: rcassorla@uol.com.br

Kafka, Winnicott e a Boneca Viajante: perder, narrar, resgatar*¹

Claudia Mazzini Perrotta*²
Elisa Maria de Ulhôa Cintra*³

Este artigo apresenta uma reflexão sobre o livro Kafka e a Boneca Viajante, a partir de conceitos desenvolvidos por D. W. Winnicott, tais como objetos e fenômenos transicionais, jogo do rabisco, espaço potencial, importância do brincar, fazendo-se, ainda, uma analogia com a constituição do vínculo terapeuta e paciente. A reflexão proposta permitiu ressaltar o quanto processos analíticos podem levar à vivência de experiências emocionais transformadoras, convertendo objetos perdidos nas diversas formas de cultura.

Palavras-chave: Winnicott, objeto transicional, espaço potencial, campo cultural

*¹ O artigo baseia-se na tese acadêmica intitulada *Processos criativos no espaço terapêutico da escrita: um diálogo com D.W. Winnicott, Clare Winnicott e Marion Milner*. Perrotta, C. M. (2014). Programa de Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo.

*² Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP (São Paulo, SP, Br).

*³ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP (São Paulo, SP, Br).

Em uma superposição de narrativas, tempos e ilusões, o livro *Kafka e a Boneca Viajante*, de Jordi Sierra i Fabra (2006), reconta uma lenda: em 1923, um ano antes de falecer em um sanatório da Áustria, Kafka teria se dedicado a escrever cartas a uma garotinha que encontrara em um parque de Berlim. Ela chorava convulsivamente por ter perdido sua boneca, e, para consolá-la, o escritor tcheco inventou que a boneca havia ido viajar. Autodenominando-se carteiro de bonecas, durante três semanas se encontrou com a garotinha no mesmo parque, sempre na mesma hora, para lhe entregar a ansiada correspondência.

944 Na narrativa criada por Sierra i Fabra, as cartas da boneca viajante, de nome Brígida, chegavam de Londres, Paris, Veneza, Saara, Índia, Japão, México... — pouco importava a lógica, ou a falta dela, em termos de espaço geográfico e tempo; nas mãos de Kafka, “a boneca fizera o mundo ficar pequeno” (p. 74). Além da descrição minuciosa das maravilhas de todos esses lugares, as cartas eram entremeadas com justificativas pela partida repentina: “(...) as despedidas são tristes, e eu não queria que você chorasse nem tentasse me convencer a ficar mais um pouco”. Traziam também ensinamentos simples: “Elsi, você deve saber que viver é seguir em frente, aproveitar cada momento”; reconhecimento e conforto: “Você cuidou de mim, me ensinou muitas coisas, me amou e me fez ser uma boa boneca (...) a partida foi triste por deixá-la, mas bonita porque graças a você sou livre para fazer isso” (pp. 48-49).

O personagem Kafka ia assim procurando ajustar seu idioma, buscando uma linguagem simples, de modo a tornar tudo verossímil, de acordo com as possibilidades do jogo imaginativo: as cartas traziam os selos dos locais visitados por Brígida e os envelopes sempre estavam lacrados. Além disso, as palavras eram de uma filha que deixa a casa dos pais para se experimentar, com a reserva de amor que lhe proporcionaram, sentindo-se potente para enfrentar os reveses da vida. Assim, ao mesmo tempo em que acolhia o sofrimento de sua pequena amiga, Kafka sinalizava que ela havia experimentado com sua boneca exercer a função de cuidado maternal, por sinal, de modo suficientemente bom...

Na verdade, o escritor Franz Kafka e a garotinha Elsi haviam se tornado cúmplices de um grande segredo. Tomados pelo magnetismo da história,

contaminados pela vivacidade de Brígida e seu espírito aventureiro, viviam o sonho de viajar, o sonho de poetas e cegos — aqueles que podem ver na escuridão: “Sem sonhos, somos apenas corpos perdidos vagando na rotina” (p. 85).

Travessias: jogo do rabisco, objetos e fenômenos transicionais

Kafka e a Boneca Viajante pode ser chamada de uma narrativa autenticamente winnicottiana, tantos são os conceitos, e valores, que guarda da obra do autor.

Era verão em Berlim, e o Parque Steglitz seguia frequentado pelas mais variadas pessoas, casais, velhos, soldados, babás e, entre elas, o escritor e a menina. O encontro, ou o espaço potencial para a sustentação do sofrimento de Elsi, para que se refizesse da dor da perda de seu objeto transicional, ou para que elaborasse o luto da perda da infância, com presença amorosa, ganhou contornos justamente em um banco desse parque. Nele, Franz Kafka e Elsi estabeleceram uma aliança de trabalho: assíduos e comprometidos, compareciam no mesmo lugar e na mesma hora para realizar uma tarefa — ler ou degustar as cartas de Brígida. Mas, embora estivessem presentes em um espaço e tempo pertencentes à realidade compartilhada, os dois permaneciam apartados, entregues a um espaço e tempo próprios de outra realidade, outro campo, o estético, ou em outra área de experiência, intermediária: “(...) lugar de repouso para o indivíduo empenhado na perpétua tarefa humana de manter as realidades interna e externa separadas, ainda que inter-relacionadas” (Winnicott, 1953/1975, p. 15).

O lugar de repouso era mesmo a correspondência de Brígida, criada a partir do que poderíamos chamar, fazendo uma analogia, de um intenso jogo de rabisco (*squiggle game*, Winnicott, 1964-1968/1994) realizado entre Kafka e Elsi. Tendo como base o brincar, Winnicott destacou que a técnica *squiggle game* poderia ser utilizada no trabalho que denominou “consulta psicoterapêutica”, em que estaria em jogo “certa capacidade de acreditar na obtenção de auxílio e de confiar naquele que o oferece”. Aqui, antes de interpretar, o terapeuta necessitaria ser capaz de aprender com o paciente, a ele proporcionando um relacionamento humano natural; já o paciente se surpreenderia “com a produção de ideias e sentimentos que não estiveram anteriormente integrados na personalidade total”. Esse tipo de intervenção seria mais indicado a crianças ou adultos que provêm de ambientes suficientemente bons, mas que, em dado momento, necessitam de uma pequena ajuda para retomar o curso de seu processo de amadurecimento. A técnica teria a função de facilitar o estabelecimento de uma relação de confiança entre terapeuta e paciente, de modo que este reavive sua esperança de ter uma necessidade atendida, mesmo que referente apenas a determinado aspecto da personalidade. O autor adverte, no entanto, que não

se trata de uma “técnica estabelecida com regras e regulamentos”, caracterizando-se mais como “um jogo natural que duas pessoas podem jogar” (pp. 230-231).

Duas pessoas: Kafka e Elsi. Capturado pelo choro convulso da menina, aflita em sua dor e solidão, Kafka parou diante dela, mas não sabia o que dizer. Até que sua mente de escritor teve uma ideia: “Sua boneca não se perdeu, ela foi viajar” (Sierra i Fabra, 2006, p. 21). E assim fez o primeiro rabisco. “Aqueles segundos eram decisivos. A menina podia tomá-lo por louco. Mas também podia aferrar-se à esperança. E a esperança era mais necessária que a realidade” (p. 24). De fato, o jogo só foi possível porque Elsi era uma menina saudável — era capaz de brincar, de sentir prazer com a brincadeira, ou de manter-se na área intermediária entre o campo subjetivo e o que é objetivamente percebido, e ainda de aceitar diferença e similaridade — base para o estabelecimento da função simbólica (Winnicott, 1975). E também porque encontrou em Kafka um adulto/terapeuta disponível para uma breve e reparadora interação, ofertando-lhe sua própria engenhosidade e provisões para o jogo, nele entrando com seus próprios recursos e condições.

Aconteceu então o que Winnicott caracteriza como “sobreposição parcial da área de brinquedo da criança e da área de brinquedo do adulto ou terapeuta” (Winnicott, 1964-1968/1994, p. 243). Havia, pois, similaridade nas experiências ilusórias de ambos, o que certamente facilitou o encontro. Também podemos supor que o encontro e o jogo foram possíveis porque Elsi trazia na memória experiências positivas de constituição de si, contando com um ambiente suficientemente bom, que lhe permitira não só internalizar como exercer funções de cuidado, agora especialmente dispensadas à Brígida — algo muito tematizado nas cartas, como forma de consolar a menina pela perda e sinalizar um futuro que ela também alcançaria: “... para todo mundo chega a hora de deixar a casa dos pais, para viajar, conhecer a vida, o mundo, talvez um futuro delicioso” (Sierra i Fabra, 2006, p. 25).

Esse ambiente, representado pela mãe, também ganha lugar na narrativa. Preocupada com a filha, a mãe de Elsi aparece no parque para conhecer o carteiro de bonecas — terna, ela respalda o jogo, sem nele interferir, mantendo-se apenas como testemunha, como devem muitas vezes fazer as mães, e os terapeutas. Não é difícil imaginá-la contendo o bebê Elsi nos braços, amparando-a em sua precariedade originária, presença silenciosa, disponível para entrar em sintonia com suas necessidades e buscando atendê-las. E qual teria sido a primeira posse não eu de Elsi, que lhe permitira viajar do sentido mais subjetivo, da realidade interna, à realidade compartilhada? Qual a qualidade estética desse veículo que escolhera e manejava para alcançar a próxima etapa da existência? Uma fraldinha macia que ganhara da mãe logo que nasceu, ou a própria Brígida? Certamente, uma mãe capaz de “deixar um objeto real permanecer exatamente onde o bebê está alucinando um objeto, de maneira que ele fica com a ilusão de que o mundo pode ser criado e de que o que é criado é o mundo” (Winnicott, 1959/1994, p. 44). Um objeto que

faz parte da realidade compartilhada, embora a criança o perceba também como fazendo parte de sua realidade interna, tendo, portanto, algum controle sobre ele, embora ele não seja, apenas, fruto de alucinação.

De fato, cada criança costuma criar seu próprio objeto, a partir de aspectos sensoriais que lhe são atraentes, como texturas, maciez ou dureza, e também busca nomeá-los de forma singular. Trata-se, de acordo com Safra (2004, informação verbal), da construção estética do modo de ser, de estilos e de espaços pessoais: “há certa linhagem na maneira como a pessoa compõe seu mundo”. O autor destaca ainda que há, neste momento de criação do objeto transicional, um reposicionamento da questão da ilusão: “se no primeiro sentido subjetivo da realidade, a ilusão é continuidade de si, neste momento, uma porção menor do mundo que é recolhida está subordinada à capacidade de criar”. A ilusão é colocada, então, no objeto transicional, que não só passa a ser um ente animado, mas sempre implica ruptura com o meio: “Para possuir o objeto transicional, tem de haver a possibilidade de desconstruir o que foi ofertado” (Ibid.). E adverte que, embora o objeto transicional se configure como símbolo (encontrar o familiar no não familiar), ou seja, pode representar a mãe, ajudando a sustentar a angústia dos momentos de separação, ele é ainda mais importante por possibilitar outro lugar à criança, por facilitar o percurso entre os sentidos de realidade, por permitir que dê um destino à própria existência e, ainda, por possibilitar que atribua sentidos ao vivido.

Como bom parceiro, e terapeuta, Kafka acompanhou Elsi no momento de abandono do objeto transicional, que se espalha então para entrada no campo cultural: ambos criaram personagens, rompendo, assim, os sentidos originários desses objetos, a eles atribuindo outros estatutos — boneca viajante, menina que vira mãe, escritor que vira carteiro. Até que completaram o percurso e chegaram ao outro lado da ponte, transformados e com novas aberturas para novas experiências. E neste aspecto, de narrativa do processo de encontro, “Kafka e a Boneca Viajante” também nos remete a Winnicott.

No texto “A observação de bebês numa situação padronizada”, Winnicott (1941/2000) caracteriza três momentos típicos de relação com objeto, no caso, uma espátula, apresentada aos bebês entre cinco e 13 meses de idade. Com essa técnica simples, conseguia observar a maneira como as mães lidavam com seus filhos, se eram ansiosas, se tinham ou não muitas restrições morais quanto a pôr coisas na boca, e também a forma como os bebês se relacionavam com a comida e com as pessoas, representadas pela espátula. A partir da oferta desse objeto, que apenas ficava disponível de modo que o bebê pudesse alcançá-lo, sem interferência dos adultos, o pediatra e psicanalista observou certa “sequência normal de eventos” que se repetia. Assim, em um primeiro estágio, denominado “período de hesitação”, o bebê parece viver um dilema, qual seja, entregar-se ao desejo pelo objeto ou desinteressar-se definitivamente dele. O segundo, quando a

criança assume seu desejo pela espátula, é anunciado por mudanças corporais, em especial na região oral, sendo seguidas pela exploração do objeto, que é então mastigado, e depois manipulado de diversas formas: “O bebê agora parece sentir que a espátula está em sua posse, talvez em seu poder e certamente disponível para propósitos de autoexpressão” (p. 114). Por fim, o terceiro estágio se caracteriza pelo abandono do objeto, quando, depois de mais algumas explorações, o bebê perde o interesse e procura algum outro objeto. Aqui, Winnicott se refere a Freud (1920), especificamente à digressão sobre o jogo do carretel, destacando o quanto, neste momento, o bebê se sente corajoso por conseguir se livrar da espátula (ou carretel), que, na verdade, representaria a mãe: “quando a mãe se afasta, trata-se não apenas da perda da mãe externa e real, mas também de um teste para o relacionamento do menino com sua mãe **interna**” (p. 130, grifo do autor). A mãe interna, na verdade, é reflexo de seus próprios sentimentos, amorosos ou, ao contrário, aterrorizantes, alternando-se entre um e outro.

Winnicott (1941/2000) destaca que a experiência com a espátula, o desejo de dela tomar posse, sem que isso altere a estabilidade ambiental, se configuraria para a criança como uma “aula sobre o objeto”, tendo “valor terapêutico”. Repetidas no tempo, essas experiências gratificantes tornam-se reasseguradoras de confiança nas pessoas e no mundo externo, trazendo segurança interna e crença nas coisas boas e em bons relacionamentos: “(...) por meio de seus atos ao brincar, [a criança] conseguiu efetuar a reparação e trazer de volta à vida as pessoas cuja perda tanto teme” (pp. 128-131). Com base em Melanie Klein, ainda destaca o fato de a realidade interna sempre ser constituída e enriquecida pelas experiências vividas com os objetos externos, e vice-versa, ou seja, “o mundo externo está sendo constantemente percebido pelo indivíduo, e seus relacionamentos externos constantemente enriquecidos, dada a existência, nele, de um mundo interno cheio de vida” (p. 122).

Mas vamos voltar às nossas personagens, agora enriquecidos com mais estas contribuições de Winnicott — lembrando que o autor acentuou a importância de uma experiência ocorrer em toda a sua extensão, ou o valor terapêutico de se completar, algo também presente em processos de análise: “cada interpretação é um objeto reluzente que excita a voracidade do paciente” (Winnicott, 1941/2000, p. 129). Considerando que o encontro entre Kafka e Elsi adquiriu valor terapêutico, de sustentação do sofrimento e frustração advindos da perda, podemos fazer uma analogia e concluir que, certamente, o objeto que excitava a voracidade de Elsi eram as cartas de Brígida. “Kafka e a Boneca Viajante” refaz todo o percurso do encontro — a hesitação da menina, que vimos estar saudável em seu processo de constituição, manifestou-se no início por meio das perguntas que dirigiu a Kafka: “Viajar? Para onde? Que carta?”, e no olhar de incredulidade que lhe dirigiu. Mas Kafka sustentou aquele olhar “com sua melhor cara de jogador imaginário”. Mesmo com a revelação de que Kafka era um carteiro de bonecas, as perguntas continuaram:

MOVIMENTOS LITERÁRIOS

“Os carteiros não entregam as cartas nas casas?” (Sierra i Fabra, 2006, pp. 23-27). Mas Kafka parecia prevenido, ágil e perspicaz em suas respostas, tanto que Elsi finalmente abandonou a lógica mental e se entregou ao jogo: capaz de brincar, aceitou encontrar-se com ele no dia seguinte, para receber a primeira carta de Brígida.

A passagem para o segundo estágio foi marcada pelo gesto de pular do banco e se colocar diante de Kafka: “Finalmente venceu o passo que a separava de seu novo amigo e lhe deu um beijo no rosto... — Então, até amanhã — despediu-se” (p. 29). Haveria então uma continuidade, um amanhã, em que poderia se apossar das cartas, usá-las até o ponto de abandoná-las, o que significava também abandonar a própria boneca. Interessante que, em certo ponto da narrativa, depois de ter se autodenominado carteiro de bonecas e se comprometido a entregar a primeira correspondência à Elsi, Kafka procurou fazer uma pesquisa para saber um pouco mais sobre esse objeto que lhe era tão pouco familiar. Procurou então sua vizinha, que tinha uma filha da idade de sua amiguinha, e pediu que ela lhe mostrasse alguma boneca: ela lhe trouxe uma bem velha, com um olho só, cabelos e roupas imundos. Será que Brígida também estaria nesse estado deplorável? Talvez..., não sabemos. Mas sabemos que Elsi a havia perdido, e talvez seu sofrimento também portasse alguma culpa por esse descuido momentâneo. Por isso, o gesto de generosidade de Kafka, ou a função de cuidado que exercera naquele momento, ganha ainda maior importância pela possibilidade de, por meio da narrativa das viagens, Elsi fazer alguma reparação e assim seguir adiante, aliviada por não ter destruído seu objeto de afeição, ou sua mãe interna, que sobrevivera e com quem poderia então continuar a brincar.

Descuido, culpa, tristeza, ansiedade, reparação, alívio, possibilidade de esquecer o objeto e felicidade reconquistada — é assim que termina a história de Elsi. Brígida interrompeu a correspondência porque se apaixonou: “Gustav e eu somos marido e mulher (...) muito em breve, teremos filhos e filhas tão lindos como você (...). Não conseguiria isso sem seu amor” (p. 109). Por fim, Kafka presenteou sua amiguinha com uma nova boneca, de porcelana: “(...) É na infância que existem os finais felizes. Mas são muito mais necessários na maturidade os carteiros capazes de receber cartas que só um louco é capaz de escrever” (p. 114).

Mas de que “loucura” se trata? “Kafka e a Boneca Viajante” nos fornece elementos para também pensarmos a semelhança entre o trabalho de um escritor e o brincar infantil.¹ Kafka elegeu a escrita para se expressar, realizar-se e aparecer

¹ No texto “Escritores criativos e devaneios”, Freud (1908[1907]) já enuncia o trabalho de um escritor em analogia com o brincar infantil: “(...) a obra literária, como o devaneio, é uma continuação, ou um substituto, do que foi o brincar infantil” (p. 150).

no mundo com seus temas, questões, visões e inquietudes. No momento, a brincadeira envolvia Elsi e Brígida, além do próprio Kafka, que assumia então duas novas identidades: boneca viajante e carteiro de bonecas. Mas essa ideia não surgiu de imediato. Diante das lágrimas sinceras, perguntou-se o que podia fazer: “(...) Não sabia o que dizer a uma menina. E muito menos a uma menina que chorava porque acabara de perder a boneca” (Sierra i Fabra, 2006, p. 20). Quis ir embora, com uma desculpa qualquer, um “sinto muito” impessoal, ou uma recomendação que, indiferentes, adultos costumam dirigir a crianças, sem atinar para a importância desse tipo de fenômeno. Porém, Kafka sabia do caráter mortal de sua doença, a tuberculose, e, certamente, isso o fez se tocar profundamente pelo sofrimento de Elsi, em plena dor de sua primeira grande perda, tão diferente da vivida pelo escritor e, ao mesmo tempo, tão próxima, uma vez que as experiências de luto mantêm entre si uma invisível solidariedade. Mas, talvez, algo além da empatia o tenha capturado: a possibilidade de, mais uma vez, criar uma história — ele que vinha se sentindo um velho inútil por ter precisado se aposentar recentemente. Ele que havia pedido a um amigo² que, após sua morte, destruísse todos seus textos inéditos, o que felizmente não se concretizou, sinalizando o intenso conflito que vivia com suas criações. Também para ele “estava em jogo uma esperança. O que há de mais sagrado na vida” (p. 32).

950

Com a vivacidade renovada, contaminado pela força da relação de uma menina com sua boneca, foi tomado por certo nervosismo. Era escritor, mas nunca havia escrito carta de boneca, só carta ao próprio pai, que, por sinal, jamais entregara... “Sua cabeça fervilhava. Pensava em Brígida, em Elsi, no primeiro lugar em que a boneca teria desembarcado, na forma como escreveria para sua dona. Chegou a sua rua, a sua casa, tomado pela mesma febre” (p. 33). Numa palavra: antes de escrever, todo o corpo de Kafka já se entregara à história. “Preciso escrever”, disse à sua companheira Dora antes de se fechar em seu escritório, com a “expressão alucinada” típica desses momentos: “Vamos lá, Brígida”, clamou diante das folhas em branco. Mais do que um desejo, tratava-se, pois, de uma necessidade. Além do mais, como bem ressalta Winnicott (1968/1994, p. 162), o brinquedo é sempre excitante, “(...) não por causa do pano de fundo do instinto, mas por causa da precariedade que lhe é inerente, uma vez que sempre lida com o fio da navalha existente entre o subjetivo e o que é objetivamente percebido” (grifo do autor).

Agora, tudo dependeria da forma como Elsi, sua única leitora, receberia aquela primeira correspondência. No dia seguinte, já com a menina ao seu lado, e preparando-se para começar a leitura, sentiu-se ridículo. Parecia haver um grande abismo entre o momento solitário de entrega febril e excitante à escrita e aquele, de

² Trata-se de Max Brod, também escritor, nascido em Praga e biógrafo de Kafka.

MOVIMENTOS LITERÁRIOS

compartilhar sua composição — algo que todos nós que nos dedicamos à tarefa de escrever conhecemos muito bem e que, como pontuou Marion Milner (1957/1991), trata-se de uma das ansiedades típicas do processo criativo, qual seja, a possibilidade de não sermos recebidos ou reconhecidos pelo outro a quem apresentamos nossa produção com a mesma excitabilidade que nos tomou no momento da concepção: “Quando acabou de ler a carta, Franz Kafka pensou como, de repente, o resultado parecia efêmero, comparado às muitas horas investidas naquela simples redação” (Sierra i Fabra, 2006, p. 51).

Mas, como vimos, Elsi entrou no jogo, nele imprimindo seu estilo de ser, de brincar, tanto que ofertou alimento para uma próxima carta, cobrando sua entrega ao carteiro de bonecas, em quem já confiava inteiramente: “(...) A carta tinha sido um parto. Com dor. Um parto carregado de espinhos com a melhor das intenções: devolver a paz à alma de uma menina ferida” (p. 54). Novo desafio — será que conseguiria superar ou ao menos manter a perfeição da primeira carta? Mais uma vez, através do personagem Franz Kafka, Sierra i Fabra (2006) emoldura outra inquietação, por vezes paralisante, de um criador/escritor: os recursos expressivos teriam se esgotado ou haveria ainda uma reserva de temas e palavras a serem compostas, combinadas em um todo harmonioso e instigante?

Estamos aqui diante de um paradoxo: as experiências positivas de produção acabada, que ganha o público e recebe ressonâncias, embora permaneçam como memória de acontecimentos bem-sucedidos, de potencialidade criativa realizada a contento, também trazem dúvidas sobre nossa real capacidade de gerar — para ir adiante na próxima ou futura produção, é preciso que desenvolvamos a condição de sustentar esse paradoxo. Como fez Kafka: Brígida agora voara a Paris: “O secreto autor do texto sorriu para si mesmo. (...) A pena voara com muito mais liberdade e as palavras tinham se encadeado como uma longa trança de emoções e sentimentos” (p. 60). O escritor se surpreende com sua própria condição, sendo então apresentado a facetas de si ainda desconhecidas. Na verdade, objeto cultural — escrita ou qualquer outra materialidade — é possibilidade de integração que só acontece quando somos capazes de sustentar essas dúvidas sobre nossa própria condição de autossuperação e as inquietações inerentes a todo e qualquer processo criativo — que, por sinal, acomete mesmo os mais letrados ou renomados escritores/artistas.³

³ Interessante como muitas pessoas que procuram o que denominamos espaço terapêutico da escrita, para trabalhar seus escritos, chegam se autodenominando doentes, disléxicos ou incompetentes para escrever, descrevendo “sintomas” semelhantes aos de Kafka, e de tantos outros artistas/criadores: estado febril de difícil sustentação, pelo abismo entre o que se tem a dizer, por vezes tão claro no pensamento, mas que ainda precisa percorrer um árduo caminho até se realizar em outra

Mas a capacidade de sustentação depende de boas parcerias, de alguém que nos acompanhe em nossas buscas e se disponha a nos receber em nosso idioma pessoal — e Elsi era mesmo uma boa anfitriã, afinal precisava muito ouvir a voz de sua boneca: “Franz Kafka não sentia mais o medo nem a inquietação do dia anterior (...). Ele havia escrito aquelas palavras tomado pelo magnetismo da história, entregue a cada sentimento que experimentava, e agora conseguia lê-las com a mesma devoção (pp. 61-62). E como escritor, cumpria-lhe a dura tarefa de encontrar um final para a história da boneca viajante. O sofrimento do ponto final, do abandono da espátula, de uma parte de si, a angústia do fim: “Franz Kafka olhou seus manuscritos (...). Sua obra não publicada, seu legado. Tão efêmero como seria sua vida” (p. 103). A não ser por Elsi e as cartas de Brígida:

Tocou as páginas. Acariciou as folhas de papel cheias de palavras corretamente escritas com sua letra bonita e miúda. Ele estava ali. De corpo e alma. O coração nu de qualquer escritor. E, no entanto, de repente, a única coisa que tinha alguma lógica nas últimas semanas eram as cartas de Brígida a Elsi. Aqueles romances que nunca veriam a luz, que nunca seriam lidos, careciam de outro sentido que não fosse testemunhal, o de sua passagem pela vida e pelo mundo. (Sierra i Fabra, 2006, pp. 103-104)

952

Lembramos aqui de um trecho de Winnicott (1983/1963), no texto “Comunicação e falta de comunicação levando ao estudo de certos opostos”: “No artista podemos detectar um dilema inerente, que pertence à coexistência de duas tendências, a necessidade urgente de se comunicar e a necessidade ainda mais urgente de não ser decifrado” (p. 168). Tensão a ser sustentada durante toda vida, própria de sua tarefa de escritor...

A última carta deu tanto trabalho como a primeira, escrita e reescrita muitas e muitas vezes, tanto que chegou a decorá-la: “Não é a carta mais bonita que já leu?” (Sierra i Fabra, 2006, p. 109). Sim, a carta mais bonita, e Kafka, incorporando a voz da boneca viajante, tanto trabalhara para materializar essa beleza que sua mente, seu corpo e sua alma se esvaziaram — nem fome sentia, apenas leveza...

materialidade, a escrita, o que exige mais do que conhecimento das regras da língua ou ainda das regularidades dos diversos gêneros discursivos; frustração diante da reação dos interlocutores, nem sempre hospitaleiros ao idioma pessoal; briga com a própria materialidade escolhida para apresentar suas inquietações, que nem sempre se mostra maleável ao gesto pessoal. Cf. Perrotta, C. M. (2014) *Processos criativos no espaço terapêutico da escrita: um diálogo com D.W. Winnicott, Clare Winnicott e Marion Milner*. Tese. Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Similaridades com o processo analítico

Assim como Kafka, para poder escutar seu paciente, o analista precisa estar próximo de sua condição mortal, de seus lutos. Precisa aninhar-se em seu corpo, em suas memórias, em sua condição existencial mais íntima e vulnerável.

Pensando em Elsi, talvez o ponto mais importante para sua travessia tenha sido o olhar de Kafka: “Sou vista, logo, existo”, diria Winnicott (1967/1975). Em análise, este primeiro lugar de reconhecimento é necessário para criar um continente, antes da intervenção interpretativa. Sem sentir-se reconhecido, o paciente não consegue se sentir “real”, e as interpretações não se tornam mutativas. Pois bem, Elsi se viu refletida e reconhecida nos olhos do escritor e, assim, pôde criar com ele um primeiro lugar para a elaboração da dor. As primeiras palavras de Kafka seguiram-se a essa significativa troca de olhares: “Sua boneca não desapareceu; ela foi viajar” — um convite para colocar-se em movimento. Também durante uma análise somos enviados a outros tempos e lugares, em um constante desalojamento da posição que ocupamos — o trabalho exige este “colocar-se em marcha”, percorrendo múltiplas direções e a sequência crescente de aproximações e afastamentos, hesitações e envolvimento. É preciso reconhecer, refletir, ressoar.

Quem eram Kafka e Elsi antes do encontro no Parque Steglitz? Quem seriam paciente e terapeuta? Esse “antes” vai desaparecendo, dando lugar a novas identificações e novos sujeitos psíquicos. Ambos celebram, juntos, a morte simbólica e o luto no processo de constituição e renovação de si. É isso que o processo analítico promete: o advento de um sujeito psíquico, de modo semelhante ao que Winnicott (1975) afirma ao pensar nos objetos e fenômenos transicionais. Como vimos, mais importante que o objeto em si é a jornada do subjetivo ao objetivo, do eu ao outro — perdido o objeto, é preciso convertê-lo, de forma irradiante, nas diversas formas de cultura. No caso de Elsi e de Kafka, a perda deu lugar à narrativa, o que significa, ao mesmo tempo, negar e afirmar tudo que foi vivido no corpo a corpo, com a mãe e com a boneca. A análise também possibilita esse movimento simultâneo de afirmação e negação. E é isto que torna possível viver uma experiência emocional e aprender com ela.

Porém, a tarefa de aceitar os limites da realidade nunca chega a seu termo, e ninguém pode ser liberado da exigência de articular as realidades interna e a externa. É, pois, um grande alívio quando podemos preencher a área intermediária de experiência com o sonhar, o brincar e o fazer artístico. O mesmo se pode dizer do processo analítico: evocação de outros tempos e lugares, apela ao “outrora”, ao futuro do pretérito, ao passado imperfeito, ao perfeito do pretérito, um tempo mítico, de infinitas potencialidades. Algo análogo ao “era uma vez” dos contos de fadas.

Assim como fez Kafka, cabe ao analista, então, “trazer o paciente da condição de não conseguir brincar para outra, em que ele consegue brincar” (Winnicott, 1975, p. 59). E para isso, precisa desenvolver a capacidade de ser criativo, de modo a liberar o trabalho da imaginação — criar o mundo e torná-lo significativo e real, de modo vivaz, polissêmico. Com isso, Elsi e Kafka, paciente e terapeuta, inauguram um novo lugar, pleno de sentidos, de modo que as experiências, disruptivas ou não, possam ser integradas verdadeiramente, transformando-se em histórias que podem ser narradas e, assim, ressignificadas. É o que fez Sierra e Fabra. É o que fazemos em nossos espaços terapêuticos.

Referências

- Freud, S. (1976). Escritores criativos e devaneios. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. IX, pp. 145-158). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1908[1907]).
- Milner, M. (1991). A ordenação do caos. In *A loucura suprimida do homem são* (pp. 216-232). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1957).
- Perrotta, C. M. (2014). *Processos criativos no espaço terapêutico da escrita: um diálogo com D.W. Winnicott, Clare Winnicott e Marion Milner*. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo.
- Safra, G. (2004). Fenômenos e objetos transicionais. Aula ministrada para o concurso de Professor Titular na USP – 23 de setembro de 2004.
- Sierra e Fabra, J. (2006). *Kafka e a Boneca Viajante*. São Paulo: Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (1975). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In *O brincar e a realidade* (pp. 13-44). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1953).
- Winnicott, D. W. (1975). O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil. In *O brincar e a realidade* (pp. 153-162). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1967).
- Winnicott, D. W. (1983). Comunicação e falta de comunicação levando ao estudo de certos opostos. In *O ambiente e os processos de maturação* (pp. 163-174). Porto Alegre: ArtMed. (Trabalho original publicado em 1963).
- Winnicott, D. W. (1994). O destino do objeto transicional. In C. Winnicott, R. Shepherd, & M. Davis (Orgs.). *Explorações psicanalíticas D.W. Winnicott* (pp. 44-48). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1959).
- Winnicott, D. W. (1994). O jogo do rabisco. In C. Winnicott, R. Shepherd, & M. Davis (Orgs.). *Explorações psicanalíticas D.W. Winnicott* (pp. 230-243). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1964-68).
- Winnicott, D. W. (1994). O brincar e a cultura. In C. Winnicott, R. Shepherd, & M. Davis (Orgs.). *Explorações psicanalíticas D.W. Winnicott* (pp. 160-162). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1968).

MOVIMENTOS LITERÁRIOS

Winnicott, D. W. (2000). A observação de bebês numa situação padronizada. In *Da pediatria à psicanálise* (pp. 112-132). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1941).

Resumos

(Kafka, Winnicott and the Traveling Doll: loe, tell, rescue)

This paper consists of a reflection on the book “Kafka and the Traveling Doll,” by Jordi Sierra i Fabra (2006). The book is based on Winnicottian concepts such as transitional objects and transitional phenomena, potential space, the importance of playing, and the construction of the relationship between analyst and patient. This reflection shows that the analytic process gives rise to transformative emotional experiences that can modify lost objects into different cultural phenomena.

Key words: Winnicott, transitional object, potential space, cultural field

(Kafka, Winnicott et La Poupée Voyageuse: perdre, raconter, récupérer)

Cet article propose une réflexion sur le livre “Kafka et la poupée voyageuse”, de Jordi Sierra i Fabra (2006), construite à partir des concepts winnicottiens: objets et phénomènes transitionnels, jeu du gribouillis, espace potentiel, l'importance du jeu. Nous suggérons d'ailleurs une analogie de la construction du lien entre l'analyste et le patient. Notre réflexion met en relief à quel point le processus analytique peut engendrer des expériences émotionnelles transformatrices en changeant les objets perdus en diverses formes culturelles.

Mots clés: Winnicott, objet transitionnel, espace potentiel, champ culturel

(Kafka, Winnicott y la Muñeca Viajera: perder, narrar, recuperar)

Este artículo presenta una reflexión en torno del libro “Kafka y la Muñeca Viajera”, a partir de los conceptos desarrollados por DW Winnicott, como objeto y fenómeno transicionales, el juego de garabatos, espacio potencial, importancia del jugar; también se hace una analogía con la creación del vínculo terapeuta y paciente. Esta reflexión ha permitido enfatizar que los procesos de análisis pueden conducir a experiencias emocionales transformadoras, con la conversión de los objetos perdidos en las diversas formas de cultura.

Palabras claves: Winnicott, objeto transicional, espacio potencial, ámbito cultural

(Kafka, Winnicott und die reisende Puppe. Verlieren, Berichten, Wiederherstellen)

In diesem Beitrag wird eine Reflexion über das Buch Kafkas Puppe vorgestellt. Ausgangspunkt sind die von D. W. Winnicott entwickelten Begriffe, wie Übergangsobjekte und Übergangsphänomene, Kritzelspiel, potentieller Raum,

Bedeutung des Spielens, sowie eine Analogie zu Therapeut und Patient Verbindung. Die vorgeschlagene Reflexion erlaubte hervorzuheben, wie sehr analytische Prozesse zum Erleben von verwandelnden emotionalen Erfahrungen führen kann, indem sie verloren gegangene Objekte in verschiedene Kulturformen verwandeln.

Schlüsselwörter: Winnicott, Übergangsobjekte, potentieller Raum, Kulturraum

Citação/Citation: Perrotta, C.M. & Cintra, E.M.de U. (2014, dezembro). Kafka, Winnicott e a Boneca Viajante. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 17(4), 943-956.

Editor do artigo/Editor: Dr. Ricardo Telles de Deus

Recebido/Received: 28.9.2014/ 9.28.2014 **Aceito/Accepted:** 25.10.2014 / 10.25.2014

Copyright: © 2009 Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental/ University Association for Research in Fundamental Psychopathology. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados / This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original author and source are credited.

Financiamento/Funding: As autoras declaram não ter sido financiadas ou apoiadas / The authors have no support or funding to report.

Conflito de interesses/Conflict of interest: As autoras declaram que não há conflito de interesses / The authors have no conflict of interest to declare.

956

CLAUDIA MAZZINI PERROTTA

Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP (São Paulo, SP, Br).
Rua Arthur de Azevedo, 1537/103
05404-014 São Paulo, SP, Br
e-mail: claper@attglobal.net
e-mail: claper.coda@gmail.com

ELISA MARIA DE ULHÔA CINTRA

Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP (São Paulo, SP, Br).
Rua Vargem do Cedro, 201/112
01252-050 São Paulo, SP, Br
e-mail: elcintra01@gmail.com

Leia também

ÁGORA

ISSN 1516-1498

Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica
Instituto de Psicologia – UFRJ
Av. Pasteur, 250 – Pavilhão Nilton Campos
22290-240 Rio de Janeiro, RJ, Brasil
agora@psicologia.ufrj.br
www.psicologia.ufrj.br/teoriapsicanalitica

aSEPHallus – Revista de Orientação Lacaniana

ISSN 1809-709X

Revista eletrônica editada pela Associação Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo
Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia – UFRJ
Av. Pasteur, 250 fundos – Urca
22290-902 Rio de Janeiro, RJ, Brasil
revista.asephallus@gmail.com
www.nucleosephora.com/asephallus

CADERNOS DE PSICANÁLISE – CPRJ

ISSN 1413-6295

Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro – CPRJ
Rua David Campista, 170 – Humaitá
22261-010 Rio de Janeiro, RJ, Brasil
cprj@cprj.com.br
www.cprj.com.br

DISTÚRBIOS DA COMUNICAÇÃO

ISSN 0102-762X

Editora da PUC-SP
Rua Monte Alegre, 984 – Perdizes
05014-001 São Paulo, SP, Brasil
revisdic@pucsp.br
www.pucsp.br/revistadisturbios

ESTILOS DA CLÍNICA

ISSN 1415-7128

Revista sobre a Infância com Problemas

Instituto de Psicologia – USP
Av. Prof. Mello Moraes, 1721,
Bl. A, s/164
Cidade Universitária
05508-030 São Paulo, SP, Brasil
revistaestilosclinica@usp.br
www.ip.usp.br/public/revista/estilos/

HISTÓRIA, CIÊNCIAS, SAÚDE – Manguinhos

Casa de Oswaldo Cruz, Fundação
Oswaldo Cruz
Av. Brasil, 4365 – Prédio do Relógio
21040-900 Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Tel./Fax: (55 21) 3865-2208 3865-2195
3865-2196
hscience@coc.fiocruz.br

HISTORY OF PSYCHIATRY

ISSN 0957-154X

journals@sagepub.com

http://hpy.sagepub.com/current.dtl

INTERNATIONAL FORUM OF PSYCHOANALYSIS

ISSN 0803-706X

T&F Informa UK Ltd.

Sheepen Place, Colchester, Essex, CO3,
3LP, UK

subscriptions@tandf.co.uk

PAIDÉIA

ISSN 0103-863X

Cadernos de Psicologia e Educação

Av. Bandeirantes, 3900 – Monte Alegre

14040-901 Ribeirão Preto, SP, Brasil

paideia@ffclrp.usp.br

PASSAGENS

Laboratório Cidade e Poder – UFF

Instituto de Ciências Humanas e Filosofia

– Área de História

Campus do Gragoatá – Rua Professor

Marcos Waldemar de Freitas Reis, Bloco

“N” sala 216-A – São Domingos

24210-201 Niterói, RJ, Brasil

gizlene@superig.com.br / gisalio@superig.com.br

http://www.historia.uff.br/revistapassagens/

PERCURSO

ISSN 01.036.815

Instituto Sedes Sapientiae

Rua Ministro Godoy, 1484

05015-900 São Paulo, SP, Brasil

percurso@uol.com.br

www.uol.com.br/percurso

PSYCHOPATHOLOGY

ISSN 0254-4962

S. Karger AG

Editorial Office Psychopathology

P.O. Box CH-4009 Basel, Switzerland

e.bettiol@karger.ch

http://www.karger.com/journals

PSICOANÁLISIS Y EL HOSPITAL

Publicación semestral de practicantes

em Instituciones Hospitalarias

Ediciones del Seminario

Viamonte 1646 7° <<59>>

1055 Buenos Aires, Argentina

Psa-htal@fibertel.com.ar

PSICOLOGIA ARGUMENTO

ISSN 0103-7013

Editora Universitária Champagnat

Rua Imaculada Conceição, 1155 Prédio

da Administração 3º andar – Campus Curitiba

80215-901 Curitiba, PR, Brasil

editora.champagnat@pucpr.br

www.editorachampagnat.pucpr.br

PSICOLOGIA CLÍNICA

ISSN 0103-5665

Departamento de Psicologia

Pontifícia Universidade Católica

do Rio de Janeiro – PUC-Rio

Rua Marquês de São Vicente, 225 – Gávea

22453-9000 Rio de Janeiro, RJ, Brasil

psidir@psi.puc-rio.br

PSICOLOGIA REVISTA

ISSN 1413-4063

Faculdade de Psicologia – Pontifícia Uni-

versidade Católica de São Paulo – PUC-SP

R. Monte Alegre, 984 – Perdizes

LEIA TAMBÉM

05014-901 São Paulo, SP, Brazil
rosamariarnt@terra.com.br
<http://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/>

REVISTA BRASILEIRA DE PSQUIATRIA

ISSN 1516-4446

Associação Brasileira de Psiquiatria
(ABP)

Rua Pedro de Toledo, 967 – casa 1
04039-032 São Paulo, SP, Brasil
rbp@abpbrasil.org.br
<http://www.rbpbrasil.org.br/portal>

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE CURITIBA

ISSN 1519-8456

Editora Juruá

Av. Munhoz da Rocha, 143
80030-475 Curitiba, PR, Brasil
psicologia@juruu.com.br
<http://www.juruapsicologia.com.br>

REVISTA MAL-ESTAR E SUBJETIVIDADE

ISSN 1518-6148

Fundação Edson Queiroz
Universidade de Fortaleza

Centro de Ciências Humanas, Bl. N, s/ 13
Avenida Washington Soares 1321 –
Edson Queiroz
60811-905 Fortaleza, CE, Brasil
cmps@unifor.br

REVISTA SALUD MENTAL

ISSN 0185-3325

Calz. México-Xochimilco 101
Col. San Lorenzo Huipulco
Deleg. Tlalpan
14370 México, D.F.
perezrh@imp.edu.mx

TEMPO PSICANALÍTICO

ISSN 0101-4838

Publicação da Sociedade de Psicanálise
Ircy Doyle
Filiada à International Federation
of Psychoanalytical Societies (IFPS)
Rua Visconde de Pirajá 156/307-310 –
Ipanema
22410-001 Rio de Janeiro, RJ, Brasil
spid@unisys.com.br
bibli@unisys.com.br
www.spid.com.br

959

Instruções aos autores

ESCOPO E POLÍTICA

A *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental* – RLPF – é órgão oficial da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental – AUPPF, sociedade científica que reúne professores doutores de universidades de todo o mundo.

Dedica-se à publicação de editorial, artigos e resenhas originais de psicopatologia que levam em consideração a subjetividade. Além disso, publica ensaios raros e de difícil acesso, que são documentos históricos relevantes para outras pesquisas. Valoriza artigos e ensaios inéditos resultantes de pesquisas utilizando o método clínico baseado em relato de caso contendo questão obscura e enigmática a ser investigada.

A revista é dirigida por um Editor Responsável e por Editores Associados que respondem pelas seções específicas. Possui, também, Conselho Editorial e Conselho Científico atuantes.

“Editorial” é assinado pelo Editor Responsável ou por alguém por ele convidado, podendo também ser submetido por pessoa com explícito conhecimento a respeito do assunto abordado.

A seção “Artigos” é de responsabilidade do Editor Responsável e publica somente artigos inéditos, em português, inglês, espanhol e francês.

A seção “Saúde Mental” publica artigos inéditos sobre o tema em diversos países.

“Observando a Medicina” inclui artigos inéditos e/ou ensaios que revelam as mais recentes tendências contraditórias do campo médico.

“Clássicos da Psicopatologia” inclui artigos inéditos e ensaios sobre a psicopatologia clínica e descritiva dos séculos XIX e XX.

“Observando a Psiquiatria” contém artigos contraditórios sobre esse campo.

“História da Psiquiatria” é composta por artigos inéditos e ensaios sobre o tema.

“Movimentos Literários” contém artigos que examinam aspectos psicopatológicos de obras literárias.

“Primeiros Passos” publica artigos de autores iniciantes, estudantes de graduação e de aperfeiçoamento. Visa estimular o espírito científico, a criatividade e a autoria.

Seleção de artigos

Artigos são apresentados voluntariamente ou por convite.

Uma vez recebido, todo artigo passa por um exame dos aspectos formais. Verifica-se, também, sua adequação à missão da revista. Em seguida, ele é enviado para um consultor externo.

Revisão por consultores externos

Todos os artigos publicados são comentados por consultores externos. Os pareceres devem estimular o aperfeiçoamento do artigo, quando este for considerado apto para ser publicado. A decisão sobre a aceitação do artigo para publicação ocorrerá, sempre que possível, no prazo de dois meses a partir da data de seu recebimento. O parecer é enviado aos autores preservando-se o anonimato. A Comissão Editorial se reserva o direito de introduzir modificações necessárias para adaptar os textos às suas possibilidades editoriais. Em caso de eventuais modificações substanciais, elas serão solicitadas aos autores.

Público-alvo

Médicos, psicólogos, psicanalistas, trabalhadores de saúde mental, historiadores, filósofos, psicoterapeutas e interessados em geral.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

FORMA E PREPARAÇÃO DE MANUSCRITOS

1) Objetivos

A *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental* – RLPF é órgão oficial trimestral da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental – AUPPF, e tem por finalidade veicular trabalhos científicos que possam contribuir para o avanço do conhecimento sobre o tratamento e a prevenção do sofrimento (*pathos*) psíquico. Valoriza artigos e ensaios resultantes de pesquisas utilizando o método clínico, ou seja, baseados em casos clínicos apresentando aspecto obscuro e enigmático.

2) Seleção de artigos

Na seleção de artigos para publicação, avaliam-se a originalidade, a relevância do tema e a qualidade da metodologia científica utilizada, além da adequação às normas editoriais adotadas pelo periódico. Não serão aceitos artigos sobre análise de personagens de livros ou de cinema. Não serão aceitos ensaios baseados em impressões, opiniões genéricas e ideológicas. Artigos teóricos e de revisão da literatura só serão publicados excepcionalmente. O fundamento clínico é requisito para publicação. Estudantes de graduação, mestrado ou doutorado poderão submeter artigos para publicação desde que em coautoria com o orientador. Artigos com mais de dois autores devem conter informações específicas sobre as contribuições de cada autor. Para publicação, dar-se-á preferência aos artigos produzidos pelos assinantes da Revista.

3) Ordem de autoria

O autor responsável pela integridade do artigo como um todo deve ser citado como primeiro autor. Coautores são orientadores, supervisores ou pessoas responsáveis pela escrita de parte do artigo.

4) Reconhecimentos

Todos os contribuintes – leitores de versões preliminares, fontes de informações e técnicos – devem receber reconhecimento explícito em nota no final do artigo.

5) Ineditismo do material

O conteúdo do material enviado para publicação na *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental* não pode ter sido publicado anteriormente, nem submetido para publicação em outros locais. Para serem publicados em outros locais, ainda que parcialmente, necessitam aprovação por escrito do Editor Responsável. Os conceitos e declarações contidos no trabalho são de total responsabilidade dos autores.

7) Como enviar material ao Editor

O trabalho para publicação pode ser escrito em português, espanhol, francês ou inglês. O material deve ser enviado ao Editor Responsável da *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, para: Rua Tupi, 397/104. 01233-001 São Paulo, SP, Brasil.

Enviar ao Editor Responsável: 1) carta solicitando publicação do trabalho na *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*; 2) três cópias do artigo em papel (não se aceita fax); 3) uma cópia do artigo em CD, com um único arquivo PC de formato DOC (MS-Word). Figuras, tabelas, fotos, constarão de um arquivo separado, no formato adequado.

7.1) Carta de apresentação

Todos os autores devem assinar a carta enviada ao Editor Responsável, fornecendo endereço completo (incluir CEP), telefone e correio eletrônico (e-mail) para contato.

7.2) Aspectos éticos

Na carta, os autores devem revelar eventuais conflitos de interesse (profissionais, financeiros e benefícios diretos ou indiretos) que possam influenciar os resultados da pesquisa. De maneira semelhante, os autores devem revelar todas as fontes de financiamento envolvidas no trabalho. Devem garantir também que respeitaram a privacidade e o anonimato das pessoas envolvidas.

Aprovação por um Comitê de Ética da Instituição onde foi realizado o trabalho, quando referente a intervenções (diagnósticas ou terapêuticas) em seres humanos.

Artigos assinados por mais de dois autores devem vir acompanhados de informação sobre a intervenção específica realizada por cada autor no texto.

7.3) Direitos autorais

Solicita-se aos autores enviar, junto com a carta ao Editor Responsável, um termo de transferência de direitos autorais, contendo assinatura de cada um dos autores, conforme o seguinte modelo: “Eu/Nos ... autor(es) do trabalho intitulado ..., o qual submeto(emos) à apreciação da *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, concordo(amos) que os direitos autorais a ele referentes se tornarão propriedade exclusiva da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental, sendo vedada qualquer reprodução total ou parcial, em qualquer outra parte ou meio de divulgação impressa sem que a prévia e necessária autorização seja solicitada por escrito e obtida junto à Associação. Data:.... Assinatura:....”

A cessão de direitos autorais possui dupla finalidade: preservar a RLPF de acusação de apropriação indébita e defender os autores de eventuais plágios.

8) Preparação do manuscrito

Artigos

Para a apresentação de artigos científicos, a *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental* adota as normas da American Psychological Association (APA), 6ª edição (as normas podem ser consultadas em Regras essenciais de estilo da APA (2012), Porto Alegre: Penso). Os artigos devem ser digitados em Times New Roman, corpo 12, espaço duplo (incluindo tabelas e referências), usando apenas um lado do papel, devendo ser, inclusive a do título, todas as páginas numeradas, com um máximo de 15 laudas de 2.100 toques cada. O artigo não deve ultrapassar 30.000 caracteres com espaços.

Resenhas

Não devem ultrapassar 6.000 caracteres com espaço.

Formato

Devem constar da primeira página: a) Título do artigo conciso e completo, descrevendo o assunto a que se refere (palavras supérfluas devem ser omitidas). O artigo deve ter versão do título para o alemão, inglês, francês, espanhol e português; b) Nome dos autores. Os nomes serão publicados da maneira como forem enviados; c) Titulação acadêmica e indicação da instituição a que cada autor está filiado, com o respectivo endereço completo; d) Nome do grupo de pesquisa e instituição onde o trabalho foi realizado; e) Se foi subvencionado, deve-se indicar a entidade que concedeu o auxílio; f) Se foi baseado em dissertação tese acadêmica, deve-se indicar o título, ano e instituição onde foi apresentada; g) Se foi apresentado em reunião científica, deve-se indicar o nome do evento, local e data de realização.

8.1) Títulos, subtítulos e notas de rodapé: Deverão corresponder a notas não bibliográficas e reduzidas a um mínimo e colocadas ao pé das páginas, ordenadas por algarismos arábicos que deverão aparecer imediatamente após o segmento de texto ao qual se refere a nota.

8.1.1) As notas bibliográficas deverão obedecer o sistema autor/data, e a página indicada, entre parênteses, logo após a citação.

O texto deve ter uma organização de reconhecimento fácil, sinalizada por um sistema de títulos e subtítulos que reflitam essa organização.

Pequenas correções no texto poderão ser feitas pelo Editor ou pelo conselho Editorial da revista. Quando forem necessárias modificações substanciais, o autor será notificado e encarregado de fazê-las, devolvendo o trabalho reformulado no prazo estipulado na correspondência.

9) Resumos e descritores

Resumo

O artigo deve conter, na segunda página, cinco resumos de mesmo teor, em alemão, espanhol, francês, inglês e português. O resumo deve identificar objetivos, procedimentos e conclusões do trabalho. Deve ser escrito com muito cuidado, pois é lido para ajudar o leitor a decidir se vai ler o artigo. Trata-se, frequentemente, da única parte do artigo que é lido.

Deve conter, no máximo, sete linhas ou 490 palavras com espaço. Deve ser claro e preciso, revelando o conteúdo geral do artigo e as principais conclusões. O resumo é um texto independente do artigo. Ele deve ser escrito por último, após a redação final do artigo.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

Descritores

Os descritores, expressões que representam o assunto tratado no trabalho, devem ser em número de 4 (quatro), também em alemão, espanhol, francês e inglês e português, fornecidos pelo autor.

10) Agradecimentos

Devem ser breves, diretos e dirigidos apenas a pessoas ou instituições que contribuíram substancialmente para a elaboração do trabalho e devem vir no final do trabalho, antes das referências bibliográficas.

11) Estrutura do texto

11.1) Referências bibliográficas

Referências bibliográficas devem aparecer no final do artigo, em ordem alfabética de sobrenome. Os autores devem certificar-se de que as referências citadas no texto constam da lista de referências com datas exatas e nomes de autores corretamente grafados. A exatidão dessas referências é de responsabilidade dos autores. Comunicações pessoais, trabalhos inéditos ou em andamento poderão ser citados quando absolutamente necessários, mas não devem ser incluídos na lista de referências bibliográficas; apenas citados no texto ou em nota de rodapé. A lista de referências deve seguir o modelo dos exemplos abaixo:

11.2) Artigos de periódicos (um só autor)

Os periódicos incluem publicações regulares, tais como revistas, jornais, boletins informativos e newsletters. Berlinck, M. T. (1999, setembro). A dor. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, II(3), 46-58.

11.3) Artigos de periódicos (dois autores)

Berlinck, M. T. & Féddida, P. (1999, junho). A clínica da depressão: questões atuais. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, III(2), 9-25.

11.4) Artigos de periódicos (três ou mais autores)

Canongia, A. I. C. et. al. (2001, outubro). A participação da enfermagem e do alunato nos grupos com pacientes psíquicos: um encontro fundamental. *Pulsional Revista de Psicanálise*, São Paulo, XIV(150), 27-31.

11.5) Artigos sem nome do autor

Editorial (2001, outubro). *Pulsional Revista de Psicanálise*, São Paulo, XIV(150), 3-4.

11.6) Livros

Berlinck, M. T. (2000). *Psicopatologia Fundamental*. São Paulo: Escuta.

11.7) Capítulos de livro

Berlinck, M. T. (1991). A histeria e o psicanalista. In M. T. BERLINCK (Org.), *Histeria* (pp. 29-47). São Paulo: Escuta.

11.8) Dissertações e Teses

Marin, I. S. K. (2001). *Sujeito e violência na contemporaneidade* (Tese de doutorado em Psicologia Clínica, não publicada), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, – PUC-SP, São Paulo.

11.9) Trabalhos apresentados em congressos

Magalhães, M. C. R. (1995). Haverá psicanálise no século XXI ou A psicanálise tem futuro? Congresso *O século da psicanálise*, Salvador, BA, outubro.

11.10) Artigo de periódico em formato eletrônico

Berlinck, M. T. & Gama, C. A. P. (2002, janeiro). Agorafobia, espaço e subjetividade. *Psychiatry On-Line Brazil*, n. 7. Recuperado de <<http://polbr.med.br/editorial.htm>>.

Outros tipos de referência deverão seguir as Normas da APA, disponível na Internet no site <http://www.apa.org>. Se a lista de referências não seguir a norma adotada, os trabalhos poderão ser rejeitados, sem revisão de conteúdo.

11.11) Abreviações

As abreviações devem ser indicadas no texto em sua primeira aparição. Em seguida, não se deve repetir o nome por extenso.

ENVIO DE MANUSCRITOS

Descrição dos procedimentos de tramitação dos manuscritos

Tão logo recebidos, os manuscritos são enviados para consultores externos, para comentário, acompanhados da carta e do roteiro abaixo. O comentário é encaminhado ao autor para realizar as alterações sugeridas.

A *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental* utiliza sistema de avaliação de artigos através de consultores externos anônimos, seguindo política adotada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp. Os consultores têm acesso aos nomes dos autores. Os nomes dos consultores externos dos artigos submetidos à publicação são sigilosos. Uma vez por ano, a RLPF publica a lista completa de consultores externos que emitiram comentários sobre os trabalhos publicados no volume.

CARTA PARA CONSULTOR EXTERNO

São Paulo,
Ilmo(a). Sr(a).
Prof(a). Dr(a).

Prezado(a) Professor(a),

Estou encaminhando-lhe, para análise e parecer circunstanciado, o artigo “xxxxx”, recebido para publicação na *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*.

O parecer deverá ser apresentado no formulário anexo para ser devolvido no prazo máximo de *4 semanas*. Não sendo possível a observância deste prazo, solicito a imediata devolução dos documentos.

Mesmo que V.Sa. decida não utilizar o formulário específico, cada um dos quesitos ali constantes deverá ser explicitamente contemplado em seu parecer.

Levando-se em conta o grande número de artigos recebidos pela *Revista* e a constante busca por um padrão de excelência, solicito que o parecer seja o mais rigoroso possível. Solicito, também, sua especial atenção para a pertinência do artigo, já que este é periódico de psicopatologia fundamental e não de psicanálise, de psicologia, de psiquiatria etc. A questão do *pathos* psíquico em caso clínico deve, então, estar presente, bem como se valoriza a questão das interfaces entre as disciplinas ou saberes dedicados ao *pathos*. A *Revista* atribui especial importância para artigos baseados no método clínico e que prezem pela originalidade de suas ideias. Trabalhos repetitivos, de revisão bibliográfica e de divulgação não interessam, a não ser excepcionalmente. A suspeita de plágio deve ser acusada, para ser investigada pela editoria.

Se, por alguma razão, V.Sa. não puder emitir um parecer, agradeceria a sugestão de nome e endereço de outro consultor *ad hoc* possível para este trabalho.

A *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental* mantém sob rigoroso sigilo a identidade de seus consultores.

Contando com sua valiosa colaboração, envio-lhe os meus protestos da mais elevada estima e distinta consideração.

Prof. Dr. Manoel Tosta Berlinck
Editor Responsável

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

ROTEIRO DE PARECER

Título do trabalho: _____

Por favor, marque sua opção nas questões abaixo, além dos comentários por escrito.

1. Linha editorial: o trabalho é de psicopatologia que leva em consideração a subjetividade?

sim não

Se não, por favor, sugira reformulações em seu comentário de revisão.

2. Título: o título reflete clara, precisa e suficientemente o conteúdo do artigo?

sim não

3. Resumo:

3.1. o resumo fornece clara, precisa e suficientemente o conteúdo do artigo?

sim não

3.2. o resumo contém os caracteres indicados nas instruções?

sim não

4. Palavras-chave: as palavras-chave são adequadas ao texto e estão na quantidade exigida (4)?

sim não

5. Relevância: o assunto tratado é relevante para ser veiculado pela *Revista*?

sim não

6. Método:

6.1. O caminho percorrido no texto é predominantemente:

a) clínico (baseado em caso ou fragmento de caso)? sim não

b) de medicina baseada em evidência ou prova? sim não

c) epidemiológico? sim não

d) histórico? sim não

e) sociopolítico? sim não

f) teórico? sim não

g) filosófico? sim não

h) artístico? sim não

i) ideológico (baseado em juízos de valores sem fundamentação empírica)? sim não

j) outro? (especificar)

6.2. Há, no texto, indicações claras, precisas e sucintas do caminho percorrido em direção às conclusões?

sim não

6.3. O caminho percorrido é predominantemente indutivo, isto é, parte do observado para o geral e abstrato ou é predominantemente dedutivo, isto é, parte de sentenças gerais e abstratas em direção às conclusões?

indutivo dedutivo

6.4. Quais as relações com o tempo que regem o texto?

6.4.1. O caminho percorrido é apressado? sim não

6.4.2. O caminho percorrido é regido principalmente por frases de efeito mecanicamente aplicadas? sim não

6.4.3. O caminho percorrido parte de uma situação problemática, em que se evidencia uma discrepância entre aquilo que é e aquilo que deveria ser (ou era esperado)? sim não

965

6.4.4. Há, no texto, uma clara e precisa distinção entre juízos de realidade e juízos de valor?
() sim () não

6.5. Se o texto for clínico, há claras e precisas referências à singularidade do caso na forma de receber e tratar cada paciente segundo um conjunto de particularidades e contingências únicas que regem uma vida? () sim () não

6.5.1. Se o texto for clínico, o relato do fragmento de caso é utilizado como fundamento dos argumentos metapsicológicos? () sim () não

6.5.2. Se o texto for clínico, o relato do fragmento de caso é utilizado para ilustrar ou exemplificar a teoria? () sim () não

6.6. A psicopatologia empregada segue predominantemente o seguinte sistema classificatório:

6.6.1. da medicina da alma? () sim () não

6.6.2. da psiquiatria descritiva? () sim () não

6.6.3. da Associação Americana de Psiquiatria (transtornos do DSM)? () sim () não

6.6.4. da Organização Mundial da Saúde (CID)? () sim () não

6.6.5. da psicanálise? () sim () não

6.6.6. outro (especificar)

6.7. Se o texto for clínico, a relação é baseada predominantemente:

6.7.1. na semiologia médica? () sim () não

6.7.2. na observação antropológica? () sim () não

6.7.3. na semiologia multidisciplinar da saúde mental? () sim () não

6.7.4. na transferência/contratransferência? () sim () não

6.7.5. outro (especificar)

6.8. Se o texto for clínico, há intervenção? () sim () não

6.8.1. Se sim, o método de intervenção é predominantemente:

6.8.1.1. medicamentoso? () sim () não

6.8.1.2. ambulatorial (PS; Capes; Hospital-dia)? () sim () não

6.8.1.3. internação hospitalar? () sim () não

6.8.1.4. comportamental? () sim () não

6.8.1.5. experimental? () sim () não

6.8.1.6. pedagógico? () sim () não

6.8.1.7. educacional? () sim () não

6.8.1.8. interpretativo? () sim () não

6.8.1.9. outro (especifique)

7. Linguagem: o trabalho obedece exigências de 1) objetividade, 2) estilo, 3) concisão e 4) correção da linguagem que representam condignamente o pensamento do autor?

1) objetividade: () sim () não

2) estilo: () sim () não

3) concisão: () sim () não

4) correção: () sim () não

Se não, por favor, sugira modificações.

8. Sequência lógica: o trabalho possui uma sequência lógica – 1) identificação, 2) descrição, 3) argumentação, e 4) conclusão – que representa condignamente o pensamento do autor?

1) identificação: () sim () não

2) descrição: () sim () não

3) argumentação: () sim () não

4) conclusão: () sim () não

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

9. Literatura: o trabalho menciona referências bibliográficas relevantes que contribuem efetivamente para a melhor compreensão e especificação para o assunto tratado?

() sim () não

Se não, por favor, indique as omissões em seus comentários

10. Plágio: as referências bibliográficas são explicitamente acusadas?

() sim () não

11. Há suspeita de plágio? () sim () não

12. Conteúdo: 1) há caráter inovador do conjunto das ideias principais apresentadas no trabalho?

() sim () não

13. Há correção das afirmações sobre fatos, provas ou evidências e informações pertinentes?

1) caráter inovador: () sim () não

2) correção das afirmações: () () não

Se não, por favor, comente as limitações encontradas no trabalho.

14. Fundamentação: o trabalho apresenta argumentação fundamentada relativa ao tema?

() sim () não

Se não, por favor, indique as faltas observadas.

15. Conclusão: 1) as conclusões são relevantes para o avanço dos conhecimentos no campo da psicopatologia? 2) Há indicações de possíveis linhas de pesquisa a partir daí?

1) conclusões relevantes: () sim () não

2) possíveis linhas de pesquisa: () sim () não

Se não, por favor, faça recomendações para modificação das conclusões.

16. Aspectos éticos:

16.1. na carta de apresentação os autores revelam eventuais conflitos de interesse (profissionais, financeiros e benefícios diretos e indiretos) que possam influenciar os resultados da pesquisa?

() sim () não

16.2. os autores revelam fontes de financiamento envolvidas no trabalho?

() sim () não

16.3. os autores declaram respeitar a privacidade e o anonimato das pessoas envolvidas?

() sim () não

17. Enquadramento formal: o texto está de acordo com as “Instruções aos autores” da *Revista*?

() sim () não

18. Originalidade: o texto possui alguma contribuição original ou é uma repetição do já escrito?

() possui contribuição original () é repetição do já escrito e sabido

19. Julgamento final:

() Deveria ser publicado, com prioridade. Não é necessário rever.

() Deveria ser publicado. Não é necessário rever.

() Deveria ser publicado, mas precisa ser revisto.

() Não deveria ser publicado.

Comentários de revisão

Por favor, escreva em letra legível. **Não assine.**

Você faz objeção a que uma cópia seja enviada para o autor?

() sim () não

Se você acha que o trabalho não deve ser publicado como está, por favor, aponte as modificações que poderiam ser feitas para torná-lo publicável. Por favor, leve em consideração, especialmente, a contribuição do texto para o avanço do conhecimento.

Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental
Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental
Rua Tupi, 397/10º /cj.104
01233-001 São Paulo, SP/BR
Telefax: 55 11 3661-6519
e-mail: psicopatologiafundamental@uol.com.br
home page: www.fundamentalpsychopathology.org / www.psicopatologiafundamental.org

968

Instrucciones a los autores

Instructions for authors

Instructions aux auteurs

www.fundamentalpsychopathology.org

www.psicopatologiafundamental.org

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

ROTEIRO AUXILIAR AO AUTOR PARA VERIFICAR SE TODAS AS NORMAS FORAM ATENDIDAS

Verifique se o seu trabalho contém, nesta ordem, o seguinte:

- Folha de rosto personalizada** (cf. item 6)
 - Título do artigo em português e inglês
 - Nome do(s) autor(es)
 - Palavras-chave
 - Titulação acadêmica e dados institucionais do(s) autor(es)
 - Endereço completo (rua, cep, cidade, estado, telefone, e-mail)
- Resumo** (cf. item 7)
 - Resumos em português, espanhol, francês, inglês e alemão, acompanhados de 4 palavras-chave também nesses idiomas. É de suma importância atender ao número máximo de 7 linhas ou 490 caracteres com espaços para o resumo.
- Direito autoral**
 - Carta-termo de transferência de direitos autorais (cf. item 5.3).
- Referências**
 - Verificar se todos os autores citados no texto constam das referências, com data, local, editora e número de página quando for o caso (por exemplo, quando se tratar de revistas).
- Ao preparar arquivos para editoração eletrônica**
 - Passe o texto por um programa de revisão ortográfica; confira a numeração das páginas.
 - Grave os artigos de texto em formatos padrão do processador usado, dando preferência para os formatos mais comuns. Mesmo que você esteja usando a versão mais recente dos programas, evite gravar no formato mais sofisticado.
 - Figuras não produzidas eletronicamente devem ser encaminhadas em qualidade de fotografia sem exceder as dimensões 10x13cm. Figuras com imagens devem ser gravadas em Adobe PhotoShop 6.0 ou superior. Não gravar em formato .BMP nem em formatos compactados. Dar preferência para formato .TIF não compactado.
 - Ao usar scanner para reproduzir figuras, dar preferência a resoluções de, no mínimo, 300 DPI, nos modos Desenho (desenho) ou Gray Scale (fotos).
- Ao remeter a versão reformulada para a revista**
 - Encaminhe carta ao editor, reiterando o interesse na publicação e informando quais as alterações foram efetuadas. Se houver discordância quanto a recomendações do consultor externo, apresente os argumentos que justifiquem sua posição.
 - Encaminhe dois exemplares completos da versão reformulada, em papel, de acordo com as Instruções aos Autores.
 - Encaminhe um exemplar em disquete 3,5 ou CD-R, indicando no rótulo: nome do artigo, nome(s) do(s) autor(es), nome do(s) arquivo(s) e programas utilizados.

969

Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental
Rua Tupi, 397 – 10º – cj. 104
01233-001 São Paulo, SP – Brasil
Telefax: 55 11 3661-6519
E-mail: psicopatologiacfundamental@uol.com.br
Portal: <http://www.fundamentalpsychopathology.org>

A Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental é uma sociedade científica internacional, reunindo professores doutores de instituições de ensino superior e visando a realização do ensino e da pesquisa em Psicopatologia Fundamental e a divulgação de seus resultados.

The University Association for Research in Fundamental Psychopathology is an international scientific society that gathers professors from universities. It aims learning and research in Fundamental Psychopathology and the publication of the results.

Diretoria (Board) (2012-2014)

Presidente/President

Prof. Dr. Manoel Tosta Berlinck – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil (PUC-SP)

Diretor Administrativo/Administrative Director

Profa. Dra. Ana Cecilia Magtaz – Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil (USP)

Primeiro Tesoureiro/First Treasurer

Profa. Dra. Silvana Rabello – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil (PUC-SP)

Segundo Tesoureiro/Second Treasurer

Profa. Dra. Maria Virginia F. Cremasco – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil (UFPR)

Primeiro Secretário/First Secretary

Prof. Dr. Nelson da Silva Junior – Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil (USP)

Segundo Secretário/Second Secretary

Profa. Dra. Vera Lopes Besset – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil (UFRJ)

Comissão de Seleção/Admission Committee

Prof. Dr. Henrique Figueiredo Carneiro – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, CE, Brasil (UNIFOR)

Profa. Dra. Ana Cleide Guedes Moreira – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil (UFPA)

Profa. Dra. Tânia Coelho dos Santos – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil (UFRJ)

Comissão de Ética/Ethics Committee

Profa. Dra. Maria Lucrecia Rovalletti – Facultad de Psicología y Facultad de Medicina de la Universidad de Buenos Aires y Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Buenos Aires, Argentina (UBA)

Profa. Dra. Rosa Guedes Lopes – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, Brasil

Profa. Dra. Cláudia Henschel de Lima – Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, RJ, Brasil (UFF)

Conselho Fiscal (2010-2014)/Fiscal Committee

Prof. Dr. Paulo Roberto Ceccarelli – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, G, Brasil (PUC-MG)

Prof. Dr. Sérgio de Gouvêa Franco – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, Brasil (FECAP)

Profa. Dra. Ana Maria Rudge – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil (PUC-RJ)

Profa. Dra. Ana Cecilia Magtaz (Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – FSUSP, São Paulo, Br) – Área: Psicologia / Tratamento e Prevenção Psicológica.

Profa. Dra. Ana Cristina Costa Figueiredo (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, Br) – Área: Psicologia / Tratamento e Prevenção Psicológica / Saúde Mental.

Profa. Dra. Ana Maria Galdini Raimundo Oda (Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Br.) - Área: Psiquiatria clínica / Saúde mental em Saúde Pública / História da Psiquiatria.

Profa. Dra. Andrea Máris Campos Guerra (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, MG, Br) – Área: Intervenção Terapêutica / Saúde mental.

Prof. Dr. Christian Ingo Lenz Dunker (Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, Br) – Área: Clínica com ênfase em teoria psicanalítica.

Prof. Dr. Claudio Eduardo Muller Banzato (Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Br.) – Área: Psiquiatria e Psicologia Médica.

Profa. Dra. Cristiana Facchinetti (Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, Br) – Área: Psicologia / História das Ciências e da Saúde.

Prof. Dr. Francis Moraes de Almeida (Universidade Federal de Santa Maria – Santa Maria, RS, Br) – Área: Sociologia / Sociologia do desvio e controle social / História da Psicopatologia.

Prof. Dr. Gisálio Cerqueira Filho (Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, Br) – Área: Ciência Política / Teoria Política.

Profa. Dra. Isabel da Silva Khan Marin (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, Br) – Área: Psicologia / Psicologia do desenvolvimento humano / Clínica Psicanalítica.

Prof. Dr. José Carlos Zepellini Jr. (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, Br) – Área: Psicologia / Tratamento e Prevenção Psicológica.

Prof. Dr. Luiz Otávio Ferreira (Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, RJ, Br.) – Área: Saúde / Assistência / Filantropia.

Profa. Dra. Maria Anita Carneiro Ribeiro (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ, Rio de Janeiro, Br.) Área: Psicologia / Tratamento e Prevenção Psicológica.

Profa. Dra. Maria Livia Tourinho Moretto (Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, Br) – Área: Psicologia Clínica / Psicanálise / Tratamento e Prevenção Psicológica.

Profa. Dra. Marta Rezende Cardoso (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, Br) – Área: Psicologia / Psicanálise / Tratamento e Prevenção Psicológica.

Prof. Dr. Paulo José Carvalho da Silva (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, Br) – Área: Psicanálise e História das Ciências.

Prof. Dr. Sergio de Gouvêa Franco (Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – Fecap, São Paulo, Br) – Área: Psicanálise.

Profa. Dra. Sonia Leite (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, Br.) – Área: Psicologia Clínica / Saúde / Saúde Mental / Psicanálise.

Profa. Dra. Marta Regina de Leão D'Agord (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, Br.) – Área: Psicologia / Psicanálise.

Profa. Dra. Rafaela Teixeira Zorzanelli (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, Br.) Área: Medicina Social / Saúde Coletiva.

971

REVISORES ESTRANGEIROS CONSULTADOS – 2014

Profa. Dra. Maria Lucrécia Rovaletti (Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina) – Área: Filosofia / Fenomenologia.

Prof. Dr. Francisco Pizarro Obaid (Universidad Diego Portales, Santiago, Chile) – Área: Psicanálise.

Prof. Dr. Plinio Prado Jr. (Université Paris 8 Vincennes-Saint-Denis, Paris, França) – Área: Filosofia.

Profa. Dra. Cristina Lindenmeyer Saint-Martin (Université Paris Diderot-Paris 7, Paris, França) – Área: Psicanálise.

Prof. Dr. German E. Berrios (University of Cambridge, UK) – Psiquiatria / História da Psiquiatria e da Psicopatologia.

Título Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental
17(4), dez. 2014

Capa Teresa Berlinck

Imagem da Capa Patricia Osses. *Pátio de Luz* (série de 6 imagens), 2007. Fotografia de performance. 90x60cm.

Projeto Gráfico Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental

Diagramação Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental

Revisão Kátia Mércia da Silva

Formato 16 x 22 cm

Tipologia Times New Roman (10,5/12,5)
Futura Lt Bt

Papel Cartão Supremo 250g (capa)
Off set 90g (miolo)

Número de páginas 156

Tiragem 250

Impressão Forma Certa